

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Thiago Lima Nicodemo

Memorial

Campinas

2024

Thiago Lima Nicodemo

Memorial

Memorial apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Professor Livre Docente em História

Campinas

2024

Sumário

Introdução.....	4
O arquivo: preservação sistêmica, gestão documental e democracia.....	13
Uma história social da gestão documental.....	14
Repositórios e Governança de Dados na UNICAMP e no Estado de São Paulo.....	25
A aventura nas cidades.....	36
Política de recolhimento de expansão de acervo.....	39
Transição da massa legada em papel para o digital.....	41
Acesso à informação.....	46
Política de difusão de acervo.....	48
História digital e Humanidades digitais.....	54
O que é a história digital? Arquivos digitais e inteligência artificial.....	55
Memória da Covid.....	64
Decreto de salvaguarda da memória da pandemia de COVID-19.....	75
Política de acesso aberto à pesquisa.....	77
Historiografia brasileira em escala global.....	80
Um “meta-historiador” de acervos.....	85
Disputa pelos acervos brasileiros: entre soberania e imperialismo.....	85
Meta-história da biblioteca Mindlin.....	89
O Instituto de Estudos Brasileiros e os outros arquivos e coleções da USP.....	92
Meta-história dos acervos da UNICAMP.....	96
Experiência na Universidade do Estado do Rio de Janeiro.....	99
Do mestrado ao doutorado: antecedentes e formação como historiador.....	102

Introdução

Escrevo esse memorial completando 4 anos de gestão como diretor do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Passei os últimos dois anos, desde a transição de governos, vivenciando um cotidiano de incerteza e instabilidade. A nova administração foi aos poucos articulando mudanças estruturais no governo de modo que, a essa altura, pouca gente sobrou do governo anterior. Hoje estamos há dias de uma reforma que reestruturará cargos e salários em toda a administração pública paulista, incluindo a realidade do arquivo. O decreto de reorganização da instituição, o 69.052 de 14 de novembro de 2024 acaba de ser publicado e terá validade a partir de 1 de janeiro de 2025.¹ Boa parte do tempo desse ano foi inclusive dedicado para se repensar a instituição dentro dos limites impostos e o resultado será muito significativo posto que, consolida uma visão totalmente integrada de preservação de acervo com a gestão documental e ambas articuladas com o digital. Ao mesmo tempo, não deixa de representar alguma ameaça, pois implica alguns cortes e possíveis dificuldades de gestão e de sustentação dos trabalhos no futuro.

Muitos projetos estão inacabados e precisam de profunda dedicação para que se concretizem. É necessário estruturar o repositório de preservação de documentos digitais do Estado de São Paulo, que abarca toda a informação produzida hoje, no sistema de informação do Governo do Estado. Será necessário também implantar gestão documental digital em quase 500 municípios do Estado de São Paulo, horizonte que carrega consigo a possibilidade de criarmos arquivos municipais em centenas dessas cidades e preservar os documentos históricos remanescentes. Falta constituir o projeto de centro de formação e pesquisa conhecido como “Escola do Arquivo”. Precisa-se, igualmente, completar o ciclo de exposições, cursos de extensão que incluem universidades e escolas públicas. Falta gravar 5 documentários dos 13 da série documental que concebi com a TV Cultura, “História das Histórias de São Paulo”, falta recolher a memória das companhias relacionadas com recursos hídricos em São Paulo, ameaçados pela privatização, dentre tantos outros projetos estratégicos para a instituição.

Escrevo de um lugar de angústia, preocupação e incerteza para com o futuro. Junto com esse sentimento, carrego também saudades de estar em sala de aula. Não pelo simples fato de hoje dar poucas aulas na graduação, mas porque sinto que o meu aprendizado em humanidades digitais e gestão de dados, documentos e informações é útil e estratégico para a Universidade e para a

¹ ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 690.252, de 14 de novembro de 2024. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2024/decreto-69052-14.11.2024.html>. Acesso em: 24 nov. 2024.

sociedade hoje. Nos últimos anos, a digitalização como fenômeno social global produziu novas realidades, aumentando o nível de precarização do trabalho, potencializando o capitalismo, a economia e a desigualdade social. Mudou nossos hábitos, nossa mentalidade, a forma com que aprendemos e percebemos a realidade. Isso impõe o desafio para se repensar a universidade como um todo e as humanidades em particular.

Comecei a estudar arquivos digitais em 2017 graças a liberdade e o apoio de uma bolsa na Alemanha da Fundação Alexander von Humboldt. Curiosamente o primeiro texto, escrito neste contexto, mas apenas publicado em 2019, foi o “Metahistory for (Ro)bots: Historical Knowledge in the Artificial Intelligence Era”² (com Oldimar Cardoso). O trabalho aborda o impacto da inteligência artificial na sociedade, impacto que colocaria em cheque nossos saberes já acumulados. Na época, o texto teve pouca repercussão e foi habitual ouvir, entre as várias universidades por onde passei apresentando a ideia, que estaria exagerando no catastrofismo e que a pesquisa teria pouca serventia para pensar a história e as humanidades. Frente ao crescente uso da inteligência artificial na sociedade, acho que ninguém em sã consciência diria isso hoje, seis ou sete anos depois.

Segui trabalhando intensamente com as humanidades digitais como docente na UNICAMP e, no fim das contas, é possível dizer que sou um dos precursores desse campo no Brasil. Publiquei dois livros, *Caminhos da História Digital no Brasil* e *Por uma História da Covid-19 no Brasil*, e fui co-organizador de dois dossiês sobre o tema. Publiquei também quase duas dezenas de artigos e capítulos de livros sobre o tema. Orientei duas importantes teses sobre o assunto, “Apologia da História em tempo digitais: Ou redes americanistas nos Congressos Internacionais de História da América (1922-1937)” de Alesson Rota e “Arquivando a pandemia: transformação digital e luta pela memória na América Latina” de Ian Marino. Sigo orientando em todos os níveis, da graduação ao pós-doutorado, nesse tema. Os esforços se sintetizaram na organização de um Centro de Humanidades Digitais no IFCH UNICAMP, consolidação de um grupo de pesquisa registrado no CNPQ o qual lidero, “Memória digital: arquivo e documento histórico no mundo contemporâneo”.³

Dessa jornada pelas humanidades digitais carrego a marca de ter mudado não só a minha carreira no conteúdo, mas também na forma com que produzo e interajo no mundo. O mais importante foi a forma coletiva de pensar e produzir frente ao novo. Partimos como grupo de interrogações que emanaram da base do conhecimento humanístico e histórico, especialmente da teoria e metodologia da história e procuramos refletir sobre o vivido em um tempo emergente: no

² NICODEMO, Thiago Lima; CARDOSO, Oldimar Pontes. Metahistory for (Ro)bots: Historical Knowledge in the Artificial Intelligence Era. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 12, n. 29, 2019.

³ CNPQ. Grupo de Pesquisa: Memória digital: arquivo e documento histórico no mundo contemporâneo. Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, s.d. Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/5644397519631157>. Acesso em: 24 nov. 2024.

calor da hora em que experienciamos a mudança sem precedentes. Isso permite entender melhor o que é história digital e sobre o que são as humanidades digitais, ao menos aquela que fazemos: muito mais uma forma de pensar com conceitos teóricos fundamentais profundamente enraizada na história da técnica e da tecnologia que por meio do seu repertório tenciona fronteiras da nossa formação e do nosso perfil a partir da contingência. A tecnologia não é um outro e sim algo que interagimos no dia a dia e muda constantemente nossa forma de ser, agir e pensar no mundo. Não existe um lugar no mundo ou uma experiência que copiamos ou adaptamos aqui para chegar nesse estilo. Simplesmente ele apareceu com o nosso fazer, foi nosso jeito de sobreviver.

Ao mesmo tempo que isso ocorria, executei um trabalho administrativo e consultivo na UNICAMP de caráter estratégico. Por mais de cinco anos ajudei a construir a política de gestão de dados abertos de pesquisa, que opera o repositório conhecido como “Redu”⁴. Também acompanhei e ajudei no processo de implantação da Lei Geral de Proteção de Dados e até hoje sou membro do Comitê Gestor da Privacidade e Proteção de Dados (CGPPD). Dei suporte técnico para o grupo especial que discutiu a governança de dados na universidade,⁵ cujos resultados tramitam hoje e devem produzir importantes efeitos no cruzamento de dados gerenciais da universidade, na produção dos dados e documentos e também na solidificação de um repositório institucional, que contou com investimento da própria universidade e da FAPESP para sua implantação.

Ocupar esse papel foi uma forma de ajudar e transferir saberes para a universidade enquanto vivia um quadro de transformação profunda como diretor do arquivo. Na medida em que fui tomando consciência do trabalho da instituição desde junho de 2020, o Estado de São Paulo foi tornando seu processo de produção e trâmite de documentos quase inteiramente digital. Para além do desafio de digitalizar e disponibilizar o acervo, fui articulador da digitalização do Estado e dos serviços públicos em um momento da humanidade ímpar. Sinto que estive literalmente “no olho do furacão” da transformação digital em seus anos cruciais.

Minha gestão no arquivo vem sendo marcada pela institucionalização de políticas públicas sobre preservação da memória digital e pela gestão e governança integrada de dados, documentos e informações. Muito desse horizonte é instável, depende de pesquisa e de interface com a universidade. Aliás, o vínculo com a UNICAMP foi fundamental para a elaboração da Política de Gestão e Preservação de Documentos Digitais do Estado de São Paulo.⁶ Sob a minha gestão, o arquivo publicou cerca de 13 atos normativos que regulam a produção, o recolhimento e o acesso à

⁴ UNICAMP. Comissão de Gestão de Dados de Pesquisa. Pró-Reitoria de Pesquisa, s.d. Disponível em: <https://prp.unicamp.br/comissoes/gestao-de-dados-de-pesquisa/comissao/>. Acesso em: 24 nov. 2024.

⁵ Não foram apenas esses os meus trabalhos administrativos na UNICAMP. Vale o registro de que fui Representante da Área de Concentração na Pós-Graduação, Membro da Comissão de Graduação, Representante do IFCH na Comissão de Publicações e Assessor de Pesquisa no Centro de Memória Centro de Memória (CMU).

⁶ ARQUIVO PÚBLICO. *Política de gestão e preservação de documentos digitais*. São Paulo: Arquivo do Estado, 2022.

documentos digitais no Estado. Este projeto, instituído no início de 2021, contou com um orçamento especial prioritário de 6,9 milhões de reais. Com esse montante criamos um repositório arquivístico confiável que dá conta do acervo digitalizado da instituição, das novas digitalizações e, especialmente, dos documentos nato-digitais produzidos pela administração pública paulista hoje. Também aceleramos muito o processo de digitalização e de acesso ao acervo digital, saltamos de 1.5 milhões de objetos digitais disponíveis, acessíveis e preservados, para mais de 14 milhões. Dentre os projetos de digitalização chave estão as fichas do “arquivo geral” do DEOPS-SP, um acervo de 2.5 milhões de documentos, sendo a grande base de dados da inteligência da polícia de São Paulo. Outra frente importante foram os recolhimentos de novos acervos históricos, dentre os quais destaco o Complexo Hospitalar do Juquery, o CONDEPHAT, o DER, a DERSA, a CPOS e o importantíssimo acervo do Departamento de Obras Públicas, o DOP. Fui também o presidente da CEAI, a Comissão Estadual de Acesso à Informação, última instância do processo administrativo que regula a concessão de informações públicas ao cidadão no Estado de São Paulo. A posição leva a necessidade de se produzir normas e expedir votos e pareceres em torno de temas de grande relevância. Expedi nessa posição mais de 210 votos, sem considerar uma ou duas instruções normativas, incluindo vários casos relevantes ligados à segurança pública ou saúde, inclusive sobre a política de vacinação no calor da hora pandêmico.

Falei publicamente em profusão. Só em termos de registros de vídeos de eventos, *podcasts*, documentários, entrevistas, fiz nos últimos anos mais de 200 falas que sobreviveram no youtube e outras plataformas correlatas. Muitos desses eventos tiveram o caráter de extensão universitária, tais como os vários cursos que ministrei no Centro de Formação do SESC e na Casa de Oswaldo Cruz da FIOCRUZ; assim como vários Fóruns Permanentes da UNICAMP que participei e dois que fui co-organizador, “A ética na coleta e uso de dados: a quem pertencem, e como podem ser explorados?”⁷ e o “Fórum Permanente: A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e as Universidades Estaduais Paulistas”⁸, dentre tantos outros.

Mantive outras linhas de pesquisa importantes em funcionamento, especialmente relacionadas com a historiografia brasileira, seus desdobramentos teóricos e implicações globais: lidero um grupo de pesquisa registrado como “Historiografias Periféricas em Perspectiva Global”. Ainda oriento mestrados e alguns doutorados sobre o tema, a maioria em fase de conclusão, possivelmente já defendidos à altura da apresentação desta tese. Foram também dezenas de trabalhos publicados, incluindo o livro *Uma introdução à história da historiografia brasileira*

⁷ FÓRUNS PERMANENTES. A ética na coleta e uso de dados: a quem pertencem, e como podem ser explorados? YouTube, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pb8LTCxo2LU&t=2s>. Acesso em: 24 nov. 2024.

⁸ FÓRUNS PERMANENTES. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e as Universidades Estaduais Paulistas. YouTube, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Md5x5Pt6Df4>. Acesso em: 24 nov. 2024.

1870-1970, com Mateus Pereira e Pedro Afonso dos Santos.⁹ São dois importantes parceiros de minhas pesquisas, estamos inclusive em fase de finalização de um manuscrito sobre o problema do “Eurocentrismo e historiografia” nesse momento.

Carrego também bastante experiência prévia nesse campo. Durante os anos como professor na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), orientei muito em pouco tempo: 5 mestrados, 1 doutorado, 5 monografias de conclusão de curso de graduação e 2 iniciações científicas. Destaco a tese de doutorado do João Paulo Lopes, “História Negra, Nação para quem? A narrativa histórica como repertório e pedagogia da imprensa negra paulista 1914-1940”, defendida em 2019. O tempo na UERJ foi muito marcante, não só pela forma sensacional com a qual fui rapidamente acolhido, podendo ajudar a idealizar projetos. Tornei-me diretor nesse momento da rede de Teoria da História e Historiografia da instituição, denominada COMUM.¹⁰ Foi também um tempo de luta e de trauma, porque a universidade passou por uma crise sem precedentes e chegou a ficar meses paralisada, sem pagamento de salários para professores e sem bolsas de apoio aos estudantes carentes, que lá são maioria. Representa esse período uma verdadeira cicatriz ou, quem sabe, ferida exposta; aquela que remete à precarização da universidade, tensionamento das relações. Foi isso que dissemos em texto igualmente marcante, que até hoje ecoa, intitulado “Uma lágrima sobre a cicatriz: o desmonte da universidade pública como desafio à reflexão histórica”¹¹, e que representa a voz desse coletivo de professores e alunos, marcados profundamente por laços inexoráveis de solidariedade.

A precarização é a minha cicatriz, sendo a marca que definiu o meu tempo, este tempo. Condição meu estilo e meu senso de impermanência, quase que uma necessidade de viver o máximo no menor tempo possível porque tudo acaba, inclusive a universidade pública, os direitos trabalhistas e o salário (sem contar a ilusão da aposentadoria). Imaginei que teria a estabilidade de um professor concursado no Rio de Janeiro, sensação que não durou nem por alguns meses. Até que me vi pagando um aluguel caríssimo, que equivalia a mais de 60% do meu salário, sem sequer recebê-lo. A solução foi enviar pedidos de bolsa, aceitar escrever ou dar aula, qualquer coisa que pagasse alguns reais e me ajudasse. Não teria ido para a Alemanha, fato que marcou tanto a minha vida se não estivesse nessa situação, nem teria feito o concurso na UNICAMP, se não estivesse nessa situação. Da mesma forma, não teria aceitado tantos convites para textos, seminários, pareceres, resenhas, bolsa de produtividade, que acabaram tornando meu currículo mais “produtivo” e “competitivo”.

⁹ NICODEMO, T. L.; SANTOS, P. A. C. dos; PEREIRA, M. H. de Faria. *Uma Introdução à História da Historiografia Brasileira 1870-1970*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

¹⁰ CNPQ. Grupo de Pesquisa: Comum, s.d. Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/230464>. Acesso em: 24 nov. 2024.

¹¹ NICODEMO, THIAGO LIMA; GUIMARÃES, Gêssica; SOUZA, Francisco. Uma lágrima sobre a cicatriz: o desmonte da universidade pública como desafio à reflexão histórica (#UERJresiste), *Revista Maracanan*, (17), 71–87.

Durante o tempo de graduação e pós na Universidade de São Paulo (USP), aprendi exatamente o oposto: que não era condizente com a postura de um verdadeiro intelectual se preocupar com as linhas no “lattes”. Por isso, durante a graduação, mestrado e doutorado não publiquei quase nada. Seguindo os meus modelos de conduta, concentrei toda a minha energia na publicação de um livro autoral, coisa que ocorreu quando eu tinha 28 anos, estava no doutorado e já havia sido professor na Universidade Estadual de Londrina, pesquisador na Universidade do Texas e na Universidade de Bologna. O livro saiu pela Edusp em 2008. Era o meu mestrado com meticolosas camadas de revisão e acréscimo, mas mantive o seu título, *Urduidura do Vivido: Visão do Paraíso e a obra de Sérgio Buarque de Holanda nos anos 1950*. Para me firmar profissionalmente, o livro, apesar de lido e comentado, representou pouco nos “baremas” dos concursos. Tive, assim, um choque ao perceber que tinha que redirecionar a carreira. Defendido o doutorado, com pós-doutorado FAPESP em curso, fui para Vitória dar aulas na Universidade Federal do Espírito Santo atrás dessa experiência do “novo” mercado de concursos nas federais.

Não foram só essas as marcas da precarização. Quando fui aos Estados Unidos em 2009-2010, teria certamente ficado e me candidatando a vagas de professor se não fossem os cortes advindos da crise econômica, aquela gravíssima ocorrida em 2008. Se tivesse defendido o doutorado em um tempo mais curto (o fiz em 5 anos), teria dado tempo de me candidatar a vagas que ainda abriam com profusão nos idos de 2009, ainda no contexto de expansão do ensino universitário do Governo Lula. Estando em uma delas, nunca teria saído, porque não mudaria de regime de pensão, muito mais sólida antes da reforma da previdência de 2013. Foi em 2013 aliás que a Presidente Dilma anunciava diante de massivos protestos populares a intensificação de medidas de austeridade que travariam os concursos públicos. Via naquelas semanas os protestos da minha janela, morando na Enseada do Suá, em frente à “Terceira Ponte” em Vitória, local onde as manifestações terminavam, quase sempre em confronto com a polícia. Não fui não só por desconfiar delas, mas aproveitava o máximo do tempo para me preparar para concursos, enviava candidaturas para pós-doutorados, ou qualquer vaga interessante que aparecesse. Agora essa sensação paira sob o arquivo. Ontem ou amanhã na UNICAMP.

Justamente por isso, gostaria que a Livre Docência, enquanto um concurso público que avalia a trajetória, não levasse apenas o tempo de trabalho na UNICAMP, mas considerasse o tempo que me dediquei à universidade como professor na minha área de atuação, Teoria da História e História da Historiografia. Infelizmente, não tive a oportunidade de incorporar ou acumular o tempo, tanto do ponto de vista previdenciário, quanto para o efeito de progressão na carreira, mesmo sendo professor efetivo e do quadro permanente da pós-graduação na experiência do Rio de

Janeiro, e professor colaborador ou visitante nas outras. Somo 19 anos de experiência no ensino superior e pelo menos 23 anos como professor.

Comecei na área de teoria da história em 2006 como professor colaborador na Universidade Estadual de Londrina. Interrompi no ano seguinte para ser pesquisador visitante nas Universidade de Bologna (2007) e Universidade do Texas em Austin (2009-2010), enquanto realizava o doutorado. Em 2011, por exatos dois anos, fui professor visitante de Teoria da História na Universidade Federal do Espírito Santo e em 2014 assumi o cargo já como professor permanente na mesma cadeira na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, onde permaneci até 2018, quando assumi na UNICAMP. Tive também duas bolsas, uma de “pesquisador experiente” da Fundação Alexander von Humboldt até março de 2020 que me permitiu atuar na Freie Universität Berlin por vários meses sem prejuízo dos cursos na UNICAMP (e de consolidar uma rede internacional) e também uma bolsa especial da FAPESP para trabalhar em um grande projeto financiado pelo European Research Council sobre teoria da história na Polônia; sem contar dois períodos de pós-doutorado com bolsa FAPESP no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, uma entre 2011 e 2012 e outra entre 2013 e 2017 (2013-2014 apenas com bolsa).

No conjunto, o que apresento aqui como memorial e tese é apenas uma fração do que poderia fazê-lo se estivesse me dedicando em tempo integral à universidade. Foi resultado de um tempo igualmente precário, finais de semana e noites, depois de chegar tarde do arquivo. Acumulei quase 300 páginas de anotações e reflexões sobre gestão de dados e digitalização, que concebi com o título de “Soberania de dados”. Pouco desse texto será efetivamente aproveitado aqui, na tese ora apresentada. Da minha reflexão sobre “arquivos digitais”, uso aquilo que tem maior acabamento e procurei me conter ao factível: as novas e efêmeras evidências que emergem com o mundo digital.

Por que não espero um ou dois anos para apresentar esse volume maior e melhor articulado como tese? Porque sei que os próximos cortes virão e devem inviabilizar a mobilidade de nível dentro da universidade e porque não sei se vou ter esse tempo de trabalho e dedicação ao texto nos próximos anos (espero que sim!). Não considero a tese insuficiente, mas ela corresponde a um conjunto mais organizado e coeso que pude trabalhar com o tempo que tinha. Também pelo senso de impermanência fiz um memorial mais completo e detalhado possível. Pelo menos isso, pelo menos conseguir sistematizar o que foi feito até aqui com ponderação. Permanece então não só como um argumento de um legado construído, mas sobretudo como um testemunho desse tempo.

Devo à minha família o amor incondicional que promove as condições materiais e psíquicas para chegar até aqui. Meus pais, Elisabeth e Antonio Carlos Nicodemo, minha irmã Thais, melhor amiga e também professora da UNICAMP, meu cunhado Giuliano, meus sobrinhos, Caio e Flora que hoje colorem a vida. Minha esposa, Carolina Dlugokenski, que me fez olhar ao que importa, a

quem dedico essa tese. Meus melhores amigos, Cristina Lembi, Christina Rostworowski da Costa, Felipe Diamant Schulhof, Marcelo Monteiro, Mário Cardoso, Eduardo Xavier, David Michael Delgado, André Canuto, Fábio Ribeiro Lembi e as suas famílias. Minha sogra, Tânia Mara, meus avós que já se foram mas que até hoje são lastro da memória afetiva, meus professores, os que estão aqui ainda presentes e aos que já foram, Nicolau Sevcenko (*in memoriam*), Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, Raquel Glezer, Laura de Mello e Souza. Meus grandes parceiros, Mateus Pereira, Pedro Afonso dos Santos, Paulo Teixeira Iumatti. Ser bom aluno me gerou um faro de formador, que resumo pela missão de dar autonomia para alguém para a vida. Nessa perspectiva, meus alunos foram a maior conquista profissional, o que inclui hoje vários parceiros da vida como o Aleson Rota, Ian Marino, Bruna Schulte, Fabian Andres, Luccas Maldonado e Piero Detoni (os dois últimos me ajudaram a organizar muita informação para esse memorial) e colegas que depois se agregaram e trabalharam comigo tais como Pedro Telles da Silveira e Anita Lucchesi. Tanta gente que me ensinou alguma coisa sem pedir nada em troca, muitos mestres que se tornaram grandes amigos: Ivan Teixeira (*in memoriam*), Antonio Dimas, Jaime Antunes, Nelson Schapochnik, Peter Burke, Antonio Candido (*in memoriam*), Roberto Vecchi, Stefan Rinke, Peter LaSalle, Javier Uriarte, Rodrigo Lopes de Barros, Ralph Della Cava, Angela de Castro Gomes, Lúcia Paschoal Guimarães, Lúcia Bastos, Julio Velloso, Pedro Meira Monteiro.

Para quase finalizar essa introdução, faço dois esclarecimentos formais. O primeiro sobre comprovação. Optei no memorial a indicar o *link* daquilo que está sendo referido, de modo que a leitura e avaliação circunstanciada desse memorial dispensem comprovantes físicos. Em todo caso, disponibilizo os documentos organizados em um *drive*, disponível no *link* na nota.¹² A segunda questão, não menos importante, refere-se ao fato de que desde janeiro de 2021 estou em afastamento sem prejuízo de vencimentos e dos direitos intrínsecos à carreira na UNICAMP. Isso inclui o direito de progredir na carreira, que fundamenta essa candidatura.¹³

Gostaria que este memorial fosse lido como parte orgânica da tese, como um conjunto que articula vida, experiência e reflexão teórica. Por várias razões, mas certamente a principal entre elas reside no fato que procuro teorizar e refletir a partir da experiência concreta, seja como gestor público, seja como estruturador do campo das humanidades digitais no Brasil. A transformação

¹² A pasta disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1tUnJw5O4SknEhn8aZ2MUfzuAJ7W1-M2W>.

¹³ Explico rapidamente esta condição. Publicou-se no Diário Oficial de 5 de janeiro de 2021: “Concedendo, nos termos do artigo 88, inciso V do ESUNI- CAMP, afastamento a THIAGO LIMA NICODEMO, RG 28955934- 0, Professor Doutor I, referência MS-3.1, da PP do QD, em RDIDP, junto ao IFCH (Departamento de História), a fim de, sem prejuízo de vencimentos e das demais vantagens da função, mediante o reembolso de despesas com vencimentos e encargos sociais que a UNICAMP pagará no período, assumir o cargo de Coordenador do Arquivo Público do Estado de São Paulo, Brasil, no período de 04-01 a 31-12-2021”. Esse mecanismo, além de ser garantido pela Constituição Federal, está disposto na Resolução GR-034 de 19 de setembro de 2014, da própria UNICAMP. Unicamp. GR.034 de 19 de setembro de 2014. Disponível em: <https://www.pg.unicamp.br/norma/3685/0>. Acesso em: 24 nov. 2024.

digital sem precedentes que vivenciamos coloca em xeque os nossos conhecimentos acumulados, em particular no campo das humanidades. A lógica do trabalho e a formação são campos muito afetados por essas mudanças. Quando afirmamos isso, pensamos, claro, nos nossos alunos ou nos nossos descendentes, filhos, netos e sobrinhos. Esse memorial lido integrado com a tese é testemunho da minha transformação como profissional e como pessoa. Com alguma frequência penso que o trabalho que faço quase todo dia não é apenas característico das minhas obrigações no Arquivo Público, mas é um tipo de trabalho que une ação, capacidade criativa, capacidade de comunicação, capacidade de articulação política, capacidade de aprender e atualizar sobre novos saberes e capacidade de ensinar, montar equipes e de executar projetos inovadores. Penso que serei esse profissional em qualquer lugar que trabalhe no futuro: profissional híbrido que transita entre saberes clássicos e saberes emergentes, os enxergando em constante interação. O leitor desavisado pode pensar que esses saberes não são mais atributos de um historiador, que essa livre docência então está sendo apresentada no departamento errado.

Será que é isso mesmo? Será que é a primeira vez que nossa disciplina está sendo desafiada pelo tempo? De fato, a profissão que descrevi é a do futuro-presente, não tem ainda um nome certo, poderia ser resumida por “gestão, governança e preservação de dados, documentos e informações”. Contudo, prefiro pensar que a resposta é que essa transformação me leva a um lugar familiar para a disciplina, quase um retorno para a origem da história e das humanidades. Nascidas no fim do XVIII no espaço europeu, essas disciplinas foram sintetizadas como formas estratégicas de se conhecer um mundo novo, de aceleração tecnológica, transformação conceitual e prática sem precedentes frente ao avanço da modernidade. Forjaram um arcabouço metodológico sólido que permitiu intervir no mundo através da coleta, processamento e preservação sistêmica de informações. Não foi só no século XIX que isso ocorreu. Historiadores passaram o século XX tentando entender o que ocorria, preservando evidências e atuando no debate público e na organização do Estado, a partir do resultado dessas reflexões. A pergunta que cala fundo e ecoa seria a mesma: “será que isso é história? Penso, na realidade, que ela deve ser substituída pelo sintagma: fazer história foi sempre uma forma de se refletir e agir no tempo. Isso sim é história. Pressupor a história como uma ciência com estatuto epistemológico estável, com um repertório estável, com agentes estáveis, com arquivos prontos, organizados e conhecidos, é um equívoco. Isso não se trata de história de verdade, não corresponde ao que a disciplina foi desde que ela existe, nem ao que a disciplina deve ser, no futuro que nos aguarda. Corresponde apenas ao reflexo de nossa ignorância, conformando uma reação conservadora, medrosa e acomodada frente à obrigação de encarar o mundo e o presente de quem se entende como “historiador(a)”.

O arquivo: preservação sistêmica, gestão documental e democracia

A arquivística se estruturou no pós-Segunda Guerra Mundial como ciência e oferece suporte fundamental para a democracia no quadro de reorganização dos Estados. As constituições modernas tendem a reforçar o princípio da responsabilidade como fundamento, o que representava uma trava ao autoritarismo. Dispõe este princípio que os entes públicos devem responder pelos seus atos realizados no exercício de suas funções. Para que isso ocorra, é necessário cuidar dos documentos, desde a sua produção até a sua destinação final, já que destruí-los ou perdê-los é a forma mais eficiente de não responder por violência, abuso de autoridade, corrupção ou erro. O ente público que produz o documento deve portanto cuidar de sua gestão e manter as condições de possibilidade ao seu acesso, já que só assim pode responder pelo que fez. Junto a esse ganho de autonomia epistêmica da arquivologia, os arquivos públicos em um cenário global são imbuídos de um caráter abrangente e sistêmico: passam a ser além de lugares de preservação de documentos em papel, órgãos técnicos de caráter estruturador dentro do Estado.¹⁴

Esse fundamento, que ganha sua plenitude no ambiente de reconstrução da guerra, passou a representar a ligação entre arquivos, história e direitos. Infelizmente, com a especialização da arquivística, da ciência da informação e da própria historiografia, este elo foi se tornando cada vez mais precário e esta conexão original se tornando cada vez mais distante. Os fundamentos dos arquivos foram progressivamente desaparecendo dos cursos de metodologia e teoria da história. Do mesmo modo, os arquivos foram cada vez mais sendo organizados de modo que os laboratórios e grupos de pesquisa pudessem simplesmente utilizar documentos já arquivados e processados. O alheamento dos meios de produção da memória, a governança entre lembrar e esquecer, bem como o alheamento das ferramentas que permitem a gestão e organização da informação, não foi apenas um processo vivido no interior da história, mas nas humanidades em geral.

Desde o advento da internet e dos celulares, a sociedade se tornou mais tecnológica e a produção de evidências se multiplicou, porém, seus meios de produção e circulação são cada vez mais especializados e mais concentrados em sistemas complexos pertencentes a conglomerados privados, pelo menos no cenário ocidental. Todos, então, perderam a soberania sobre suas

¹⁴ Os Estados Unidos da América (EUA) tiveram uma importância central, pois seu modelo se difundiu ao longo de todo o ocidente. O grande arquiteto dessa elaboração foi o historiador Theodore Roosevelt Schellenberg, que trabalhou longo anos no National Archives and Records Administration (NARA) chegando a ser seu diretor. Seu livro *Modern Archives: Principles and Techniques*, lançado 1956, é profundamente influente. SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *Modern Archives: Principles and Techniques*. Chicago: SAA, 2003.

evidências e sobre sua memória. Neste contexto, no entanto, nunca foi tão urgente repensar as humanidades, em especial a história, recuperando algo que foi perdido na nossa formação que coincide fortemente com um dos seus papéis sociais mais importantes. Para isso, é necessário enfrentar o presente dentro da sua complexidade, incluindo os papéis das novas tecnologias na sociedade.

Uma história social da gestão documental

Documentos são a base fundamental da atividade estatal, o cimento que liga as suas principais funções. A compra ou licitação, um comando do governador ou presidente expresso em um decreto, a elaboração ou implantação de uma política pública passam necessariamente por eles. Mesmo com o advento do *e-mail*, esse cenário foi pouco alterado já que uma correspondência ou o seu conjunto produz um processo ou um documento oficial, resultando em um efeito, um comando dentro do Estado.

A arquivística moderna entende que os arquivos públicos devem assim estabelecer políticas de gestão de documentos ao Estado e que esse conjunto de normas deve se articular pelo controle da produção documental. As tabelas de temporalidade e os planos de classificação são os meios consolidados para organizar tais práticas. Existem várias tendências metodológicas para organizar e compreender esses instrumentos, contudo o predominante nos países anglo-saxões e também na Espanha foi uma linhagem funcional. Essa linha argumenta que se deve entender a administração pública e a produção de documentos a partir de suas macros funções: saúde, educação, recursos humanos etc. As tabelas de temporalidade regulam o fluxo de documentos dentro de cada órgão que realiza essas funções estruturadoras do Estado.

A missão do arquivo público é portanto técnico-científica já que é necessário conhecer, codificar, planificar e uniformizar as formas pelas quais o Estado se comunica internamente e produz suas decisões. Uma política de gestão documental, no entanto, só se faz com governança e nesse contexto faz-se necessário que as diferentes unidades dentro do Estado, sejam dotadas de setoriais de arquivos e protocolos. Isso significa que a atividade do arquivo é também gerar diretrizes e treinar servidores dentro desses preceitos. O objetivo principal é o controle do tempo, seja o tempo que leva para que um documento ser eliminado, considerando os prazos legais e cautelas necessárias; seja o tempo que leva para um documento ser considerado histórico ou permanente, portanto, indestrutível e assim encaminhado ao cuidado de um arquivo e ganhe um tratamento consistente com seu valor preservacional. O sistema só ganha eficácia plena se o documento for adequadamente classificado desde o seu nascimento.

Seguindo essa perspectiva, a eliminação controlada passa a ser um valor e um objetivo. Afinal de contas, não se pode guardar tudo. Muitos documentos não possuem valor histórico ou comprobatório relevante de forma eterna. Uma decisão de Estado produz dezenas ou centenas de documentos e muitas vezes aquilo que deve ficar para a história é apenas o efeito final decisório ou o registro do gasto público. Eliminação é um tabu no campo da história, tema mitigado e não discutido. Hoje alunos e professores de história imaginam a eliminação como crime e não como pilar da democracia. No entanto, posso dizer que guardar tudo pode gerar um efeito similar ou até pior ao de se destruir tudo. Porque, no mundo do documento em papel e no mundo do documento digital, relegar é o método mais frequente que leva à destruição, ao apagamento e ao esquecimento. O maior fator de destruição de documentos é a falta de cuidado e de diligência que leva ao acúmulo desordenado e não propriamente a destruição explícita. É justo, oportuno e lícito que o processo de seleção do que vai ficar ou não para a posteridade seja realizado com transparência e método.

São Paulo foi um caso exemplar na estruturação de um sistema de arquivos desde a iniciativa no governo Franco Montoro de criação do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (SAESP) e hoje foge a regra considerando a fraca tradição de gestão documental no Brasil e na América do Sul. Poucos são os casos de criação de um sistema estruturador de gestão documental, coisa que não só depende do desenvolvimento e internalização de conhecimentos, mas também de tempo, acúmulo e estabilidade das políticas públicas para que a governança se consolide. Apesar de criada na década de 1980, a iniciativa paulista ganhou força na segunda metade da década de 1990, com a estruturação de um local próprio em Santana ao Arquivo do Estado de São Paulo, instituição que existe desde 1892. A publicação em 2004 do Decreto Estadual n. 48.897 responsável por definir a função do Arquivo Público e a gestão dos documentos, juntamente dos critérios de guarda e eliminação, foi central. O texto foi resultado de um projeto FAPESP de 1998 intitulado “Sistema de Gestão Documental para o Estado de São Paulo”, capitaneado por Ana Maria Camargo, Heloisa Bellotto e Ieda Pimenta Bernardes. Construiu-se diretrizes e tabela de documentos para amparar toda a administração pública. Essas atividades resultaram na publicação do *Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo: Atividades-Meio*.¹⁵ A obra serviu como orientação e instrumento para a identificação, classificação, definição de prazos de guarda e destinação final (eliminação ou guarda permanente) dos documentos pelo Estado.

A tabela meio permitiu que o Arquivo exercesse de fato seu caráter de órgão central, já que criou condições mínimas para gerir a maioria dos documentos, abrangendo aqueles que são comuns

¹⁵ ARQUIVO PÚBLICO. *Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo: Atividades-Meio*. São Paulo: Arquivo do Estado, 2004.

a todos os órgãos da administração pública. Os conhecimentos desenvolvidos e o sucesso metodológico permitiram a projeção otimista da publicação de tabelas e planos que abrangiam os documentos específicos de cada órgão, conhecidos como “tabelas fim” e da consolidação das Comissões de Avaliação de Documentos e Arquivo (CADAS) em cada um dos órgãos. O sucesso da iniciativa culminou na transferência do Arquivo da Secretaria de Cultura à Secretaria de Governo em 2007. Esse ponto é fundamental pois marca a mudança de entendimento do Estado para com as funções do arquivo enquanto órgão central de um sistema. O arquivo a partir de então deveria compor um órgão com capacidade de governança de modo que suas disposições produzam o efeito desejado, levando principalmente à classificação na origem, à eliminação e, enfim, ao recolhimento sistêmico ao arquivo. Assim, o acervo deveria ser visto não apenas como uma massa estática de documentos históricos a serem processados para acesso, mas como um órgão em constante mutação e ampliação. Por isso, surgiu o projeto, no mesmo ano de 2007, de um prédio moderno que comportasse o fluxo decorrente do exercício dessa função. Inaugurada em 2012, a construção com seus aproximadamente 23 mil metros quadrados é a única brasileira pensada para ser um arquivo de grande escala, abrangendo critérios técnicos como controle de acesso, temperatura e umidade nos andares, cálculo estrutural de peso adequado, dentre tantos outros fatores. Durante esses mesmos anos, sob a administração Carlos Bacellar, o arquivo ganhou também concursos e atraiu servidores de outras áreas do Estado, resultando em um ganho robusto de recursos humanos.

Nos últimos meses da gestão Bacellar, a implantação da Lei de Acesso à Informação, nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, reforçou esse caráter cerebral do Arquivo Público na administração. Por meio do Decreto nº 58052 de 2012, o arquivo passou a ser o órgão gestor do Sistema de Informações ao Cidadão (SIC). Evidentemente isso reforçou a vascularização sistêmica do trabalho do arquivo, já que no período as CADAS também se consolidaram. Poucos anos depois o Estado instituiu a Comissão Estadual de Acesso à Informação (CEAI), terceira e última instância dos pedidos de acesso. Trata-se do sistema que regula o acesso do cidadão a documentos públicos. Fui o gestor do sistema SIC e presidente da CAEI por três anos, atividade que me gerou um imenso aprendizado que comentarei mais adiante. A alteração da governança da Lei de acesso à informação do Arquivo do Estado para a Controladoria Geral do Estado fez parte da plataforma de governo de Tarcísio de Freitas e ocorreu em dezembro de 2023.¹⁶ Antes disso, tivemos tempo de publicar uma portaria estabelecendo critérios e procedimentos ao acesso desses documentos, baseada nos

¹⁶ ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 67.624, de 31 de março de 2023. Disponível em: http://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f2023%2fexecutivo+secao+i%2fabril%2f11%2fpag_0001_87d384f3c3bbe9052832da608410bf08.pdf&pagina=1&data=11/04/2023&caderno=Executivo%20I&paginaordenacao=100001. Acesso em: 24 nov. 2024.

resultados da gestão dos dados de acesso, apontando soluções aos problemas mais recorrentes.¹⁷ Também instituímos o “observatório do acesso à informação”, resultado justamente do estudo das bases de dados que foi um instrumento de transparência fundamental para o sistema SIC.sp e que começou justamente graças às experiências de visualização de dados no Centro de Humanidades Digitais da UNICAMP e que contou com a ajuda de Alesson Ramon Rota, então doutorando.¹⁸

O surgimento de novas tecnologias, que acarretaram o processo de digitalização, atravessaram diretamente a gestão pública documental. A criação do Sistema Informatizado Unificado de Gestão Arquivística de Documentos e Informações, SPdoc, em julho de 2018 foi uma primeira resposta a essas novas demandas. Trata-se de um sistema digital que prove a gestão arquivística de documentos ainda produzidos em papel, integrando os protocolos estaduais e reunindo em uma mesma base de dados as referências sobre todas as informações e documentos gerados ou recebidos, em tramitação ou arquivados. O *Manual de Normas e Procedimentos para Protocolos* foi central para sua implementação. O passo seguinte ao SPdoc seria imaginar a produção ordenada de documentos produzidos no ambiente digital.

Um desdobramento direto dessa ação foi a implementação do SIGADoc, batizado posteriormente como “Documentos Digitais” do programa Sp Sem Papel. Sua concepção e incubação ocorreu em 2019 dentro do Arquivo. O SIGADoc é um sistema de gestão arquivística de documentos digitais desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2). Imaginado ao trâmite de documentos digitais dentro do próprio arquivo, a solução escalou para todo o Estado especialmente no ano de 2020, graças ao cenário de pandemia de COVID-19. Sua formalização deu-se com o Decreto nº 64.355 de 31 de julho de 2019.¹⁹ O principal responsável pelo projeto “São Paulo Sem Papel” foi Fernando Padula, meu antecessor na direção do arquivo. A escalada contou com a parceria da PRODESP, a Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo, deslocando do arquivo para a companhia a equipe principal de desenvolvimento do sistema, mas criando ao mesmo tempo no arquivo um centro responsável pela “Gestão e preservação de documentos digitais”. O projeto “São Paulo Sem Papel” tornou-se assim um empreendimento prioritário da administração João Dória durante a pandemia, já que ele respondia a algumas necessidades imediatas. As pessoas foram obrigadas a emitir documentos digitais de um dia para o

¹⁷ ESTADO DE SÃO PAULO. Portaria Uapesp/Saesp-11, de 16 de janeiro de 2023. Disponível em: [http://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f2023%2fexecutivo+secao+i%2f janeiro%2f18%2fpag_0003_13ba4932dcd10f0f9f97a0256fce3a3.pdf&pagina=3&data=18/01/2023&caderno=Executivo o%20I&paginaordenacao=100003](http://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f2023%2fexecutivo+secao+i%2f janeiro%2f18%2fpag_0003_13ba4932dcd10f0f9f97a0256fce3a3.pdf&pagina=3&data=18/01/2023&caderno=Executivo%20I&paginaordenacao=100003). Acesso em: 24 nov. 2024.

¹⁸ SÃO PAULO. Observatório de Acesso à Informação. Portal da Transparência do Estado de São Paulo, s.d. Disponível em: <https://www.transparencia.sp.gov.br/Home/Observatorio>. Acesso em: 24 nov. 2024.

¹⁹ ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 64.355, de 31 de julho de 2019. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2019/decreto-64355-31.07.2019.html>. Acesso em: 24 nov. 2024.

outro, considerando as restrições de circulação e outras medidas sanitárias ligadas à pandemia. O sistema chegou a ter cerca de 160 mil usuários e gerou milhares de documentos digitais.

Minha entrada no Arquivo do Estado entre dezembro de 2020 e janeiro de 2021 foi nesse exato contexto. O sistema fora implantado em praticamente toda a administração pública, mas era precário do ponto de vista da gestão documental. O SIGAdoc não nasceu com suas regras prontas. Era necessário transpor a política de gestão documental ao sistema, especialmente dispositivos como a contagem de prazo, o encerramento de processo, a eliminação, entre outros recursos. Também era necessário o desenvolvimento de um repositório seguro para documentos digitais acompanhado de documento normativo.

Tudo isso debaixo de um contexto de profunda disputa política que colocou em questão as funções centrais do Arquivo do Estado. Os dados e os documentos passaram a ser um elemento fundamental que despertava interesse, posto que a digitalização dos serviços atraem votos, bem como poder financeiro, já que estes mesmos serviços digitais tem um custo elevadíssimo em uma transação que vai da demanda feita pelo Estado à execução de um serviço, também realizado pelo Estado.

Com a saída da equipe do SP Sem Papel do Arquivo, também foi deslocada a liderança negocial da operação para a recém criada Subsecretaria de Serviços ao Cidadão, Tecnologia e Inovação, parte da Secretaria de Governo, constituída pelo Decreto 64.604 de 22 de novembro de 2019.²⁰ O Arquivo perdia força na governança dos documentos digitais, problema claramente posto antes da minha gestão com o estabelecimento da Subsecretaria e com a dissolução do Comitê de Governança Digital do Programa SP Sem Papel, secretariado pelo Arquivo e a criação do Comitê Gestor de Governança de Dados e Informações do Estado de São Paulo, instituído pelo Decreto nº 64.790, de 13 de fevereiro de 2020. Este comitê representou um erro e uma interferência grave na governança da informação no Estado, pois partia do equívoco de que é possível separar a governança de dados da governança de documentos.

Documentos dependem apenas de suportes estáveis para circular a informação, suportes que podem ser digitais ou analógicos. O sistema de Documentos Digitais do Programa Sp Sem Papel cuidava essencialmente de documentos nato-digitais, entretanto houve com a passagem do controle do Comitê para a Subsecretaria uma interferência na política de gestão documental. O comitê também era e ainda é o responsável por instituir uma política de gestão de dados no Estado, coisa incompatível com um órgão consultivo e deliberativo justamente pela falta de uma estrutura capaz de implementar tal política. Trata-se de uma impossibilidade técnica, prática e epistêmica,

²⁰ ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 64.601, de 22 de novembro de 2019. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2019/decreto-64601-22.11.2019.html>. Acesso em: 24 nov. 2024.

sintomática de uma realidade mundial: o deslocamento de poder para áreas que controlam e produzem tecnologia. Na maioria dos Estados, das prefeituras e também no plano federal, os arquivos sequer disputam esse poder, de maneira que a gestão de dados e informações deverá simplesmente sobrescrever a gestão de documentos ainda incipiente, na medida em que praticamente todos os documentos nos estados e no Governo Federal são produzidos digitalmente.

Os arquivos, quando existirem e se caso existam, serão relegados a posição de depósitos de papel, museus de papel. Esse quadro gerou um desafio enorme não só ao Arquivo do Estado, mas também para a minha carreira: repensar a governança de dados, documentos e informações dentro do Estado, encontrando formas de harmonizar a gestão documental e a governança arquivística com a gestão de dados e tecnologia. Também poderíamos resumir a missão no sintagma: qual é o papel dos arquivos nos governos diante da transformação digital?

O arquivo deve ser entendido como parte de um processo que envolve a política de dados abertos, regulamentada pela Lei Geral de Proteção de Dados e pelo acesso à informação. Constitui-se como o *data lake* do Estado, denominado como CEDESP e um Comitê de Governança de Dados. Um dos princípios fundamentais deste processo, a separação entre serviços digitais para o cidadão e a governança de dados no Estado, deve ser entendido como valor soberano. O Estado é responsável não só por uma produção sustentável de documentos, dados e informações; mas também por utilizar as informações que são geradas decorrentes das suas atividades para o aprimoramento das políticas públicas. Este é o valor principal atrelado à ideia de gestão e governança de dados. Isso se os arquivos quiserem ter um papel semelhante ao que tiveram na sociedade desde o século XIX como gestores da informação para subsidiar políticas públicas e decisões orientadas (somado ao seu valor preservacional reforçado ao longo do século XX).

O movimento de rearticulação dentro da Secretaria de Governo que reforçou a governança tecnológica foi sintomático do cisma no Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). O então Secretário de Governo, Rodrigo Garcia, foi progressivamente ocupando papel preponderante na administração do Estado, mas, mesmo tendo aderido ao PSDB, representava outro grupo político. Não por acaso, Dória e Rodrigo colidiram quando o primeiro saiu do Governo para se candidatar à presidência, se arrependeu e ameaçou retornar. O governo àquela altura já era ocupado por Garcia e sua equipe. Uma Subsecretária de Serviços ao Cidadão, Tecnologia e Inovação forte implica também o controle político sobre as relações entre governo e Prodesp, operação bilionária e politicamente sensível, considerando que os serviços ao cidadão podem comprometer eleições e atraem a atenção da mídia. Trata-se aqui das operações de Detran, Poupatempo, dentre outros, o que envolve serviços relacionados com emissão de documentos.

Não por acaso, pouco antes da minha chegada, em meados de 2020, o Arquivo foi transferido sem explicação da Secretaria de Governo para a recém criada Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, comandada por Mauro Ricardo, quadro histórico do PSDB. Possivelmente o Arquivo Público foi visto como representativo de outro grupo e de outro momento histórico que se procurava superar. Fora justamente graças aos quadros históricos do PSDB, em especial Aloysio Nunes, durante a gestão José Serra (2007-2011), que a instituição ganhou força saindo da Secretaria da Cultura e compondo a Secretaria de Governo; sem contar a criação do sistema no governo Franco Montoro e a mudança para a nova sede durante a administração Mário Covas.

Foi nesse contexto que tomei uma série de medidas que fortaleceram o Arquivo do Estado em disputa com os interesses que provinham da subsecretaria. A instituição de forma integral com todas as suas principais equipes foi articulada para esse fim. Mais de 50 servidores dedicaram-se a isso. O plano era transpor a governança sistêmica que tínhamos sobre os documentos em papel para o mundo digital. A Portaria UAPESP-2 por mim assinada em 4 de junho de 2021 em grande medida sintetiza esforço ao criar o grupo de trabalho Arquivo Digital.SP.²¹ Um investimento de 7 milhões de reais, por fazermos parte do plano estratégico de governo (no quesito “digitalização dos serviços”), foi realizado no Arquivo entre 2021 e 2022. O dinheiro foi utilizado para criar uma estrutura de repositório seguro. Novas unidades de armazenamento digital foram adquiridas e o *Data Center* expandido. Toda a rede elétrica do prédio foi reorganizada e reforçada para evitar sinistros e quedas abruptas, buscando dar autonomia e segurança energética para as instalações. Isso inclui investimento em geradores e os nobreaks articulados em sistema de redundância, que protegem nosso acervo físico e digital por quase dois dias na eventual falha da rede elétrica. Quedas de energia abruptas eram muito comuns e comprometem a saúde dos repositórios. A portaria de 12 de junho de 2023, que institui um “Programa de Gerenciamento de Riscos”, é o último desdobramento dessa sequência de aprimoramentos infraestruturais que levei a cabo no interior do Arquivo.²² Isso inclui o aprimoramento de um trabalho diário de monitoramento climático (temperatura e umidade em todos os depósitos, segurança, controle de pragas, gestão sustentável dos espaços etc).

²¹ ESTADO DE SÃO PAULO. Portaria UAPESP 2-2021, de 4 de junho de 2021. Disponível em: http://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f2021%2fexecutivo+secao+i%2fjunho%2f05%2fpag_0006_f9c0eb7ad4b98a6bec77c1d71862182e.pdf&pagina=6&data=05/06/2021&caderno=Executivo%20I&paginaordenacao=100006. Acesso em: 24 nov. 2024.

²² ESTADO DE SÃO PAULO. Portaria UAPESP n. 1, de 12 de junho de 2023. Disponível em: http://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f2023%2fexecutivo+secao+i%2fjunho%2f13%2fpag_0008_ee13006f82195b88cf6cb168f3521d9b.pdf&pagina=8&data=13/06/2023&caderno=Executivo%20I&paginaordenacao=100008. Acesso em: 24 nov. 2024.

A publicação do livro *Política de gestão e preservação de documentos digitais* no final de 2022 foi parte fundamental desse processo.²³ Disponibilizou-se um texto que apresentava parâmetros técnicos para uma governança dos documentos públicos nato-digitais. Seu conteúdo acabou por ser tornar parâmetro para outros Estados ou municípios, porém a abrangência para a gestão documental digital persiste como uma característica única. Normalmente, políticas semelhantes não abarcam a gestão sistêmica e o consequente recolhimento considerando o universo de um sistema central e setoriais articulados. A entrega de tudo isso se deu em 17 de novembro de 2022, na ocasião das comemorações dos 130 anos da criação do arquivo. Assinei a portaria número 10 em 14 de dezembro de 2022, regularizando o procedimento de recolhimento de documentos digitais e sistemas no âmbito da administração ao repositório.²⁴ Ocorria concomitantemente os últimos momentos da administração de Garcia e a transição para a gestão de Tarcísio de Freitas. Quando entreguei o projeto, não tinha ninguém mais para perceber que fiz um ato de confronto ou resistência que procurava garantir a estabilidade funcional do arquivo no contexto de transição do papel para o mundo digital.

A criação do repositório digital e da política foram o ato mais importante de todo esse processo, que se pode considerar concluído no primeiro biênio da minha gestão, que se encerrou em dezembro de 2022. A ideia era simples: se o sistema produzia e tramitava documentos nato-digitais, era necessário que esses documentos cumprissem, assim como no papel, seu ciclo de vida e fossem encaminhados para a sua destinação final. Assim como no papel, a eliminação permitiria que o sistema fosse sustentável em termos de custo e operação. Caso a destinação final fosse permanente, esses documentos deveriam então ser destinados para um repositório arquivístico seguro com capacidade de receber documentos sistemicamente e portanto em escala.

Montar um repositório dessa natureza não foi trivial porque naquele momento poucos órgãos públicos e privados possuíam isso e nenhum deles na escala que precisávamos. Para isso, incrementei o time com dois ex-alunos meus que estudaram o problema em escala mundial e durante meses criaram novas linhas de programação na ferramenta conhecida como *Archivematica*,²⁵ conjunto de operações padronizadas em cadeia que garantem a preservação arquivística de objetos digitais. Além disso, a equipe do arquivo também desenvolveu a instalação do *Atom: access to memory*, ferramenta recomendada pelo ICA (*International Council of Archives*)

²³ ARQUIVO DO ESTADO. *Política de gestão e preservação de documentos digitais*. São Paulo. Arquivo do Estado, 2022.

²⁴ Estado de São Paulo. Portaria UAPESP 2-2021, de 14 de dezembro de 2022. Disponível em: http://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f2022%2fexecutivo+secao+i%2fdezembro%2f17%2fpag_0008_951bebd47217129e893eed7997775e05.pdf&pagina=8&data=17/12/2022&caderno=Executivo%20I&paginaordenacao=100008. Acesso em: 24 nov. 2024.

²⁵ Artefactual Systems. *Archivematica: sistema de preservação digital de código aberto*. Archivematica, s.d. Disponível em: <https://www.archivematica.org/pt-br/>. Acesso em: 24 nov. 2024.

para acesso público aos dados de arquivo, incluindo aos arquivos digitais. Os documentos digitais do arquivo são de difícil acesso porque geralmente um projeto de digitalização gerou uma base de dados autônoma da outra. O *Atom* não só oferecia uma porta pública ao acervo, mas a chance de unificar esta base em um sistema que é ao mesmo tempo arquivístico, portanto conserva as regras técnicas de descrição, mas com uma interface competente com o usuário. Nosso *Atom* também foi para o ar no final de 2022 e foi batizado de “Arquivo Público Digital do Estado de São Paulo”.²⁶ O trabalho de unificação de bases de dados em uma porta de acesso único ainda segue em andamento.

Quando me refiro a repositório, remeto portanto a essa abstração que acumula essas camadas: política, infraestrutura, solução de preservação sistêmica articulada com estratégia de acesso público, difusão e expansão de acervo. Importante enfatizar que expansão de acervo digital não necessariamente se reduz à reprodução do arquivo físico. O digital permite muito mais do que isso. O repositório representa a expansão da política arquivística no meio digital, quase como se o arquivo se abrisse em dois: aquele que conhecemos até agora e aquele que virá a ser com suas funções estratégicas devidamente transpostas para o universo do digital.

Esses princípios gerais guiaram a constituição do repositório: 1. Compartilhamento de dados de forma segura, soberana e transparente; 2. regulação, certificação e papéis claros diante do cenário de transformação tecnológica; 3. promoção de (auto)consciência educativa junto aos cidadãos e as cidadãs; 4. compromissos comunitários em torno dos dados (dados para o bem comum); 5. promoção de ferramentas educativas e estratégias de difusão de acervo que mirem um público amplo; reprodutibilidade sustentável; 7. gestão compartilhada para o bem comum; 8. otimização de recursos e de investimentos;

Assim, o repositório digital representa uma rearticulação da ideia de arquivo, que não se sobrepõe à lógica do arquivo tradicional, mas o complementa e permite a expansão e a ressignificação. Não se trata apenas de digitalizar o acervo histórico disposto em nossas dependências hoje, porém refundar algo novo. A preservação digital apresenta-se, nesse processo, como conjunto de estratégias confluyente visando formas confiáveis de certificação, seja de documentos nato digitais, os que são nascidos em ambiente virtual; seja os documentos que são digitalizados a partir dos nossos acervos e coleções; e também aqueles que estão que não estão sob a nossa custódia, mas que desejamos digitalizar e eventualmente certificar.

Um repositório seguro garante a preservação digital, permitindo que o documento seja certificado como autêntico no futuro. Do ponto de vista inclusive legal, pode-se admitir uma transferência ou duplicação de autenticidade. Digitalizar simplesmente vale o mesmo que uma

²⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Arquivo Público Digital. s.d. Disponível em: <https://atom.arquivoestado.sp.gov.br/>. Acesso em: 24 nov. 2024.

fotocópia de um documento impresso, ou seja, não tem valor jurídico. Uma cópia autenticada, por qualquer método, igualmente mantém no original o critério precípua de autenticidade, fazendo sempre referência ao documento primeiro. Um documento processado em um repositório arquivístico seguro, dotado de política e competências estipuladas, critérios explícitos de captura de metadados, estratégia de manutenção do lastro da cadeia de custódia, dentre outros fatores, representa a possibilidade de transferência da aura de autenticidade do original à cópia. Para o caso de documentos que não são classificados como permanentes, esses critérios técnicos amparados na legislação atual permitem, inclusive, o descarte do original físico. O dispositivo jurídico que permite isso foi o Decreto Federal 10.278 de 2020 e em São Paulo a Portaria 5 de 2021, um dos primeiros produtos do programa Arquivo Digital.sp.²⁷

Pode-se indagar sobre qual é a conveniência dos documentos históricos serem digitalizados e suas cópias se tornarem representantes autênticos dos originais. A resposta para isso reside na finitude do papel e dos outros suporte físicos. Os nossos “Inventários e Testamentos” começam em 1578. Não se sabe até quando eles durarão já que o papel, como qualquer outra coisa, perece mesmo em condições muito boas de conservação. Mesmo que eles durem por algumas centenas de anos, aquilo que é visível hoje equivale, devido a ação do tempo, a uma porção menor do que era visível na virada do século XIX ao século XX. O valor jurídico da cópia permite que o arquivo cumpra sua função estratégica no futuro: regular a gestão da informação e certificar os documentos e consequentemente os direitos a eles atrelados.

Essa mesma lógica permite a expansão de um acervo digital independente da custódia física do documento. Neste caso, devemos também atuar para garantir direitos, digitalizando e certificando documentos que garantem direitos, especialmente direitos humanos e que correm eventual risco. Por isso, nosso repositório conta com os documentos do *Departamento de Profilaxia da Lepra*, que atuou de aproximadamente 1930 a 1980, centralizando informações sobre os vários hospitais-asilo e preventórios, que implementaram a política de isolamento no tratamento de pacientes da hanseníase. A decisão foi acertada já que em 2023 o presidente Lula assinou a Lei 14.736 que prevê o pagamento de pensões para os filhos das vítimas dos abusos implicados no tratamento da hanseníase.²⁸

A lógica da perda e incerteza também se aplica a documentos nato-digitais. Sistemas legados e evidências digitais se perdem com muito mais facilidade do que os seus equivalentes

²⁷ ESTADO DE SÃO PAULO. Portaria Uapesp/Saes p. 5, de 5 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/apesp-institui-portaria-sobre-digitalizacao-e-eliminacao-segura-de-documentos/#:~:text=O%20Arquivo%20P%C3%ABablico%20do%20Estado,de%20seus%20representantes%20digitais%20para.> Acesso em: 24 nov. 2024.

²⁸ GOVERNO FEDERAL. Lei 14.736, de 24 de novembro de 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114736.htm. Acesso em: 24 nov. 2024.

físicos. A perda não ocorre tão frequentemente com a eliminação, mas sim com o descolamento entre dados e metadados ou mesmo da ruptura do lastro com a cadeia de custódia. Evidências produzidas em um sistema, como é o caso do Documentos Digitais do Sp Sem Papel que foi desativado, dependem da manutenção do sistema original para a garantia da integridade dos dados. A quebra da cadeia de custódia será um dos problemas mais graves do futuro, já que um documento pode perder o seu valor como prova se o lastro em cadeia, que permite justamente a reconstituição dos passos fundamentais que aquela evidência trilhou para chegar até o presente, se perder. Trata-se de um curioso caso em que um conceito arquivístico ganha progressivamente reverberação em outros dispositivos do mundo jurídico, inclusive o criminal tais como a Lei 13.964 de 2019 e o artigo 158-A do Código de Processo Penal.²⁹ No limite, o repositório seguro garante que um documento possa ser usado no futuro como prova. O contrário disso é a impossibilidade da responsabilização. Se os arquivos não guardam evidências digitais que podem ser consideradas autênticas, não há como garantir o princípio da responsabilidade e portanto não há uma democracia possível.

Isso é sintomático do quadro que estamos vivenciando no mundo contemporâneo uma vez que existem pouquíssimas garantias hoje de preservação digital de qualquer coisa, inclusive e especialmente dos sistemas operados por governos, universidades e tribunais. Vivemos um quadro atual de desgovernança, seja com relação aos dados digitalizados, seja em relação aos nato-digitais. Sem uma preservação digital consistente perderemos em cinco ou dez anos quase tudo que produzimos atualmente. Um laboratório ou um pesquisador universitário que produziu digitalmente nos últimos 20 ou 30 anos deixará certamente um legado muito mais precário e menos acessível hoje do que se fazia anteriormente com um acervo em papel.

A certificação de direitos depende da capacidade do arquivo de consolidar nomes, de preservar a conexão entre pessoas, direitos e documentos. Tome-se por exemplo os principais documentos pertinentes à imigração: o registro na hospedaria de imigrantes, as fichas da delegacia e as listas de desembarque no porto de Santos. Estas últimas estão disponíveis no Arquivo desde aproximadamente 1880. Tais materiais foram digitalizados, mas não indexados por nome. Os documentos digitais estão disponíveis publicamente, mas só podem ser localizados por nome da embarcação e data. Os registros da hospedaria também seguem a mesma cronologia, porém estão disponíveis indexados por nome e sobrenome, de modo que o site do arquivo oferece uma busca e um serviço de emissão de certidões coetâneo. Mais de dois milhões de fichas estão digitalizadas, no entanto não estão indexadas por nome e sobrenome. Tendo nomes e sobrenomes indexados e

²⁹ GOVERNO FEDERAL. Lei 13.964, de 24 de dezembro de 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/113964.htm. Acesso em: 24 nov. 2024.

agregados em uma base única, teremos um cenário ideal para que o cidadão busque seu antepassado e o resultado apareça independente da especificidade do documento.

O *Family Search*, base de dados mundial de nomes criada pela Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos últimos dias, oferece esse serviço de maneira inteligente e exemplar. Nesse caso, é importante lutar pela soberania das bases e não simplesmente doar dados sem contrapartida estratégica. Uma iniciativa importante nesse sentido foi a digitalização do arquivo geral do Delegacia de Ordem Política e Social (DEOPS). Conhecido pela atuação repressiva na Ditadura Militar, o DEOPS existe desde 1924 e suas fichas remetem para prontuários ou para dossiês. Prontuários são documentos que implicam processo oficial de investigação ou prisão. Dossiês são documentos de inteligência, aglomerados por nomes sobretudo, mas também por temas. Sua função era manter a informação mais completa e atualizada possível disponível para a consulta e possível tomada de decisão. São mais de dois milhões de fichas de dossiês que compreendem uma base de dados iniciada em 1940 pela polícia. As fichas digitalizadas encontram-se disponíveis no site do arquivo, mas a indexação dos nomes está por ocorrer. Ao fazê-lo, damos passos para a consolidação de uma base com milhões de nomes.

Repositórios e Governança de Dados na UNICAMP e no Estado de São Paulo

As implicações de soberania e desigualdade relacionadas com a digitalização são temas fundamentais que terei a oportunidade de discutir na tese que apresento como Livre Docência. De qualquer maneira, vale chamar atenção ao fato de que um repositório soberano também depende de um certo grau de autonomia infraestrutural. O que pode ficar hospedado em um contrato de nuvem privada quando se trata de serviços públicos, seja da administração direta ou até das universidades? Quais são os dados que pela sua natureza e interesse devem ficar hospedados em uma infraestrutura local ou em uma nuvem com protocolos mais elevados de segurança e autonomia?

Um projeto interessante que me envolvi foi a elaboração do Programa de Governança de Dados da Unicamp, instituído pela Portaria CITIC, de fevereiro de 2023 a agosto de 2023, enquanto membro de um Grupo de Trabalho (GT) especializado para esse fim. A iniciativa foi minha; do professor Ricardo Dahab, docente titular do Instituto de Computação e coordenador de Tecnologia de Informação da UNICAMP; e da servidora Silviane Duarte Rodrigues, responsável técnica pelo Escritório de Dados Institucionais e Suporte à Decisão.³⁰

³⁰ UNICAMP. Escritório de Dados Institucionais e Suporte à Decisão. s.d. Disponível em: <https://dados.unicamp.br/>. Acesso em: 24 nov. 2024.

Desde 2020, eu colaborava como membro da Comissão de Gestão de Dados de Pesquisa, responsável por instituir a política de dados abertos na universidade e por gerir o Repositório de Dados de Pesquisa (REDU) da UNICAMP.³¹ Integrei algum tempo depois o Comitê Gestor da Privacidade e Proteção de Dados (CGPPD), com o qual colaboro até hoje.³² Na prática, venho sendo uma espécie de consultor de governança, privacidade e acesso a dados, documentos e informações para a universidade. No início de 2019, uma aproximação aconteceu por intermédio da professora Cláudia Bauzer de Medeiros, também titular do Instituto de Computação e a principal figura por trás da implantação do REDU. Juntos, demos aulas e palestras para nossos alunos no IFCH e no IC até que me acerquei do reitor, da vice-reitora e do coordenador de TIC, situação que me levou ao tema, na época urgente, da implantação de política de privacidade de dados, que também vinha sendo capitaneado pelo professor Dahab.

Seja no Estado seja na universidade, a produção de documentos, dados e informações não segue padrões na sua produção, processamento ou trâmite. Eles acompanham o traço da mentalidade arraigada pela qual cada um produz informação conforme o seu interesse. Cada setor, cada laboratório e no limite cada pesquisador adapta os seus dados a sua realidade. Quando avaliamos a governança de dados em uma organização, é necessário identificar os principais produtores de dados das atividades meio e das atividades fins, bem como distinguir os principais aparelhos administrativos estruturantes, tais como órgão central de RH, diretoria acadêmica, órgão central de compras e licitações, órgão central de gestão de patrimônio etc. Cada um desses é um produtor de dados em larga escala, bem como detém sistemas digitais complexos para administração das suas funções.

Todos eles costumam se relacionar com uma coordenadoria de Tecnologia da Informação. No caso do Estado, é a Subsecretaria de Tecnologia e por extensão a Prodesp que presta o serviço. No caso da UNICAMP, é a Diretoria Executiva de Tecnologia de Informação e Comunicação (DETIC). Nenhum desses órgãos se preocupa precipuamente com o cruzamento dos dados visando a tomada de decisão e a transparência. Diante da necessidade de transparência com a LAI, o Estado e a Universidade criaram sistemas de atendimento de transparência. Com a emergência do mundo digital, alguns desses dados, antes só acessados por demandas do cidadão, portanto, passivamente, tornam-se dados de transparência ativa, normalmente dispostos em um portal. Com a Lei Geral de Proteção de Dados número 13.709 de 2018, os órgãos públicos se tornam obrigados a realizar

³¹ UNICAMP. Repositório de Dados de Pesquisa da Unicamp (REDU). s.d. Disponível em: <https://redu.unicamp.br/>. Acesso em: 24 nov. 2024./.

³² UNICAMP. Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais (CGPD). Coordenadoria Geral da Universidade, s.d. Disponível em: <https://cgu.unicamp.br/comites/comite-gestor-de-protECAo-de-dados-pessoais-cgpd/>. Acesso em: 24 nov. 2024.

adequações e isso ocorre nos dois casos que experienciei. Foi regulamentado pelo Decreto 65.347 de 2020 no Estado isso e estipula uma figura central de encarregado de dados para toda a administração direta. Houve na Unicamp a designação de um encarregado e de um Comitê Gestor de Privacidade de Proteção de Dados, do qual faço parte.

Isso significa que o mundo digital não só estremeceu a relação entre arquivos, documentos e digitalização, mas o universo da produção e circulação de informações foi abalado. Novas necessidades de proteção e cruzamento da informação se tornaram urgentes e outros problemas vinculados com a transparência foram destacados. As respostas no geral continuaram seguindo uma lógica de um mundo atomizado; as dificuldades no setor público também impõe um bloqueio para que se reforme estruturalmente a produção da informação posto que tudo deveria então ser desfeito. O problema reside no hábito, na mentalidade, na forma de conceber um projeto, começar um sistema, gerenciar um setor. Digitalizamos hábitos no sentido que transpomos ao mundo digital algo que nasceu analógico, enquanto deveríamos reescrever as iniciativas e projetos a partir da lógica do cruzamento, da integração, do reuso criativo, da necessidade de registro, da governança de forma mais específica. Exatamente a mesma coisa poderia ser dita para a lógica dos dados científicos produzidos pela universidade.

A existência de comitês - órgãos consultivos para orientar o cruzamento, uso e cessão dos dados como é o caso do Comitê Gestor de Governança de Dados e informações do Estado de São Paulo (CGGDIESP) - é uma iniciativa interessante, mas não deixa de ser um arremedo, pois cria uma instância “superior” para organizar a desordem que nasceu assim na origem. Em muitos casos, inclusive no da UNICAMP existem vários comitês para cada um dos setores. Órgãos consultivos não têm a capacidade de implantar políticas. São pela própria natureza apenas consultivos e deliberativos.

Outro paliativo importante são as piscinas de dados ou *data lakes*. Basicamente com eles é possível cruzar os dados que nascem atomizados para o favorecimento da tomada de decisões. São na sua maioria equipes de cientistas de dados que empregam tecnologias para produzir visualizações dos dados, dando assessoria estratégica para o poder central. Via de regra sua atuação não depende de governança ou organização. Sua função é justamente para dar sentido ao universo não convergente de informações vindas dos setores. Podem implicar governança, como é o caso descrito por Jordi Serra Serra no qual o *data lake* produz diretrizes e sistemas para uma política de dados.³³ Ou seja, na experiência de cruzamento, a equipe produz novas diretrizes que obrigam que

³³ SERRA SERRA, Jordi. *El rol de la sèrie documental en entorns de gestió dadificats: una proposta metodològica en el marc de la governança de la informació*. Programa de Doctorat en Informació i Comunicació, Universitat de Barcelona. Departament de Biblioteconomia, Documentació i Comunicació. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10803/690381>.

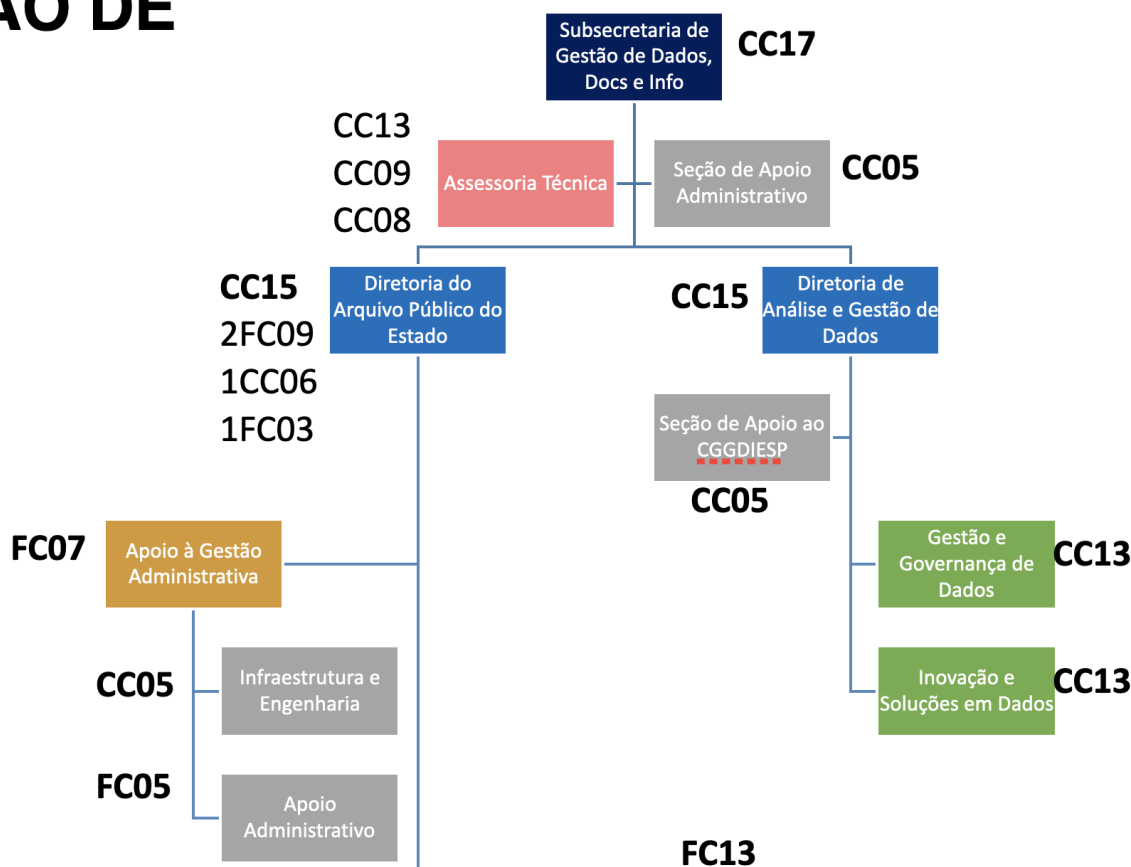
os dados nasçam interoperáveis no âmbito das bases e sustentáveis com relação ao seu reuso e transparência.

O que é possível fazer é propor a separação entre serviços digitais ao cidadão e gestão dos dados públicos produzidos a partir da sua própria engrenagem, incluindo o sistema de arquivos. Dada a separação, deve-se pensar na ordenação de unidades sob a mesma governança, que sejam responsáveis pela transparência, proteção de dados, gestão de documentos e gestão de dados; bem como o comitê responsável e a gestão curatorial do *data lake*. Foi justamente essa ideia que orientou o grupo de trabalho instituído na Unicamp para elaboração de um Programa de Governança de Dados no âmbito da universidade, iniciado em fevereiro de 2023. O resultado foi um relatório³⁴ e uma proposta de validação de Comitê de governança de dados no Conselho Universitário (ainda não aprovada mas com parecer jurídico favorável).

A experiência da UNICAMP serviu de laboratório ao Estado. O cenário no governo é disfuncional e desafia o futuro dos arquivos. A discussão não existe no poder federal. Uma parte importante do trabalho de 2024 foi uma proposta de reforma estrutural do Arquivo e junto com ela a ideia da consolidação de uma “Subsecretaria de governança de documentos, dados e informações”. O princípio desta unidade estruturante é integrar sobretudo a política de gestão de documentos com a política, ainda incipiente, de gestão de dados no Estado. Junto à estrutura governança de dados, teríamos a seção de apoio ao Comitê Gestor de Governança de Dados e informações do Estado de São Paulo (CGGDIESP). Depois da publicação do decreto 69052 de 14 de novembro de 2024, sabemos que o secretário Caio Mario Paes de Andrade optou por não acolher o projeto de Subsecretaria, de modo que a governança de dados no Estado de São Paulo permanece basicamente a mesma que foi descrita neste memorial. O arquivo será então o único órgão estruturador que não será uma subsecretaria ou compõe alguma e responderá, enquanto uma diretoria, diretamente ao gabinete da Secretaria de Gestão e Governo Digital.

³⁴ Todos os documentos e relatórios estão disponíveis em:
<https://drive.google.com/drive/folders/0AKzHKClwsnZXUk9PVA>.

AO DE



A própria estrutura do Arquivo Público vai ser bastante modificada com a introdução de novos departamentos e a distribuição dinâmica de competências. A principal novidade é a introdução de uma coordenação denominada “Arquivo Digital”, que concentra as competências de gestão e preservação de documentos arquivísticos digitais. Além da coordenadoria de “Gestão do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo”, que prossegue sem grandes modificações, introduzimos a coordenação de “Preservação e Ingresso de Acervos”, unidade disposta justamente para facilitar o uso racional dos espaços articulada com um política de recolhimentos, já delineada nessas linhas; somado a uma coordenação de “Tratamento de acervos”, e outra, que ganha autonomia de “Difusão de acervos”. Investo também em um projeto de “Escola do Arquivo” com a consolidação de um projeto de curso de especialização de 450h e a reforma de um espaço para tal fim. Seguindo diretrizes gerais do governo Tarcísio de Freitas, a reforma pode trazer como consequência algum tipo de corte ou demissões. Nada garante inclusive a execução das propostas mencionadas aqui. O cenário atual é de incerteza. De todo modo, fica o registro de uma recomendação técnica necessária, fruto de reflexões e vivências com as duas estruturas:

universidade e Estado, que leva em consideração o futuro do arquivo como órgão central integrado com outras competências hoje importantes na produção dos dados, documentos e informações.

A reforma de 2025 no Arquivo Público do Estado de São Paulo, estabelecida pelo Decreto número 69.052 de 14 de novembro de 2024, trouxe significativas mudanças organizacionais e funcionais ao Arquivo.³⁵ A organização da instituição baseava-se em dois departamentos: o Departamento de Preservação e Difusão do Acervo e o Departamento de Gestão do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo. Tais órgãos reuniam uma variedade de funções sem uma divisão especializada entre as diferentes áreas de atuação, na verdade, o Departamento de Preservação não era nada menos do que o arquivo histórico, totalmente estruturado e sem mudanças significativas nos últimos 30 ou 40 anos. O departamento que coordena o sistema por sua vez nasceu na década de 1990 e tomou a sua forma com o decreto de 2009. Na prática o arquivo foram dois “arquivos” durante esses últimos 30 anos, um para gestão e outro para preservação. A coordenação ao mesmo tempo era fraca em capacidade de entrega e alcance. Então o projeto atual dissolve finalmente a dicotomia entre gestão documental e preservação de acervo, impondo uma lógica de transversalidade e complementaridade. Além disso, dissolve o arquivo histórico enquanto forma resistente, articulando uma proposta de arquivo para o futuro, com uma “Coordenadoria de Arquivo Digital” As atividades de preservação, digitalização, recolhimento, gestão do espaço, gestão de risco, difusão de acervos, dentre outras eram realizadas em setores e divisões, mas sem uma coordenação específica, o que dificultava a eficiência e o foco nas tarefas essenciais.

A medida reorganizou a estrutura da instituição, criando cinco coordenadorias especializadas, cada uma com responsabilidades definidas para atender às demandas contemporâneas de gestão e preservação documental. A Coordenadoria de Gestão do Sistema de Arquivos ficou encarregada de monitorar e supervisionar os sistemas arquivísticos estaduais, enquanto a Coordenadoria de Arquivo Digital passou a gerenciar a preservação e o acesso dos acervos digitais, incluindo repositórios e plataformas digitais. A Coordenadoria de Tratamento de Acervos assumiu o papel de tratar tecnicamente, conservar, restaurar e digitalizar os documentos. A Coordenadoria de Preservação e Ingresso de Acervo ficou responsável por gerenciar o ingresso de novos acervos, bem como a logística e o gerenciamento de riscos. Por fim, a Coordenadoria de Difusão de Acervos passou a focar em ações educativas e culturais, além do atendimento ao cidadão.

³⁵ SÃO PAULO. Decreto nº 69.052, de 14 de novembro de 2024. 15 de novembro de 2024. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2024/decreto-69052-14.11.2024.html>. Acesso em: 11 de dezembro de 2024.

A reforma enfatizou a transformação digital do Arquivo, integrando tecnologias para aprimorar os processos de tratamento, acesso e preservação dos acervos. Isso reflete o alinhamento da instituição com as demandas contemporâneas de inovação e eficiência. Essas mudanças representam um esforço contínuo do Arquivo para otimizar suas funções e ampliar sua capacidade de preservar a memória histórica e atender ao público em um cenário de crescente digitalização.

Apresento em seguida uma sequência de imagens que demonstram as sucessivas reorganizações institucionais que o Arquivo do Estado passou desde a sua origem no século XIX. A instituição já contou com seis momentos organizacionais, demonstrando uma contínua rearticulação de suas funções a partir das demandas do poder público e também uma crescente complexificação das suas funções.



1892

*** Decreto nº 30, de 10 de março de 1892**

Cria a Repartição de Estatística e Arquivo do Estado, subordinada à Secretaria do Interior

*** Decreto nº 30, de 10 de março de 1892**

Estabelece providências sobre os serviços e pessoal da Repartição

*Lei nº 116 de 1 de outubro de 1892
Reforma a repartição de Estatística

* Decreto nº 124 de 11 de novembro de 1892
Dá regulamentação à Repartição de Estatística e Arquivo do Estado

*** Decreto nº 2.187 de 26 de dezembro de 1911**

Reorganiza a Repartição e determina suas funções

*Lei nº 2.252 de 28 de dezembro de 1927, artigo 42
Cria o cargo de arquivista da Repartição de Estatística e Arquivo do Estado
Foi nomeado o Dr. Antonio Paulino de Almeida



1931-1938

***Decreto nº 5.243 de 27 de outubro de 1931**

Transfere a Repartição de Estatística e Arquivo do Estado para recém criada Secretária da Educação e da Saúde Pública

*** Decreto nº 9.285 de 1 de julho de 1938**

Reorganiza a Repartição de Estatísticas e Arquivo do Estado que passa a denominar-se Departamento de Arquivo do Estado

* Decreto nº 9.036 de 14 de março de 1938
Criação do Departamento Central de Estatística do Estado



* Decreto nº 29.922 de 13 de outubro de 1957
Regulamenta o Departamento de Arquivo do Estado



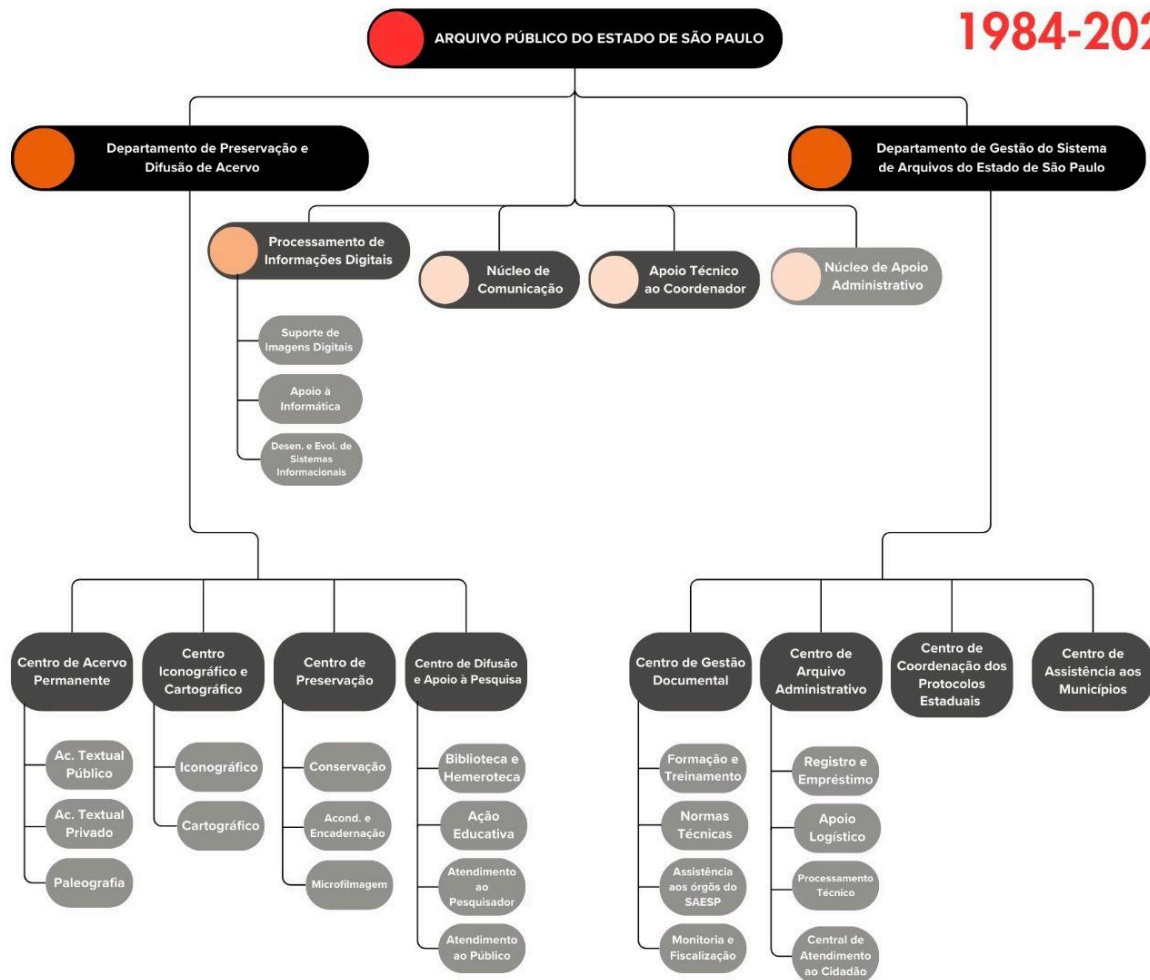
* Decreto nº 49.168 de 29 de dezembro de 1967
O Departamento de Arquivo passa a ser subordinado à Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo

* Decreto nº 4.093 de 26 de junho de 1974
Cria a Divisão de Arquivo do Estado

* Decreto nº 7.730 de 23 de março de 1976
Reorganiza a Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo, subordinando o Arquivo ao Departamento de Artes e Ciências Humanas

* Decreto nº 13.426 de 16 de março de 1979
Em 1975, a Secretaria da Cultura, Esportes e Turismo é desdobrada e, em 1979, transformada em Secretaria de Cultura

* Decreto nº 20.955 de 1 de junho de 1983
Na reorganização da Secretaria, o Arquivo passa a fazer parte do Departamento de Museus e Arquivo (DEMA)



* Decreto nº 22.789 de 19 de outubro de 1984
Institui o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo e estabelece que o Arquivo será o órgão central do Sistema

* Decreto nº 51.286 de 21 de novembro de 2006
Torna o Arquivo uma Unidade, formada por dois departamentos: i) Departamento de Preservação e Difusão do Acervo (DPDA);
ii) Departamento de Gestão do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo

* Decreto nº 51.991 de 18 de julho de 2007
Transfere o Arquivo para a Casa Civil

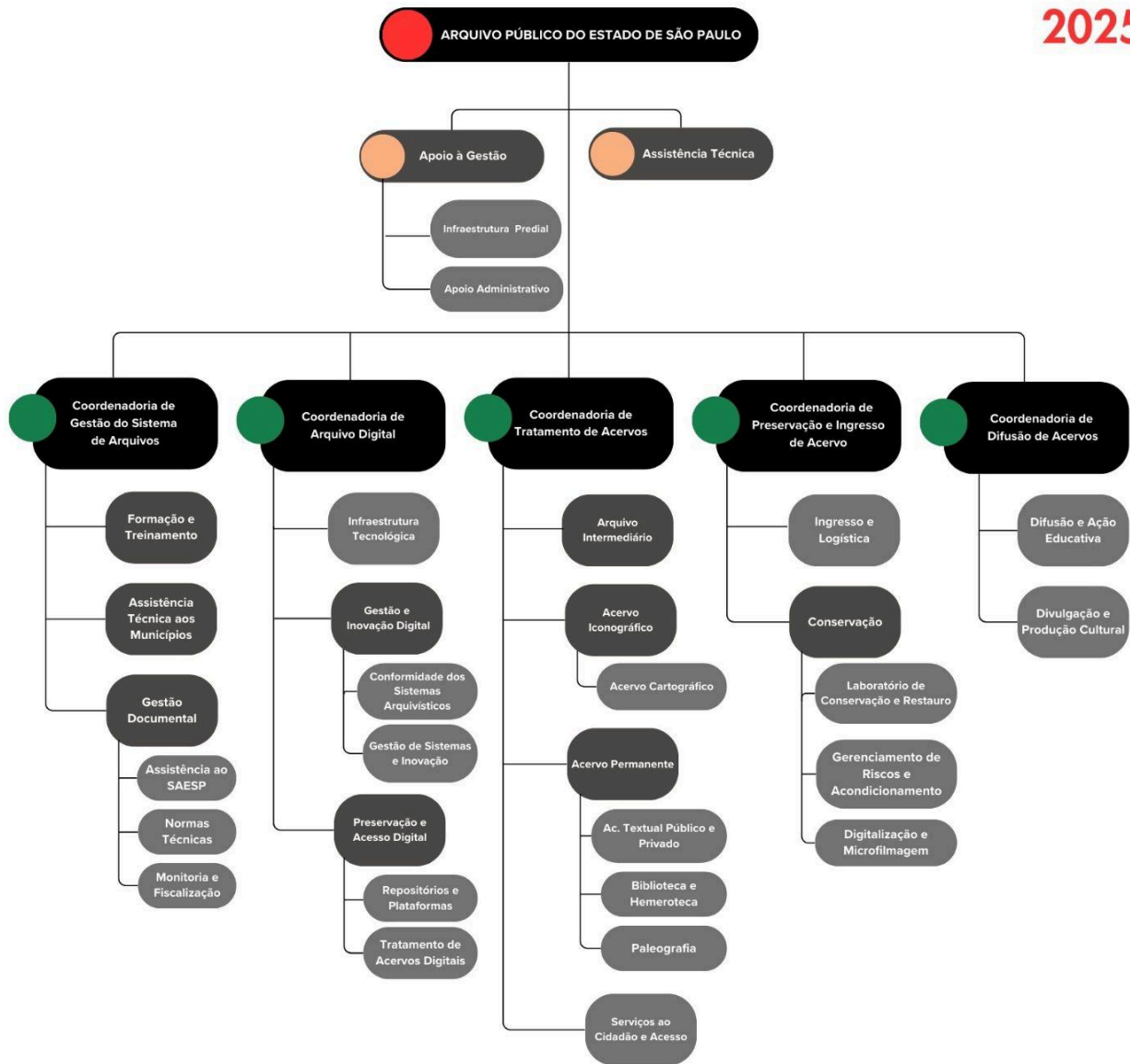
* Decreto nº 54.276 de 27 de abril de 2009
Reorganiza a Unidade do Arquivo do Estado e consolida suas novas atribuições. Em 2009, é realizado o primeiro concurso para contratação de corpo técnico

2012
Inauguração do novo edifício do Arquivo

* Decreto nº 60.017 de 15 de setembro de 2021
Transfere o Arquivo para a Secretaria de Orçamento e Gestão

* Decreto nº 66.435 de 1 de janeiro de 2023
Altera a denominação da Secretaria de Orçamento e Gestão para Secretaria de Gestão e Governo Digital

2025



* Lei Complementar nº 1.395 de 22 de dezembro de 2023

Dispõe sobre os cargos em comissão e as funções de confiança no âmbito da Administração Pública direta e das autarquias

* Decreto nº 68.742 de 5 de agosto de 2024

Regulamenta a lei complementar e estabelece a organização da Administração Pública direta e das autarquias do Estado

* Decreto nº 69.052 de 14 de novembro de 2024

Estabelece a estrutura organizacional e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança da Secretaria de Gestão e Governo Digital Apresenta a nova organização do Arquivo com 5 coordenadorias

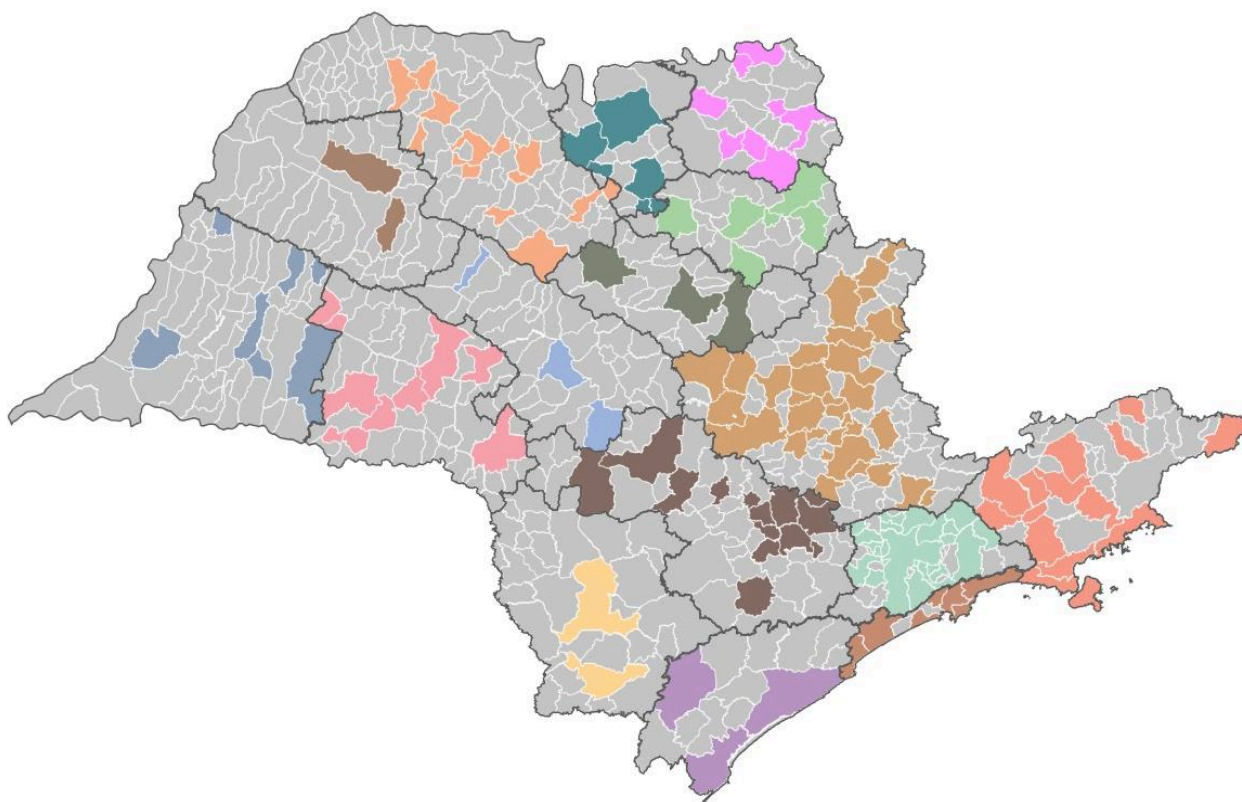
A aventura nas cidades

Segundo o IBGE, o Brasil hoje conta com 5.565 municípios e menos de 382 possuem arquivos públicos instituídos.³⁶ Se contarmos que temos pouco mais de 20 arquivos públicos estaduais e o Arquivo Nacional, podemos estimar que o nosso país não possui 400 arquivos. O número pode aumentar um pouco se considerarmos arquivos de Assembléias Legislativas e de Câmaras Municipais, mas ao fazer essa conta o universo inicial de 5565 deveria dobrar, o que aponta um diagnóstico ainda pior e reforça o cenário de desalento.

Pouca coisa foi feita em favor de uma efetiva “política nacional de arquivos” nos últimos anos. A lei número 8.159 de 1991, conhecida como “Lei de Arquivos”, estipula competências ao Arquivo Nacional de implementar uma política nacional de arquivos e ao Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) a competência de estabelecer tal política. Assim como tantos outros mecanismos da Constituição Federal de 1988 e tantas leis complementares que dela derivaram, não houve mudança estrutural ou injeção de verba para gerar condições para executar a missão estipulada. Faltam também mecanismos adequados para a fiscalização do cumprimento desses dispositivos.

O Arquivo Público do Estado de São Paulo possui a competência de dar apoio à gestão documental municipal e dispõe de uma unidade administrativa, denominada “Centro de Assistência aos Municípios”, designada para esse fim. Sempre imaginei que a gestão documental municipal poderia ser uma potência a ser explorada. Por isso, venho estimulando as conexões entre o arquivo do estado e os municipais. São Paulo conta com 133 arquivos municipais instituídos junto aos poderes executivos municipais. Durante minha gestão foram pouco menos de 30 arquivos criados a partir de parcerias com o Arquivo do Estado, conforme mostra a imagem abaixo, do “Mapa da

³⁶CONARQ. Relatório técnico sobre censo de arquivos públicos instituídos no Brasil. Brasília: Arquivo Nacional, Ministério da Justiça, 2023, p. 18.



Fonte: https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/gestao/assistencia_municipios/mapa_paulista. Acesso em 15/09/2024

Depois da instalação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no executivo público estadual, eu e o diretor do Centro de Assistência aos Municípios (CAM), Renato Bastos, vislumbramos junto com a equipe da PRODESP a possibilidade de distribuir o sistema aos municípios. Sabíamos que para instalar o sistema o município deveria necessariamente instituir gestão documental por meio de um ato administrativo que validasse uma tabela de temporalidade. Segundo os dados do CAM, menos de 20 municípios possuíam tabelas publicadas, quase todas elas tecnicamente insuficientes. Naquele momento estávamos disponibilizando justamente uma proposta de tabela “genérica” municipal: o *Plano de classificação e tabelas de temporalidade de documentos para as administrações públicas municipais atividades meio e fim*.³⁷ Ou seja, havia espaço para recomendar esse subsídio ou até torná-lo compulsório para aquelas prefeituras que desejassem aderir a instalação estadual. Junto com a equipe do Núcleo de Formação e Treinamento, dirigido por Fernando Ribeiro, aceleramos a elaboração de um curso digital gratuito e finalizamos a *Cartilha de implementação da gestão documental nos municípios*, lançada também em 2023.³⁸

³⁷ ARQUIVO DO ESTADO. *Plano de classificação e tabelas de temporalidade de documentos para as administrações públicas municipais atividades meio e fim*. São Paulo: Arquivo do Estado, 2023.

³⁸ ARQUIVO DO ESTADO. *Cartilha de implementação da gestão documental nos municípios*. São Paulo: Arquivo do Estado, 2023.

Ainda na fase de elaboração do projeto, Renato Bastos, Leticia Bacalhau e eu passamos alguns dias conhecendo os prefeitos que visitavam o Palácio dos Bandeirantes, na Secretaria de Governo e Relações Institucionais, comandada por Gilberto Kassab, mais especificamente junto a Carlos Takahashi, assessor especial de atendimento aos municípios. Depois desse estágio, que permitiu conhecer cerca de 20 prefeitos por dia, voltamos mais conscientes da falta de condições infraestruturais dos municípios para a implantação de gestão documental, ainda mais gestão documental digital. Era necessário que o projeto fosse subsidiado e mesmo assim o governo deveria oferecer condições mínimas para os arquivos e para as infraestruturas de TI dos municípios.

Graças ao esforço de Letícia Bacalhau, o projeto pode ser integralmente financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Buscamos ainda via emenda parlamentar a possibilidade de oferecer infraestrutura mínima aos municípios, mas pelo menos o sistema será gratuito nos primeiros anos. Renato Bastos ajudou a modelar juridicamente o termo de adesão entre município e Estado. Juntos, incluímos no termo a obrigatoriedade do município validar uma Tabela de Temporalidade, que se estende aos documentos em papel naturalmente, produzidos hoje ou legados; bem como o compromisso em instituir um arquivo público. Entendo que em poucos anos isso deve gerar dezenas de arquivos municipais. Hoje aderiram ao SEI 461 municípios dos 645 do estado, mas apenas 82 têm o sistema implantado.³⁹ Acompanhei de perto a instalação em algumas e integramos a ação mais geral. Há ainda um longo percurso de pelo menos dois anos de trabalho para a generalização dessas implementações.

Isso vai gerar no futuro não apenas a transferência de competência de municípios para Estado federativo da gestão de documentos, informações e dados. Também vai redundar na transferência de competência da gestão da memória digital. Em breve o nosso treinamento no município deve incluir a operação de um módulo de gestão documental no SEI, que vai permitir a eliminação e a preservação sistêmica em repositório arquivístico confiável dos nato-digitais municipais. Sem prejuízo do acesso a esses documentos no âmbito municipal, espero que esse repositório faça parte do arquivo público digital do estado de São Paulo; de modo que podemos sonhar com uma constelação de repositórios de preservação integrados por uma porta de acesso e difusão ao cidadão.

³⁹ SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL. Sp.Gov.br - Sei Cidades! Power BI, s.d. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYzI2ODhiYjltYjdiMC00OTAyLWJkYjUtNmU4MwY4Yjk3OWVlIiwidCI6IjNhNzhiMGNkLTdjOGUtNDkyOS04M2Q1LTE5MGE2Y2MwMTM2NSJ9>. Acesso em: 24 nov.

Política de recolhimento de expansão de acervo

Quando o Arquivo do Estado foi constituído em 1892 como um órgão da Secretaria do Interior encabeçada por Cesário Motta Júnior, três núcleos documentais foram integrados no seu interior. Um era composto pelos documentos derivados do campo decisório do governador, literalmente o “baú” do Secretário de Governo. O acervo remete pelo menos a dezembro de 1720, quando houve a fundação da Capitania de São Paulo, havendo documentos anteriores. Grande parte desses itens se tornaram a base para a construção da coleção *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. Esse projeto foi inaugurado pelo segundo diretor do arquivo, Antonio de Toledo Piza e Almeida, e teve 95 volumes editados entre 1894 e 1990. O outro conjunto são os inventários e testamentos dos primeiros cartórios do Estado. Sua coleta foi significativamente fomentada pelo prefeito e depois governador e presidente Washington Luís. Esse material foi importante para a construção da bibliografia sobre São Paulo colonial elaborada no início do XX, como por exemplo *Vida e morte do Bandeirante* de José de Alcântara Machado. O último são os documentos censitários produzidos na província desde a colônia, base para a construção da história demográfica brasileira. Conhecidos como “Maços de População”, fazem parte de um contexto que remete ao título colonial morgado de Mateus. Os maços são compostos por informações censitárias em listas de nomes coletadas por ano e por cidade.

Esse foi o núcleo do Arquivo do Estado durante muitas décadas, que pelas suas condições infra estruturais precárias contou com um acervo estático. Essa realidade coincide com a dos poucos arquivos públicos existentes no Brasil. Sem condições de expandir, refletem um acervo com sentido de preservação histórica, portanto descolado da gestão documental e da administração pública como um todo. Das poucas exceções de recolhimentos significativos, elenco a documentação do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo, incorporado em 1991.

A história dos recolhimentos acompanha a história das várias mudanças de sede. Durante boa parte da segunda metade do século XX, o arquivo esteve no centro da cidade, em uma antiga fábrica de tapetes localizada na Rua Antonia de Queiroz. A mudança para uma nova sede em Santana, na Voluntários da Pátria, ocorreu em 1997. José Sebastião Witter foi responsável pela prospecção de acervos, vislumbrando a possibilidade de incorporação de novos acervos, além daqueles relacionados com a segurança pública, tal como as ferrovias.

O novo prédio de 2012 reativou um sonho de expansão de acervos e gerou uma leva significativa, embora curta, de recolhimentos, tal como o do acervo do Memorial do Imigrante, antiga Hospedaria dos Imigrantes, instituída em 1887. Os documentos da entrada de imigrantes pelo Porto de Santos ao longo de quase um século se tornaram assim parte do Arquivo. A Comissão

Geográfica e Geológica, atual Instituto Geológico, também cedeu sua documentação, que inclui 6 mil cadernetas de campos dos primeiros mapeamentos geológicos do Estado no século XIX até os vídeos e fotos dos mapeamentos aéreos realizados em meados do XX. Destaca-se também dessa leva dois comodatos: os processos mais antigos até então localizados do judiciário paulista e todo o acervo do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo. Excetuando o caso da justiça, o que caracterizou esses recolhimentos foi a involuntariedade. Em todos os casos, os órgãos que cederam os documentos o fizeram por ordem superior. Isso se justifica pelo tamanho do investimento realizado no novo prédio de Santana e também por que em todos os casos havia falta de condições escancaradas para a manutenção desses acervos nas suas sedes originais. Com o fim da gestão de Carlos Bacellar em 2012, o sonho de expandir o acervo foi adiado de modo que até o encerramento da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (Emplasa) em 2019 e posteriormente da Companhia Paulista de Obras Públicas (CPOS) em 2020, vimos poucos lotes voluptuosos e significativos de documentos.

Acompanhei a liquidação da CPOS e a vinda, não só deste acervo, mas também do legado riquíssimo do Departamento de Obras Públicas, órgão predecessor com a mesma função. O governo João Dória iniciou a liquidação da Desenvolvimento Rodoviário S.A (DERSA). Estradas, pontes, prédios e outras obras de infraestrutura fundamentais ao funcionamento do Estado, como o próprio Rodoanel, foram constituídas sob a responsabilidade de tais organizações. Grande parte da sua documentação foi incorporada ao Arquivo. O influxo desses acervos alterou substancialmente não apenas o setor Cartográfico, que contava com 20 mil documentos e hoje conta com quase 1 milhão, mas transformou também o tipo de demanda de consulta, que hoje vem de forma muito vigorosa por parte do próprio Estado, de empresas concessionárias e de setores da sociedade que nunca havia cogitado recorrer ao arquivo. A instituição passou a despertar não apenas um interesse histórico sobre a documentação, mas também revelar um valor estratégico relacionado ao uso de informações.

Felizmente, a função de obras públicas, planejamento rodoviário, planejamento urbano e engenharia foram incorporados ao acervo. Outros casos de privatizações ou liquidações de empresas públicas não foram tão bem sucedidas. Quando ocorreu a privatização da Eletrobras e a federalização do sistema de ferrovias durante o governo Fernando Henrique Cardoso, não houve uma política de recolhimento de arquivos dessas empresas públicas, criando uma espécie de déficit de responsabilidade. Os acervos relacionados com eletricidade estão sob a guarda privada da iniciativa “Memória da Eletricidade”.⁴⁰ Os acervos ferroviários, que coincidem com a FEPASA e as

⁴⁰ MEMORIAL DA ELETRICIDADE. Memória da Eletricidade. s.d. Disponível em: <https://memoriadaeletricidade.com.br/>. Acesso em: 24 nov. 2024.

antigas companhias ferroviárias que formam o seu legado, estão sob a guarda do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes em uma empresa terceirizada de gestão documental e sem cuidado específico consistente com a importância da documentação.

Justamente por isso, tomei a iniciativa de criar o projeto “Memória das Águas”, responsável por mapear acervos, realizar histórias orais (em formato de podcast) e eventualmente proceder com o recolhimento. Isso ocorreu no contexto de privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP). São 20 mil caixas de documentos que incluem as companhias pregressas que deram origem à SABESP. Desdobrava-se a negociação para recolhimento do acervo. Também mapeamos acervos fundamentais da Empresa Metropolitana de Águas e Energia (EMAE); do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE); da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESP); e do Departamento Hidroviário, ligado diretamente a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística.

De um modo geral, posso dizer que, baseado na interpretação histórica das disputas e projetos em torno do arquivo, procurei recuperar ou consolidar uma diretriz curatorial para a expansão de acervo. Além deste grande influxo de documentação técnica vinculada a infraestrutura do Estado, também compõem parte fundamental da política curatorial de recolhimentos a salvaguarda de documentos que asseguram de forma mais explícita os direitos humanos. Dentre eles merece destaque o Complexo Hospitalar de Juquery. Fundado em 1898 (mas com atividades que remontam à década anterior), o órgão era um grande núcleo de cuidados psiquiátricos que funcionou até 2021. Essa documentação hoje chega em lotes ao Arquivo e está em fase de finalização. Trata-se de um conjunto fundamental para se pensar a história da saúde e do entendimento do normal na realidade brasileira. Outros recolhimentos importantes foram o do conjunto da CERCA, comissão criada pela OAB em 1988 para atender crianças e adolescentes, que chegou a atender mais de 40 mil pessoas⁴¹.

Transição da massa legada em papel para o digital

O resultado do trabalho do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo é o eventual recolhimento de documentos considerados permanentes combinado com a eliminação sistêmica de

⁴¹ A lista completa de instituições recolhidas durante esses 4 anos foram: APM Jacareí Machado de Campos (Acervo privado), SeCOM, APESP - Arquivo do Arquivo, SEduc/CAA, CERCA/OAB, CODASP - Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo (Extinta), DER – Departamento de Estradas de Rodagem DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S.A. (Extinta), Fundação Florestal, PRODESP (IMESP/Imprensa Oficial), Secretaria da Cultura (Condephaat), Secretaria da Saúde (Hospital Juquery), Secretaria de Segurança Pública (Força Pública).

documentos físicos. O Estado de São Paulo eliminou nos últimos tempos cerca de 400 mil caixas de arquivo por ano. Praticamente o correspondente à capacidade do prédio da nossa atual sede, ou seja, a mesma dimensão da melhor infraestrutura de arquivo público do Brasil. Considera-se como “massa documental acumulada” a documentação legada que está fora da governança do sistema, aquela que nunca foi submetida a parâmetros de gestão documental.

Arquivo intermediário ou arquivo administrativo costuma ser a infraestrutura que guarda os documentos que cumprem prazos legais antes de seu destino. São no geral de prazos longos antes da eliminação ou transferência ao arquivo permanente. Essa divisão entre “corrente”, “intermediário” e “permanente”, apesar de útil, é hoje contestada e tem sua origem na arquivologia do século XX. Corrente são os documentos que cumprem sua finalidade primeira, ou seja, estão ligados a um processo aberto. Permanentes são os documentos que não podem ser eliminados pelo seu valor histórico e comprobatório. Intermediários são os que aguardam o cumprimento dos prazos legais antes de serem encaminhados para a sua destinação final. Um prontuário de recursos humanos, por exemplo, é corrente enquanto o funcionário está ativo; passa a ser intermediário quando o trabalhador se aposenta; e tem o seu destino final com a eliminação décadas depois do seu encerramento. O arquivo intermediário não necessita de um espaço próprio, nem de centralização logística. Fica no órgão de origem na maioria dos casos. O município de São Paulo, por exemplo, tem um enorme arquivo intermediário, conhecido como “Arquivo Geral de Protocolos”, no Piqueri. Esse arquivo possui traços de uma lógica sistêmica de modo que armazena documentos para os órgãos e serve como órgão central do protocolo para consulta e acesso público.

O Arquivo Público do Estado de São Paulo teve entre 1984 e 2012 um arquivo intermediário, localizado na rua Presidente Wilson. Contudo, a forma como coletou documentos foi assistemática, de maneira que serviu apenas como uma infraestrutura de apoio para órgãos públicos, sem vínculo com uma política de gestão documental. Eram na sua maioria documentos vindos da Secretaria de Cultura, Secretaria da Educação, Secretaria da Segurança Pública, Secretaria da Assistência Social e Secretaria da Saúde, produzidos principalmente entre 1940 e 1970. Em 2012 com a inauguração do novo prédio e por decisão de Carlos Bacellar, ao edifício da Mooca foi desativado e os documentos transferidos para o prédio mais antigo na Voluntários da Pátria, aquele que fora reformado entre 1995-1997 para abrigar os documentos históricos (que passaram para o novo prédio, evidentemente).

Com a centralização da operação e o adensamento da atividade do Sistema de Arquivos, a massa intermediária vinda da Mooca foi o laboratório do processo de avaliação documental, na qual se aplicou parâmetros das tabelas de temporalidade. Esse trabalho possui uma dificuldade extra já que os critérios das tabelas de temporalidade coincidem com aquilo que é produzido hoje, mas

precisam de método de equivalência para a conexão histórica, já que os documentos mudam de nome e as funções de Estado transitam entre estruturas. O nome dessa atividade é “avaliação de massa documental acumulada”. É importantíssima posto que o Estado tem órgãos que nunca aderiram ao sistema ou que só aderiram a partir de um determinado momento.

Durante a minha gestão e graças ao trabalho técnico do Centro de Arquivo Administrativo, sintetizamos em manual e em curso à distância o tratamento de “massas documentais acumuladas”. O *Guia para a Avaliação Dinâmica da Massa Documental Acumulada* foi publicado em 2021.⁴² O curso foi amplamente acessado por milhares de servidores de todo o serviço público paulista. A instituição ao mesmo tempo realizou um mapeamento das massas acumuladas em toda administração. O número geral do diagnóstico hoje é de quase 6 milhões de caixas de arquivo, sendo que pouco mais da metade está acumulada em órgãos da administração direta (as secretarias) e pouco menos da metade está localizada nas empresas públicas.⁴³ Este último montante está mais diretamente relacionado com as terceirizações de guarda de documentos.

O problema da terceirização da guarda é que normalmente incide sobre massas acumuladas. Em outras palavras, a empresa dificilmente se compromete com a gestão documental, incluindo a avaliação, a eliminação e a preservação dos permanentes. Trata o documento como massa estática e cumulativa, conectada com a sua lógica e interesse econômico. Tanto que um contrato de guarda armazena no mínimo 50% de documentos que deveriam ter sido eliminados. Em outras palavras, os contratos deveriam ser considerados ilícitos. Uma política pública minimamente comprometida com a gestão documental deve agir na regulamentação das terceirizações de guarda de documentos, fiscalizando os contratos, monitorando e eventualmente multando. Para isso é necessário que existam parâmetros e competências fiscalizatórias atribuídas de forma clara. Há em São Paulo apenas uma portaria de 2018 que explica quais são os serviços indelegáveis do Estado e quais as atividades consideradas auxiliares que podem ser terceirizadas.⁴⁴

Somado a isso, publicamos em 2022 a portaria 9, que acrescenta a regulamentação da digitalização associada aos contratos terceirizados.⁴⁵ Esse assunto não foi ou vem sendo tratado de forma adequada pelo Conselho Nacional de Arquivos e, enquanto isso ocorre, as terceirizações de

⁴² ARQUIVO DO ESTADO. *Guia para a avaliação dinâmica da massa documental acumulada*. São Paulo: Arquivo do Estado, 2021.

⁴³ ARQUIVO DO ESTADO. Painel - Avaliação da Massa Documental Acumulada. s.d. Disponível em: https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/projetos_acoef/avaliacao_mda/painel. Acesso em: 24 nov. 2024.

⁴⁴ ESTADO DE SÃO PAULO. Portaria Uapesp n. 1, de 4 de dezembro de 2018. Disponível em: https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/legislacao/portaria_uapesp_saesp_1_de_4_12_2018.pdf. Acesso em: 24 nov. 2024.

⁴⁵ ESTADO DE SÃO PAULO. Portaria Uapesp n. 9, de 18 de abril de 2022.. Disponível em: https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/legislacao/portaria_uapesp_saesp_9_de_18_4_2022.pdf. Acesso em: 24 nov. 2024.

guarda vão se tornando cada vez mais numerosas, desregulamentadas, caras e complexas, posto que justamente acrescenta o alto custo da digitalização e da gestão de documentos digitais aos seus contratos. Tampouco este debate, incluindo o da fiscalização da gestão documental, esteve presente no horizonte do projeto de Lei número 2.789 de 2021 que propõe uma reestruturação na “Lei de Arquivos”, a número 8.159 de 1991. Se for possível um diagnóstico geral, esse será de que o descaso e a inércia estão colaborando de forma definitiva com a terceirização da gestão documental de forma indevida e ilegítima. A falta de ação estratégica é solidária, até em certo sentido sócia, dos interesses privados.

O aprendizado sobre o tratamento de massas documentais acumuladas estiveram diretamente ligados à experiência das extinções das empresas do Estado, dimensão importante que testemunhei do neoliberalismo. Foi criado para esse fim um grupo de trabalho no dia 2 de fevereiro de 2021, por meio da Portaria UAPESP-1, para avaliar a massa documental.⁴⁶ A proposta na mesa era um contrato de terceirização de guarda para os documentos advindos das extinções das estatais e o resultado depois de estudo e observação da realidade das dissoluções foi o acordo com a Coordenadoria que gerencia as empresas públicas para a designação de equipes de tratamento de massas acumuladas dentro dos processos de liquidação. Assim, uma parte grande da documentação foi eliminada, outra enviada para o arquivo, outra parte encaminhada para o órgão da administração direta que absorveu as competências da empresa encerrada e outra parte para o departamento dentro da Secretaria da Fazenda que atende os contenciosos trabalhistas e fiscais ativos.

Em 2022, dado estes antecedentes, começamos os estudos para um projeto de novo arquivo intermediário do Estado, apresentando três cenários: 1. Uma solução inteiramente estatal, em espaço próprio e recrutando funcionários dos extintos protocolos para a avaliação documental; 2. Uma solução híbrida, contando com terceirização de serviços de avaliação, dentro de um espaço público; 3. Uma parceria público-privada, ou seja, solução inteiramente promovida por empresa privada a partir de uma concessão pública. Os estudos de impacto e de orçamento mostravam ampla vantagem do serviço público. Vislumbrei em todos os cenários que o arquivo intermediário deveria ser híbrido: espaço físico e repositório digital. As condições para isso também estavam postas, pois a portaria que assinei em 5 de agosto de 2021 foi ao encontro dessa questão já que regulamenta a digitalização de acervos físicos, possibilitando a digitalização por substituição e com isso eliminar documentos, além de regularizar a validade jurídica desses itens digitalizados.⁴⁷ Assim como no

⁴⁶ ESTADO DE SÃO PAULO. Portaria Uapesp n. 1, de 2 de março de 2021. Disponível em: http://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f2021%2fexecutivo%2520secao%2520i%2fmarco%2f04%2fpag_0006_2035ab80710e643d5d4ff08bdd0dd0b3.pdf&pagina=6&data=04/03/2021&cader no=Executivo%20I&paginaordenacao=100006. Acesso em: 24 nov. 2024.

⁴⁷ ESTADO DE SÃO PAULO. Portaria 5-Uapesp/Saes, de 5 de agosto de 2021. Disponível em: http://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f2021%2fexecutivo+secao+i%2f

tratamento da massa documental acumulada, a digitalização por substituição depende de uma equipe treinada em nosso método de avaliação documental, pois documentos permanentes podem ser digitalizados, mas não podem ter seus suportes originais de informação eliminados.

A questão voltou à baila no início de 2023, durante a transição ao novo governo, que consolidou a Secretária de Gestão e Governo Digital de São Paulo, coordenada por Caio Mário Paes de Andrade. Tivemos na primeira reunião com o secretário um embate, pois a sua ideia era digitalizar e eliminar a massa toda. Meu papel foi explicar que não era economicamente viável digitalizar 6 milhões de caixas arquivo e que também não era possível eliminar tudo. Apenas uma parte e depois de avaliar. A conversa foi dura e imaginei que perderia o meu cargo.

Depois de um ano de trabalho de uma equipe multidisciplinar da qual participei dentro da PRODESP em Taboão da Serra, nasceu o projeto da “despapelização”. Uma iniciativa de digitalização por substituição de massas documentais acumuladas nos órgãos por meio da avaliação, segundo nossa metodologia e da captura dos digitais em sistema de gestão de documentos digitais, segundo as premissas estipuladas na portaria n. 5. A premissa do projeto é a resolução das 6 milhões de caixas acumuladas e conseqüentemente o encerramento de contratos de terceirização de guarda desregulados. Normalmente, de uma massa avaliada elimina-se sumariamente 50%, 20% é permanente e vai para o arquivo e 30% é intermediário de longa guarda. Justamente é essa última massa de informações que deve ser digitalizada por substituição. Os números podem ser considerados aproximados, mas refletem de modo geral o resultado de anos de avaliação documental em várias secretarias no espaço do Arquivo Público. O coração do projeto é um sistema de gestão de documentos digitais, que controla prazos e procederá com a eliminação ou destinação final permanente destes documentos digitais. Certamente, se o projeto de fato prosperar (hoje em fase final de habilitação), os 20% da massa permanente não vão caber no novo prédio do arquivo. Considero isso, no entanto, um bom problema. Trata-se de um caminho frutífero: concentrar em nossa infraestrutura todos os documentos permanentes do Estado, sejam digitais ou físicos.

Por fim, procurei incluir um índice de auto-sustentabilidade ao processo por meio da portaria número 7 de 21 de janeiro de 2022,⁴⁸ posteriormente ajustada pela portaria de 28 de março

agosto%2f06%2fpag_0008_23d7d8b154b102c5966e1766bb487cc7.pdf&pagina=8&data=06/08/2021&caderno=Executivo%20I&paginaordenacao=100008. Acesso em: 24 nov. 2024.

⁴⁸ ESTADO DE SÃO PAULO. Portaria Uapesp/Saesp- 7, de 21 de janeiro de 2022. Disponível em http://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f2022%2fexecutivo+secao+i%2fjaneiro%2f28%2fpag_0007_ecb332a8268a641a8e4c30b11128e629.pdf&pagina=7&data=28/01/2022&caderno=Executivo%20I&paginaordenacao=100007. Acesso em: 24 nov. 2024.

de 2022,⁴⁹ que regulamenta parte do processo de descarte do papel. Basicamente, a portaria possibilita que o descarte do papel reverta verba em favor do fundo do Arquivo Público.

Acesso à informação

A lei federal número 8.159 de 1991, a chamada Lei dos Arquivos, complementa a Constituição de 1988, regulando que o acesso às informações era competência dos arquivos. Existia uma lógica analógica de funcionamento quando foi criada. O cidadão se dirigia ao “balcão” do arquivo público, que mediava o acesso com o órgão detentor do documento desejado. A Lei federal nº 12.527 de acesso à informação de 18 de novembro de 2011 e sua regulamentação em São Paulo em 16 de maio do ano seguinte, por meio do decreto nº 58.052, alteraram essa situação com a constituição Sistema de Informações ao Cidadão (SIC). Formou-se um dispositivo robusto para regulamentar esse direito que previa instrumentos digitais.

O decreto foi sintomático do prestígio crescente da instituição, já que SICs e CADAS eram setoriais que se vascularizavam na administração pública, ambos treinados e coordenados pelo Arquivo. O caso foi único na administração pública brasileira e profundamente militante com relação ao lugar dos arquivos públicos com relação ao acesso à informação. Na letra da lei os arquivos têm papel muito tímido na LAI, o que contrastava com o disposto originário da Lei de Arquivo, que regulamentava o acesso à informação antes da nova lei. O argumento defendido pelo decreto 58.052 era: para ter acesso e transparência é necessário que haja gestão de documentos instituída. Uma coisa é pressuposto da outra. A implantação da LAI no Estado teve um capítulo importante com a aproximação entre arquivo público e Tribunal de Contas do Estado. Foi nessa convergência que se definiu, em meados da década de 2010, que as instituições desenvolveriam o *Guia Técnico Transparência Municipal*, incorporando a transparência nas suas variáveis de fiscalização. Isso gerou um resultado positivo de transparência e de gestão documental nos municípios paulistas. Hoje o assunto da fiscalização da gestão documental nos municípios ainda é tema importante para o arquivo e para o Tribunal, já que estamos em processo de instalação e concessão do Sistema Eletrônico de Informações.

⁴⁹ ESTADO DE SÃO PAULO. Portaria Uapesp/Saesp- 8, de 28 de março de 2022. Disponível em http://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f2022%2fexecutivo+secao+i%2fmarco%2f31%2fpag_0026_189eef08cf7db5fa84881b482a4ecf3.pdf&pagina=26&data=31/03/2022&caderno=Executi vo%20I&paginaordenacao=100026. Acesso em: 24 nov. 2024.

Fui gestor do sistema SIC.sp por três anos, até a revogação do Decreto nº 58.052, em dezembro de 2023, por meio do Decreto nº 68.155,⁵⁰ como parte de um plano do Governo Tarcísio de Freitas para empoderar a Controladoria Geral do Estado. Enquanto fui gestor do sistema, promovi a análise qualitativa do conjunto histórico de solicitações do SIC, desenvolvendo diagnósticos que confluem para a percepção de que o cidadão ainda tinha muita dificuldade de usar o sistema e confundia vários canais de transparência do Estado: ouvidoria geral, que recebia reclamações, elogios e dúvidas, o SIC, às denúncias, dentre outros. Desenhamos com a equipe do arquivo um projeto de *chatbot* ou inteligência artificial que seria responsável pelo encaminhamento automático e inteligente. Como fase preliminar e graças ao que havia desenvolvido no Centro de Humanidades Digitais da UNICAMP, em especial, graças ao trabalho do doutorando Alesson Rota, elaboramos um painel inteligente, nomeado de Observatório do Acesso à Informação, que está disponível no Portal da Transparência.⁵¹ A estrutura disponibiliza informações sobre o universo de pedidos realizados em todo o Estado, sendo útil para ter uma visão panorâmica do serviço e facilitar ao cidadão o entendimento da estrutura que ele precisa requerer a informação.

Contudo, minha atividade fundamental nesse sentido foi presidir a Comissão Estadual de Acesso à Informação (CEAI), responsável por julgar os pedidos do SIC que não foram prontamente atendidos e alcançaram a última instância de arbítrio, durante 21 reuniões, da 53a a 72a.⁵² Produzi nessa posição mais de 210 votos, todos publicados em diário oficial, no site do Arquivo e disponíveis.⁵³ São estudos técnicos na prática que arbitraram casos com grande complexidade de consulta de informações públicas, muitos vinculados com temas polêmicos como acesso a dados sobre vacinas, transplantes, problemas relacionados com política de segurança pública, transparência de secretários de governo e outros agentes públicos, dentre tantos outros. Ao longo de todo esse processo, no qual fui atravessado por diversos tipos de pressão, sempre me orientei por critérios técnicos. Até hoje sou Secretário Executivo deste importante comitê público e nesta condição ajudei a conduzir 10 reuniões, da 73a até a 82a. Dentre os trabalhos importantes, estamos em processo de revisão de todos os documentos classificados como restritos e sigilosos no Estado. Também durante esses anos venho sendo membro do Conselho da Transparência Estadual.

Vale rapidamente ressaltar aqui a atuação da CAEI durante a Pandemia. Arbitramos pedidos de relação consolidada de matrículas de empregados/servidores da Secretaria de Saúde com suspeita

⁵⁰ ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 68.155, de 9 de dezembro de 2023. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2023/decreto-68155-09.12.2023.html>. Acesso em: 24 nov. 2024.

⁵¹ São Paulo. Observatório de Acesso à Informação. Portal da Transparência do Estado de São Paulo, s.d. Disponível em: <https://www.transparencia.sp.gov.br/Home/Observatorio>. Acesso em: 24 nov. 2024.

⁵² ARQUIVO DO ESTADO. Atas de Reunião. Comissão Estadual de Acesso à Informação, s.d. Disponível em: https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/acesso_informacao/ceai/ceai_atas. Acesso em: 24 nov. 2024.

⁵³ Os votos estão disponíveis em: https://drive.google.com/drive/folders/1xumyFH_j-ihxDD87Lo56oHK37XgJc0oL

de coronavírus, número de servidores contaminados, número de afastamentos de servidores públicos com licença saúde por suspeita de contaminação; número de policiais com suspeita de contaminação, informações sobre valor gasto em publicidade sobre o novo Coronavírus e a pandemia da COVID-19; pedidos sobre quantidades reais em números absolutos referentes casos positivos de infecção de cidadãos tratados pelo sistema de saúde, no Estado e nos municípios; informação de moradores de rua com COVID; pedidos de informação sobre o critério de distribuição das vacinas; informações dirigidas ao Instituto Butantan sobre o contrato de produção das vacinas; sobre os estudos clínicos e laboratoriais que dirigiram as políticas públicas de distribuição e de produção das vacinas, dentre outros. Isso dá a medida do grau de sensibilidade política e de competência técnica para presidir a CEAI no meio da crise, já que o órgão literalmente arbitrou a cessão de uma informação estratégica para a sociedade. Muitos pedidos foram feitos por jornalistas da grande imprensa e geraram crises dentro do Estado, já que tecnicamente as informações eram públicas, mas por uma razão ou outra o órgão detentor não podia ou não queria cede-la. Meu trabalho foi inclusive o de ser agente mediador em muitos desses casos, o que representava um risco ao pressionar entes poderosos para ceder informações sensíveis ou também com a situação inversa, a de contribuir para a justa restrição de uma informação mesmo com o risco de exposição pública negativa⁵⁴.

Política de difusão de acervo

Um das tarefas mais importantes durante a gestão foi melhorar as práticas do arquivo de difusão e comunicação com a sociedade. A tendência era uma difusão concentrada na *Revista do Arquivo*, vista como documento impresso. Apesar da boa qualidade do texto e das colunas, a revista sedimentou um projeto de difusão voltado para a comunidade arquivística e com temas técnicos. Com exceção da campanha “Arquivo nosso de cada dia” no YouTube, pode-se classificar a difusão do acervo como hermética e entrópica.

A revista virou um portal articulado na plataforma Wordpress, com identidade gráfica e características de uma agência de notícias: colunas dinâmicas e fluxo contínuo.⁵⁵ Somente a revista, entretanto, era insuficiente para um projeto de difusão que o Arquivo requeria. Dessa forma, implementei em um primeiro momento uma iniciativa para fortalecer e estruturar as suas redes

⁵⁴ Uma planilha com o conjunto de votos está disponível em:

https://drive.google.com/drive/folders/1GhR-IfAah9I15XreZUtw3c23MN-qYkr?usp=drive_link

⁵⁵ ARQUIVO DO ESTADO.. Revista do Arquivo. s.d. Disponível em: <https://revista.arquivoestado.sp.gov.br/>. Acesso em: 24 nov. 2024.

sociais, criando uma sinergia maior entre o que era produzido dentro da instituição e aquilo que é comunicado em nossas principais portas. Isso produziu um aumento considerável de visibilidade. O Instagram aumentou por volta de 40% do seu público; o YouTube 120%; o Facebook 10%; e o LinkedIn 300%, durante esses quase quatro anos de gestão.

Ajudei a constituir mais um braço de difusão recentemente por meio da criação do *Podcast do Arquivo*.⁵⁶ Essa série surgiu com o objetivo de promover uma interlocução eficaz e diversificada entre a comunicação institucional e a sociedade. Através de episódios temáticos, buscamos entrevistar importantes intérpretes de nosso acervo, destacando a relevância de suas contribuições e a história institucional. Entre esses sujeitos, que incluem pesquisadores internos e externos, detentores de acervo, profissionais técnicos de custódia, interessados na preservação da memória, intelectuais e especialistas, desempenham um papel essencial para a contextualização das trajetórias dos fundos e coleções que compõem o acervo do Arquivo do Estado.

A plataforma possui até o momento três episódios lançados, 5 em edição e vários sendo preparados, com ênfase a testemunhos estratégicos das empresas de águas e esgotos (EMAE, SEMIL, DAEE, SABESP). No primeiro episódio, entrevistei o historiador Bruno Lima para discutir sobre a presença de Luiz Gama no Arquivo. Durante a conversa, abordamos a carreira jurídica de Gama, que foi um dos três advogados mais populares de São Paulo durante o Império e o seu pensamento radical sobre educação democrática como o pilar do seu ideal de Nação, expresso no jornal *Democracia*. No segundo episódio, entrevistei a equipe do Núcleo de Ação Educativa do Arquivo para conversar sobre a exposição “Presença Negra no Arquivo”. Durante a interlocução foram apresentadas as inspirações expográficas, os bastidores de pesquisa e as experiências de produção. Estiveram presentes Josiane Oliveira, Ednusa Ribeiro, Márcio Amêndola, Diego Morais e Isaura Bonavita. Dialoguei no terceiro com Pink Wainer, filha do fundador do *Última Hora*, Samuel Wainer. Foram apresentados na interação detalhes da trajetória da família Wainer e do acervo do periódico. O jornal circulou durante as décadas de 1950, 60 e 70, contendo cerca de 700 mil fotos, sendo um dos maiores bancos de imagens da história do Brasil. Grande parte deste acervo foi digitalizado e catalogado pela equipe do Arquivo do Estado.

Outra ação nesse sentido foi estimular uma certa tradição de realização de vídeos técnicos e eventos por parte da equipe do Arquivo. Incitei essa prática e ela pode ser conferida parcialmente no YouTube.⁵⁷ Oficinas de paleografia, por exemplo, tiveram uma procura substantiva. São atividades para instrumentalizar os historiadores e os arquivistas, em especial as novas gerações. Fiz

⁵⁶ ARQUIVO DO ESTADO. Spotify, s.d. Disponível em: <https://open.spotify.com/show/074Vcr8h073WOCXxNxTmRJ>. Acesso em: 24 nov. 2024.

⁵⁷ ARQUIVO DO ESTADO. Canal do Arquivo Público do Estado de São Paulo. YouTube, 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCdk7tn4ZYRH6aCigYgZAXLw>. Acesso em: 24 nov. 2024.

nessas ocasiões mais de uma centena de apresentações públicas, tanto no arquivo quanto em outras instituições, como convidado.⁵⁸ Merecem destaque dentre essas alguns documentários de média/longa duração, tais como o produzido pela TV Cultura/Univesp com ampla participação minha: “Registros: 130 anos de Arquivo Público do Estado de São Paulo”⁵⁹ e “Documenta SP: Arquivo Público do Estado de São Paulo”, da TV Alesp.

Outros momentos importantes foram os de entrevistas individuais de longa duração, tais como o recente episódio do videocast “Controle Externo”, de n. 64, de 2024;⁶⁰ “Gestão da informação no Arquivo Público do Estado de São Paulo”, do Conexão Legislativa (Alesp), de 2021,⁶¹; “História, Arquivos e Humanidades Digitais”, para o História da Ditadura (2022);⁶² “O Futuro do Arquivos para a Anpuh” (2023);⁶³ “A magia e os segredos do Arquivo Público com o expert Thiago Nicodemo”, na temporada 2, episódio 14, do Podcast da Alesp, em 2024,⁶⁴ “Provocação histórica com Thiago Nicodemo e Lindener Paredo”, de 2023,⁶⁵ dentre tantos outros. Destaco também entrevistas para veículos de imprensa tais como, “Entenda como a internet e redes sociais estão transformando a forma de documentar a história”,⁶⁶ para o grupo EBC; a entrevista no Nexo Jornal, de 2023, “Preservar a memória digital da guerra é um gesto humanitário”⁶⁷; “Israel e

⁵⁸ Uma planilha com um conjunto de eventos, juntamente com as suas respectivas gravações no YouTube, está disponível em:

https://docs.google.com/spreadsheets/d/1yn4-DD2yAy8dhpwMy5IJUhlAC7g7UGCH/edit?usp=drive_link&ouid=103286974049440911891&rtpof=true&sd=true.

⁵⁹ UNIVERSIDADE VIRTUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. Documentário Registros - 130 anos do Arquivo Público do Estado de São Paulo. YouTube, 2023. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=c4PXuvjaMjw&t=16s>. Acesso em: 24 nov. 2024.

⁶⁰ TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Programa Controle Externo 64 - Thiago Lima Nicodemo. YouTube, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HcQaxOz-Nv8&t=455s>. Acesso em: 24 nov. 2024.

⁶¹ ALESP. Gestão da informação no Arquivo Público do Estado de São Paulo. YouTube, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V4iZqxItMKY&t=8s>. Acesso em: 24 nov. 2024.

⁶² HISTÓRIA DA DITADURA. História, Arquivos e Humanidades Digitais | Thiago Nicodemo. YouTube, 2021. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=htOr_-65nqw&t=2s. Acesso em: 24 nov. 2024.

⁶³ ANPUH. O FUTURO DOS ARQUIVOS | Gestão de acervos e Humanidades Digitais. Thiago Nicodemo. YouTube, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nwO1BZqPNEA&t=2055s>. Acesso em: 24 nov. 2024.

⁶⁴ ALESP. 2º Temp. EP#14 - A magia e os segredos do Arquivo Público do ESP com o expert Thiago Nicodemo. YouTube, 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cg1OWif6B8w>. Acesso em: 24 nov. 2024.

⁶⁵ Instituto Conhecimento Liberta. Provocação histórica: Nos arquivos da história | Com Thiago Nicodemo e Lindener Pareto - 30/03 | 18h. YouTube, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9viJAGU7quM>. Acesso em: 24 nov. 2024.

⁶⁶ EBC RÁDIOS. Entenda como a internet e as redes sociais estão transformando a forma de documentar a história. Tarde Nacional – Amazônia, 26 out. 2023. Disponível em:

<https://radios.ebc.com.br/tarde-nacional-amazonia/2023/10/entenda-como-internet-e-redes-sociais-estao-transformando-forma-de>. Acesso em: 24 nov. 2024.

⁶⁷ NEXO JORNAL. Preservar a memória digital da guerra é humanitário. Entrevista com Thiago Lima Nicodemo. 21 out. 2023. Disponível em:

<https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2023/10/21/preservar-a-memoria-digital-da-guerra-e-humanitario>. Acesso em: 24 nov. 2024.

Hamas: Guerra de narrativas e a construção da memória coletiva com discernimento”, artigo autoral de dezembro de 2023, publicado no *Estado de São Paulo*.⁶⁸

Ganhei a medalha Washington Luís em 2024 por serviços prestados à sociedade paulista, como uma homenagem feita pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo⁶⁹ especialmente pela participação na elaboração do livro sobre a história da instituição. Juntamente com a equipe do Arquivo, coordenei a atividade de pesquisa ao livro e fui um dos co-autores do primeiro capítulo, movimento de colaboração que também redundou com a criação do Memorial do TCE.⁷⁰

Uma das mais importantes iniciativas em desenvolvimento nesse momento no Arquivo é o projeto Documentários em parceria com a TV Cultura. Idealizei os documentários, coordeno o processo de pesquisa e a elaboração dos roteiros e sirvo como a principal referência de entrevistado em todos eles. Foi concebido como série. São 13 episódios de 35 minutos que compõem uma temporada e estão destinados a serem apresentados na TV aberta e via TV UNIVESP, ou seja, para um amplo público. Os documentários abordam instituições técnico-científicas do Estado de São Paulo, criadas na esteira do desenvolvimento experimentado com os processos de industrialização e explosão populacional, em um contexto de abolição da escravatura, substituição dessa mão de obra por braços estrangeiros, a Proclamação da República e modernização nas diversas frentes, como as da Ciência, Educação, Saúde, Infraestrutura de Transportes, Alimentação, Moradia e Gestão Pública.

O Arquivo desempenha um papel central como fio condutor, na arquitetura dos roteiros e nas pesquisas arquivísticas mobilizadas na instituição, a partir de seus acervos disponíveis. Penso este projeto como programa, em articulação com um de extensão que trará ao arquivo os diversos centros culturais e de memória representados pelas instituições. Também tem o potencial de gerar uma exposição itinerante, estimulando a pesquisa sobre marcos patrimoniais locais, além de subsidiar a produção de publicações acadêmicas e parcerias com espaços expositivos, como o Memorial da América Latina e o Museu da Casa Brasileira.

Adicionalmente, o projeto prevê a criação de conteúdos em podcasts, produzidos em parceria com as instituições envolvidas, promovendo inclusive a possibilidade da criação de cursos de extensão universitária. As instituições retratadas e suas funções são: 1. Trabalho e Imigração: a

⁶⁸ NICODEMO, Thiago Lima. Israel e Hamas: guerra de narrativas e a construção da memória coletiva com discernimento. *O Estado de S. Paulo*, 19 de dezembro de 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/opiniaio/espaco-aberto/israel-e-hamas-guerra-de-narrativas-e-a-construcao-da-memoria-coletiva-com-discernimento/>. Acesso em: 24 nov. 2024.

⁶⁹ TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Homenagem, lançamento de livro histórico e inauguração do Memorial do TCESP. YouTube, 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YkJF0szGxIU>. Acesso em: 24 nov. 2024.

⁷⁰ NICODEMO, Thiago Lima; RIBEIRO, Fernando Victor Aguiar; RAMOS, Eduardo Silva. O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo na belle époque paulista: dos antecedentes à sua suspensão (1889-1945). In: LOPES, José Reinaldo de Lima; KANTOR, Iris; PESSO, Ariel Engel (org.). *A História do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2024, p. 15-56.

Hospedaria de Imigrantes em São Paulo; 2. Transportes: Ferrovia e a expansão do café: Complexo FEPASA de Jundiaí; 3. Ciência, Saúde: o Desinfectório (Museu Emílio Ribas); 4. Vacina, Peste: Instituto Butantã; 6. Agricultura e pecuária, praga do café: o Instituto Biológico; 7. Agricultura e pecuária: ESALQ; 8. História: o Museu Paulista; 9. Segurança Pública: o quartel da Luz; 10. Educação: Escola Normal Caetano de Campos; 11. Artes, Cultura: Liceu de Artes e Ofícios; 12. Alimentação: o Mercado Municipal; Habitação, os cortiços, sanitário e urbanização: Palácio Campos Elíseos; 13. Gestão pública e Arquivo: Arquivo do Arquivo (as sedes de governo).

Por fim, com os cursos de história da USP e com a UNIFESP, desenvolvemos projetos de cursos de extensão que articulam pesquisa documental no arquivo, formação de alunos de graduação e formação de professores da rede pública.

No entanto, o ato mais representativo dessa transformação foi o planejamento de exposições, que alteraram o próprio prédio. O hall do Arquivo se converteu em um espaço de exposição onde se pode receber estudantes para aprender sobre arquivologia e outros saberes. O último resultado nesse sentido foi a exposição Presença Negra, que demorou um ano para ser elaborada e foi inaugurada no final de 2023. A exposição continua em cartaz, com uma expografia majoritariamente elaborada com reproduções fac-similar de documentos históricos datados do século XVIII ao século XX, que retratam as lutas da população escravizada por liberdade, justiça e igualdade⁷¹.

Para ilustrar o argumento, foram destacadas seis figuras importantes de diferentes períodos a partir do acervo: o arquiteto Thebas, a escravizada Teodora, o advogado abolicionista Luiz Gama, os engenheiros Theodoro Sampaio e José Pereira Rebouças, e a escritora Carolina Maria de Jesus. “Presença Negra no Arquivo” não é apenas uma exposição pública, podendo ser também considerada um programa. O Arquivo Público pretende estreitar a relação com os municípios do interior do Estado de São Paulo através do projeto “Presença Negra nos Arquivos” via a itinerância da Exposição homônima e a expansão do modelo de curadoria e pesquisa aplicados a ela. Considerando as especificidades da identidade do Arquivo como instituição de preservação do patrimônio documental acessível ao público, esta exposição, em articulação com a Secretaria de Justiça e Cidadania de São Paulo, por meio da Coordenação de Políticas para População Negra e Coordenadoria Geral de Direitos Humanos junto com o Centro de Difusão e Apoio à pesquisa e o Núcleo de Ação Educativa, realizarão ações educativas e culturais vinculadas ao projeto ainda em 2024. Inicialmente, o projeto será executado nas Casas Afro, com projeto expográfico personalizado, oficina de fac-símile, mediada pela equipe do Núcleo de Ação Educativa, para instrumentalizar os sujeitos locais que participaram da concepção, produção e montagem da

⁷¹ Para visitar virtualmente a exposição de modo imersivo e em 3D: <https://my.matterport.com/show/?m=wanjv2tc8jf>.

exposição em sua cidade, além de oficinas sobre metodologia de pesquisa e preservação da memória. O objetivo é fomentar a pesquisa nos arquivos municipais sobre a presença negra nestas localidades e subsidiar a ampliação da curadoria das mostras locais.

Finalmente, idealizei o projeto “Presencia negra en el Archivo: Luiz Gama, articulador de la libertad (1830-1882)”, no Programa Memória do Mundo (Memory of the World – MoW). Essa candidatura trata da possibilidade de destacar a participação do abolicionista Luiz Gama em um importante período histórico brasileiro, através de documentação única e em certa medida pouco explorada. Nesta candidatura, apresentamos 232 textos localizados em 12 jornais, relacionados com a atuação do abolicionista Luiz Gama, inclusive parte deles foi escrita por ele, durante o século XIX, no Brasil. A documentação inclui o livro de *Matrículas de africanos emancipados* de 1864, que conta com a participação de Luiz Gama e contém manuscritos com sua assinatura. Em 12 de dezembro de 2024 recebi um email do comitê da UNESCO confirmando a inscrição, de modo que esta coleção vai se somar com os outros 5 conjuntos que temos tombados: O “DEOPS – Fundos da Rede de Informação e Contrainformação da Ditadura brasileira (1964-1985)”, registro obtido em 2011 no Memória Mundo America Latina; “Jornal Abolicionista *A Redenção* (1887-1899)”, parte do Fundo IHGSP/APESP, registro obtido em 2014; o “Arquivo da Secretaria de Governo da Capitania de São Paulo (1611-1852), Fundo SEGOVC/APESP, registro obtido em 2015; o “Arquivo da Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos (1983-2016), fundo CTV/APESP, registro obtido em 2016 e finalmente Presença Negra no Arquivo: Luiz Gama, articulador da liberdade (1830-1882). Deles o registro do “DEOPS – Fundos da Rede de Informação e Contrainformação da Ditadura brasileira (1964-1985)” é como Memória do Mundo na América Latina e Memória do Mundo, global. Os outros são registros do “Memória do Mundo” no âmbito do Brasil. Os documentos relacionados com a candidatura estão disponíveis neste memorial.⁷²

Todas essas iniciativas estimularam um maior debate público sobre o Arquivo, realizados nas publicações, nos eventos, nas exposições etc. Em outros termos, a instituição começou a divulgar e debater os seus caminhos e decisões com a sociedade. Um incremento substantivo de consultas ao Arquivo se deu nesse período. Após a queda na pandemia, houve um aumento da importância pública da instituição.⁷³

⁷² O documento de submissão completa e a carta de aceite podem ser encontrados aqui: <https://drive.google.com/drive/folders/1WZ8hZ8HdBrBtHb6uiyAiu7nohIPBrNmt>.

⁷³ Os dados sobre consulta podem ser conferidos em: https://docs.google.com/spreadsheets/d/19FqUAM7FRQH8Jd-ke67Xi2RGRb3rV8QC/edit?usp=drive_link&ouid=103286974049440911891&rtpof=true&sd=true.

História digital e Humanidades digitais

Meu interesse sobre humanidades digitais e história digital foi o resultado de dois fatores. O primeiro deles foi quase que um desdobramento de uma preocupação de pesquisa sobre acervos brasileiros no Brasil e no exterior, resultante principalmente de duas pesquisas de pós-doutorado realizadas no Instituto de Estudos Brasileiros da USP entre 2011 e 2017. O segundo foi a injeção de tempo, de recursos e de autoconfiança que uma bolsa de pesquisador experiente da Fundação Alexander von Humboldt me deu a partir de 2017. Foi durante os primeiros 11 meses na Alemanha e na condição de pesquisador em tempo integral pude estudar e exercitar essa curiosidade.

Passei no concurso da UNICAMP em junho de 2017 quase ao mesmo tempo que fui contemplado com esta bolsa. Iniciei minha relação com a UNICAMP de fato apenas um ano depois e aproveitei o tempo antes de ser chamado ao trabalho para ficar integralmente na Alemanha. Antes disso, desde maio de 2014, fui professor de Teoria da História e Historiografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Em um momento oportuno vou discorrer sobre o aprendizado no Rio de Janeiro, mas por agora basta ressaltar a dor de haver acompanhado um processo de desmonte contumaz da universidade desde fins de 2015. Os salários de professores e demais servidores e as bolsas de permanência dos alunos começaram a atrasar até que os pagamentos cessaram e a universidade parou entre 2016 e 2017. Com outros colegas que ajudaram a formar o coletivo Comunidade de Estudos de Teoria da História (COMUM) da UERJ,⁷⁴ registramos a experiência nesse importante texto: “Uma lágrima sobre a cicatriz: o desmonte da universidade pública como desafio à reflexão histórica (#UERJresiste)”.⁷⁵

Já como pesquisador do Lateinamerika Institut da Universidade de Berlin e com o apoio e confiança de Stefan Rinke, continuei meu trabalho sobre acervos e aprofundei a reflexão sobre fenômenos digitais. A bagagem de pesquisa que tinha advinha dos estudos sobre as coleções brasilianistas no exterior e sobre a dinâmica internacional da produção da historiografia brasileira. Lembro-me de lá ter concluído nas primeiras semanas de trabalho o texto “Arquivos pessoais e a escrita da história no Brasil: um balanço crítico”,⁷⁶ escrito com o meu supervisor de pós-doutorado e um dos meus mais intensos interlocutores, Paulo Teixeira Iumatti.

⁷⁴ CNPQ. Grupo de Pesquisa: Comum, s.d. Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/230464>. Acesso em: 24 nov. 2024.

⁷⁵ NICODEMO, THIAGO LIMA; GUIMARÃES, Gêssica; SOUZA, Francisco. Uma lágrima sobre a cicatriz: o desmonte da universidade pública como desafio à reflexão histórica (#UERJresiste), *op. cit.*

⁷⁶ NICODEMO, Thiago Lima; IUMATTI, Paulo Teixeira. Arquivos pessoais e a escrita da história no Brasil: um balanço crítico. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 38, nº 78, 2018.

No meu pós-doutorado, havia esboçado um mapa das coleções de documentos e livros brasileiros, as “brasilianas” fora do Brasil, olhando sobretudo o surgimento dos Institutos de Estudos Latino-Americanos. Também naquele período e tendo como objetivo a elaboração da exposição de 50 anos do IEB (2012), da qual fui o curador, havia estudado o processo de institucionalização das coleções de livros e documentos brasileiros no Brasil. Nos dois casos observei uma disputa clara entre interesses soberanos e interesses que podem ser classificados como hegemônicos ou imperiais. Talvez nunca tenha escrito isso com todas as palavras, mas a relação entre soberania e conhecimento parece crucial para a minha vida, o acúmulo de informação em uma infraestrutura é uma ferramenta histórica de conhecimento e de poder. Na análise de extensa e difusa documentação entre Itamaraty, Arquivo Geral da USP, Sistema de Arquivos da Unicamp, Library of Congress, dentre outros, era evidente que o controle e acúmulo dos meios de produção do conhecimento no alvorecer dos “area studies” eram uma arma geopolítica fundamental, assim como pareceu evidente que as iniciativas brasileiras de institucionalização de acervos também tinham uma característica de proteção dos interesses soberanos.

Outro tema que sobressaiu foi a tensão entre público e privado na questão da custódia do conhecimento. Tanto nos casos que pesquisei no exterior, como a Biblioteca Oliveira Lima na Catholic University of Americas, quanto nos casos da formação do IEB ou das coleções da UNICAMP, o que parece ocorrer é uma estatização de acervos privados. De modo que se pode dizer que o conhecimento sobre o Brasil passa de um bem de interesse privado de colecionadores tais como Rubens Borba de Moraes para, no contexto entre 1930 e 1950, torna-se um bem de interesse público e estratégico e assim migram para instituições públicas⁷⁷. Em um primeiro momento o cenário da política institucional é mais plural já que a universidade era apenas um projeto. A partir da década de 1960 os acervos migram para as universidades incipientes, como efeito da desarticulação de vários projetos mais amplos de institucionalização de políticas públicas relacionadas com cultura e conhecimento.

O que é a história digital? Arquivos digitais e inteligência artificial

Foi por meio desses dois filtros que encarei, e ainda encaro, a questão do mundo digital; e daí emerge a contribuição mais original que acredito que posso oferecer. Em primeiro lugar, inscrita na história da técnica e na história das relações de força e dominação: a luta por deter a custódia da

⁷⁷ Também no contexto da exposição de 50 anos do IEB publiquei um esboço de biografia de Sérgio Buarque de Holanda, em que incide como foco justamente o percurso institucional de produção de instituições e coleções. Sérgio Buarque de Holanda e a dinâmica das instituições culturais no Brasil 1930-1970. In: MARRAS, Stelio (org.). *Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: EDUSP, 2012, p. 109-132.

formação e os meios para seu processamento, que hoje eu resumo como “questão soberana” é umas das chaves para a compreensão do processo de digitalização. Digitalizar nada mais é do que uma forma acelerada de acúmulo de dados e informações, lastreado nos processos anteriores de acúmulo de conhecimento em meio a disputas geopolíticas. Contudo, o processo de digitalização também não deixa de ser uma extensão das questões soberanas imbricadas na luta pela custódia do conhecimento.

A outra questão fundamental é a fronteira entre o público e o privado. No mundo digital produzimos cada vez mais evidências pessoais ou privadas, tais como nossas interações nas redes sociais e aplicativos. Este processo, no entanto, não começa no mundo digital, porém deita raízes na profusão de produção de informações no século XX. De qualquer forma, é claro que enquanto a quantidade de produção de informação de âmbito pessoal aumenta, também incrementa o grau de relevância pública para preservação e para direitos que devem ser atribuídos a essa massa de evidências.

No texto que escrevi com o Paulo Teixeira Iumatti, indaguei exatamente sobre o que consiste um “arquivo pessoal”. A resposta é: entendido como uma forma típica de arquivamento do século XX, arquivo pessoal é um arquivo residual em que entra tudo aquilo que não cabe necessariamente em um arquivo público estruturado mas que ganha relevância pública; considerando ainda mais os papéis sociais de intelectuais e instituições no século XX. Contudo, como permanece a digitalização dessas coleções, considerando seu papel estratégico no Brasil e no mundo? Foi perseguindo essa pergunta que comecei a desenvolver um ciclo de três textos sobre transformação digital de arquivos e documentos, publicado alguns anos depois no *Oxford Research Encyclopedia of Latin American History* com o título de “Personal Archives and Historical Writing about Brazil”, um levantamento sobre digitalização desses acervos brasileiros realizado com a ajuda de Pedro Telles da Silveira.⁷⁸

Nesta altura estava convencido não só da importância da digitalização como operação chave, mas também das novas possibilidades que poderiam advir do processamento dos acervos digitais. Dialoguei ao longo do ano de 2017 intensamente sobre isso com Oldimar Cardoso, que estava particularmente interessado em desenvolver um algoritmo, utilizando técnicas de programação que hoje entendemos como “inteligência artificial”, capaz de processar textos, interpretar as informações em larga escala e oferecer conclusões. Assim nasceu o “Metahistory for (Ro)bots: Historical Knowledge in the Artificial Intelligence Era”,⁷⁹ texto que fez história e talvez

⁷⁸ SILVEIRA, Pedro Telles; NICODEMO, THIAGO LIMA. Digital Resources: Personal Archives and Historical Writing about Brazil. In: Oxford. *Oxford Research Encyclopedia of Latin American History*. Oxford: Oxford University Press, 2022, p. 1-25.

⁷⁹ NICODEMO, Thiago Lima; CARDOSO, Oldimar Pontes. Metahistor y for (Ro)bots: Historical Knowledge in the Artificial Intelligence Era, *op. cit.*

tenha sido o primeiro texto de bom nível em que se discute o impacto da inteligência artificial no trabalho do historiador, e, mais do que isso, oferecendo como resultado o algoritmo utilizado nos experimentos em código aberto. Antecipamos de forma circunstanciada neste texto questões tais como: o impacto epistêmico da agência não humana, as questões éticas relacionadas com a cópia, emulação e criação generativa, a crise que os processos poderiam causar na lógica do trabalho e conseqüentemente o desemprego, já que muitas funções emulatórias tais como elaboração de resumos, traduções, livros didáticos, linhas do tempo; e mesmo o trabalho de um autor poderiam ser produzidas por agência não humana, de forma automática; a necessidade transparência dos códigos e dos algoritmos, dentre outras. Depois dessa primeira e intensa investida pesquisei menos sobre inteligência artificial e mais sobre arquivos digitais. Claro que no arquivo e no governo acabei ajudando a desenvolver soluções, algumas até hoje em andamento. Hoje, de todas as maneiras, planejo um retorno para a pesquisa de campo e reflexão como editor chefe do *Routledge Handbook of History and Artificial Intelligence*.

Curioso pensar que também o texto foi um campo em que aflorou uma grande divergência entre os autores. Na medida em que Cardoso me enviava os experimentos, convencia-me de que o resultado do algoritmo não era epistemologicamente neutro e que possuía implicações profundas no sentido de produção de uma nova realidade; meu colega reforçava sua crença na perspectiva oposta, na neutralidade e objetividade do processo. No fim, reconheço certo grau de autoritarismo meu, de fato acabei tomando as rédeas da escrita para que o meu argumento prevalecesse e procurei abrandar ou relativizar as conclusões de Cardoso. Com o tempo, não mudei minha opinião, que defende que o mundo da inteligência artificial produz realidades máquinicas ou não-humanas. Argumento, aliás, muito condizente com a vanguarda da reflexão sobre epistemologia do mundo digital. Contudo, certamente hoje teria feito de outro modo se pudesse, mantendo o espaço ao contraditório e valorizando mais a perspectiva do meu colega, que hoje segue defendida por muitos cientistas.

De volta ao Brasil, assumi a cadeira de Teoria da História na UNICAMP e criei um curso de pós-graduação no segundo semestre de 2018 com o intuito de estudar o impacto epistêmico da digitalização no trabalho do historiador. Justiça seja feita, quando conheci a tese de Pedro Telles da Silveira como membro da sua banca de doutorado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul já havia escrito boa parte de “Metahistory for (Ro)bots”, mas, mesmo assim, a tese teve um impacto profunda em mim pelas sendas que abria no campo do estudos sobre fonte histórica e documento na era digital.⁸⁰

⁸⁰ SILVEIRA, Pedro Telles. História, técnica, novas mídias: reflexões sobre a história na era digital. 2017. Tese de doutorado em História defendida no Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

O curso sobre epistemologia do digital gerou vários resultados interessantes, o principal talvez seja ter preparado melhor os estudantes para lidar com o problema tão presente nas suas pesquisas já que todos os alunos do curso, independentemente, da área de especialidade, lidavam com arquivos digitais sem ferramentas adequadas. O curso se pensou como apoio metodológico para os alunos de história e partia do pressuposto que a grande maioria dos pós-graduandos utilizava principalmente versões digitalizadas de suas fontes, normalmente disponíveis em sites ou bases. Ao mesmo tempo, a maior parte desses alunos e alunas se demonstrava incapaz de realizar a devida crítica dessas fontes sem simplesmente ignorar o processo de digitalização. Ao digitalizar qualquer tipo de fonte, ocorre a produção de um novo documento, inscrito no seu tempo e nas condições específicas inerentes à linguagem da nova mídia que se conforma, o que também implica uma mudança no conteúdo informacional. Isso inclui as mídias escritas, tais como a transferência de um documento em papel para um pdf. ou de um disco de vinil para um mp3; assim como de uma pintura ou afresco, para uma foto e dela para um jpg.⁸¹

A alta qualidade dos trabalhos me levou a querer publicar o conjunto em livro, coisa que ocorreu, com diversas melhorias e acréscimos, em 2022, com o *Caminhos da história digital no Brasil*.⁸² Graças ao curso tive a sorte de montar um time, que contou com dois talentosos alunos, hoje doutores com a minha orientação, ambos especializados em teoria, historiografia e história digital: Alesson Ramon Rota e Ian Kisil Marino. Antes de falar sobre eles, fica registrado que foi com o término do curso e graças a debates especialmente com o primeiro que um desenho de um “Centro de Humanidades Digitais” foi imaginado.

O que pode ser um Centro de Humanidades Digitais, especialmente voltado para historiadores e historiadoras em formação? Seria um entreposto de suporte para digitalização ou publicização em ambiente digital das pesquisas advindas das áreas e modos de fazer conhecidos e estáveis? Seria um lugar de pesquisas sobre o impacto do digital na sociedade, como um fenômeno histórico e inscrito na história da tecnologia e mais amplamente da técnica? Seria um novo segmento metodológico no campo de reflexão do historiador, tal como foi a história oral em um passado nem tão distante? Ou um espaço para aprendizado de linguagens contemporâneas, tencionando uma formação híbrida? Essas discussões compõem o quadro de fundo, discutido inclusive na introdução do *Caminhos*, sobre a história digital. História digital deve ser o campo para

⁸¹ NICODEMO, Thiago Lima. História Digital e Arquivo: as formas históricas do mundo contemporâneo. Curso de Pós-Graduação. Unicamp, 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/40255015/Hist%C3%B3ria_Digital_e_Arquivo_As_Formas_Hist%C3%B3ricas_do_Mundo_Contempor%C3%A2neo_Curso_de_P%C3%B3s_Gradua%C3%A7%C3%A3o_UNICAMP. Acesso em: 24 nov. 2024. https://www.academia.edu/40255015/Hist%C3%B3ria_Digital_e_Arquivo_As_Formas_Hist%C3%B3ricas_do_Mundo_Contempor%C3%A2neo_Curso_de_P%C3%B3s_Gradua%C3%A7%C3%A3o_UNICAMP

⁸² NICODEMO, Thiago Lima; MARINO, Ian; ROTA, Allison. *Caminhos da história digital no Brasil*. Vitória: Milfontes, 2022.

pensarmos a emergência do digital na sociedade e portanto inscrito na história da técnica. Por outro lado, deve ser considerar a interface com a metodologia e teoria da história, na medida que as novas tecnologias impactam profundamente “as experiências de tempo e a imaginação histórica”.⁸³ E finalmente, a história digital é frequentemente associada à história pública posto que lidar com a cultura digital é quase um requisito para a difusão na esfera pública de conteúdos. Este último eixo me incomoda, pois entendo que o digital deve mudar a forma de produzir o conhecimento. Então não devemos associar história pública com história digital como se fosse apenas a forma de visualização ou difusão digital de uma pesquisa, por assim dizer, “analógica”. Toda pesquisa deve se repensar a partir de uma visão crítica de suas fontes, quase todas digitais e de métodos que impõe lidar necessariamente com as contingências do presente. Então a história digital nos ajuda a compreender a mudança no campo, as necessidades de adotarmos e refletirmos sobre novas perspectivas teóricas e metodológicas, bem como novas formas colaborativas ou associativas de produção, novas formas de compartilhamento de conteúdos abertos e também estratégias para proteção de dados pessoais e sensíveis.

Em resumo, esse redirecionamento ao digital ocorreu entre 2017 e 2019 e se consolidou justamente em 2020 durante a pandemia, momento em os processos relacionados com a digitalização aceleraram. Em 13 de março de 2020 cheguei em São Paulo depois do meu último período de bolsa Humboldt, fui dar aula de graduação e pós. Dei a aula da pós pela manhã e a universidade fechou em *lockdown* na hora do almoço. Neste último bloco de bolsa estive por três meses na Alemanha. Em 2019 estive na Polônia como professor visitante da Adam Mickiewicz University atuando junto a uma bolsa do European Research Council para ajudar a desenvolver um dicionário de conceitos históricos globais (entre junho e agosto).⁸⁴ Entre novembro de 2018 e março de 2019, havia repetido a dose de três meses trabalhando em Berlin. Nenhuma dessas experiências de pesquisa gerou prejuízo às minhas atividades docentes. Lecionei todos os semestres de aula desde que fui contratado na UNICAMP em junho de 2018 até o meu afastamento para o Arquivo Público.

Em março de 2020, quando as medidas de contenção foram decretadas, eu voltava de um intenso período de trabalho em dois continentes. A universidade literalmente fechou no dia 13 de março e no dia 25 do mesmo mês e durante esse período organizei e refleti com meus alunos como seria possível dar continuidade a um curso de pós-graduação diante do que estava ocorrendo.

⁸³ NICODEMO, Thiago Lima; MARINO, Ian; ROTA, Allison. *Caminhos, op. cit.*, p. 11.

⁸⁴ NICODEMO, Thiago Lima. Conceitos básicos do pensamento histórico (core): desenvolvimento do grupo de trabalho de línguas românicas do dicionário de conceitos históricos. Bolsa de Pesquisa no Exterior – Pesquisa no Exterior. Biblioteca Virtual da FAPESP, s.d. Disponível em: <https://bv.fapesp.br/pt/bolsas/183788/conceitos-basicos-do-pensamento-historico-core-desenvolvimento-do-grupo-de-trabalho-de-linguas-ro/>. Acesso em: 24 nov. 2024.

Necessário lembrar que esse foi um movimento estrutural da UNICAMP, que mobilizou muitos setores, inclusive a Diretoria Executiva de Direitos Humanos da universidade, que com o apoio da professora Josianne Cerasoli procuraram por meio de um trabalho sensível de inteligência e diálogo promover condições mínimas para os alunos terem aulas virtuais, incluindo não só a promoção de rede de celular, mas também de condições infraestruturais básicas como mesas, cadeiras e computadores.

Eu estava estudando arquivos digitais, mas nunca usara na vida aplicativos como Microsoft Teams ou Google Meet. Foi graças a ajuda dos alunos que aprendi o básico. Nesses primeiros dias acionamos uma bolsa da FAEPEX e compramos notebooks, câmera digital, pedestal, gravador de voz, iluminação etc. Assim gravei o primeiro vídeo, publicado no Facebook no dia 25, anunciando publicamente o curso por meio de um convite intitulado “Nada será como antes”.⁸⁵ No vídeo de 8 minutos e meio, eu procurava dialogar com intelectuais que tinham lançado pequenas reflexões sobre o que ocorria, tal como Slavoj Žižek e Byung-Chul Han. A ideia era que a emergência do digital aceleraria e transformaria de forma definitiva o mundo, incrementando os processos de desagregação e precarização. A fala servia como abertura de um curso para pensar sobre essas questões enquanto o processo ocorria.

O trabalho colaborativo de preparação e concepção de aulas remotas que tinham como tema, ou, pelo menos, ponto de partida, a própria contingência, constitui-se em um trabalho de formação, foi verdadeiramente o que consolidou o laboratório. Foi nesse contexto que apareceram para ajudar Pedro Telles da Silveira, como pós-doutorando, com apoio FAPESP;⁸⁶ Ian Marino, como mestrando; Amanda Amarante Montezino como bolsista FAPESP de Iniciação Científica;⁸⁷ Alesson Rota como bolsista de doutorado FAPESP,⁸⁸ Pedro Terres, como bolsista de mestrado CNPQ; Leonardo Cocentino, como bolsista de Iniciação Científica e posteriormente mestrando. Também tiveram participações importantes de Marcella Albaine, como professora colaboradora; Danilo Mendonça e Matheus Gonçalves do Santos Silva como alunos de Iniciação Científica, sem bolsa.

⁸⁵ HISTÓRIA DA HISTÓRIA. Nada será como antes. Facebook, s.d. Disponível em:

<https://www.facebook.com/hdahistoria/videos/314353309553920/>. Acesso em: 24 nov. 2024.

⁸⁶ SILVEIRA, Pedro Telles da. Técnicas da evidência histórica: disputas de memória, patrimônio e a construção tecnológica dos indícios históricos. Bolsa de Pesquisa no País – Pós-Doutorado. Biblioteca Virtual da FAPESP, s.d. Disponível em:

<https://bv.fapesp.br/pt/bolsas/192496/tecnicas-da-evidencia-historica-disputas-de-memoria-patrimonio-e-a-construcao-tecnologica-dos-indi/>. Acesso em: 24 nov. 2024.

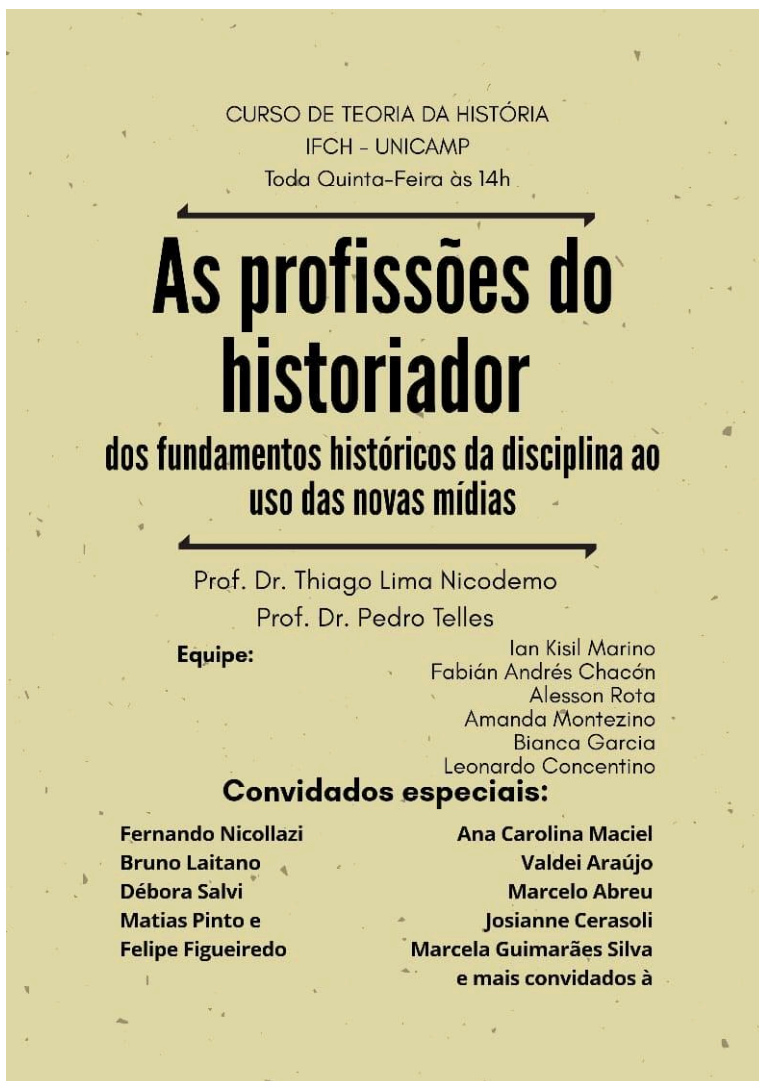
⁸⁷ NICODEMO, Thiago Lima. Uma história oral sobre a coleta arquivística da COVID-19 no Brasil. Bolsa de Iniciação Científica. Biblioteca Virtual da FAPESP, s.d. Disponível em:

<https://bv.fapesp.br/pt/bolsas/199506/uma-historia-oral-sobre-a-coleta-arquivistica-da-covid-19-no-brasil/>. Acesso em: 24 nov. 2024.

⁸⁸ ROTA, Alesson Ramon. Rede intelectual e pan-americanismo: relações entre a política e a escrita da história no Cone Sul (1922-1940). Bolsa de Doutorado. Biblioteca Virtual da FAPESP, s.d. Disponível em:

<https://bv.fapesp.br/pt/bolsas/188148/rede-intelectual-e-pan-americanismo-relacoes-entre-a-politica-e-a-escrita-da-historia-no-cone-sul/>. Acesso em: 24 nov. 2024.

O grupo não fez só isso, porque não só dei o primeiro semestre de aula, na graduação e pós contanto com a ajuda do grupo, contemplando não só a forma com que produziríamos as aulas remotas, mas também nos temas, nas apresentações de pesquisas em *insights*. O processo culminou com o curso de graduação do segundo semestre de 2020, sobre as “Profissões do historiador”, que elaborei junto com o Pedro Telles da Silveira, então doutorando e hoje professor de Teoria e Metodologia da História da USP. Incluo como registro o cartaz do curso de graduação:



Como é perceptível, sou profundamente orgulhoso do resultado desse trabalho formador. Durante o segundo semestre acelerei todas as empreitadas acadêmicas porque o convite para dirigir o arquivo veio em julho de 2020. Meu tempo era curto e não tinha garantia de quanto iria conseguir entregar em 2021, dirigindo uma instituição com centenas de funcionários na transição catastrófica da pandemia, entre o remoto emergencial e o presencial.

Antes de falar da ação pela memória da pandemia, cumpre apenas assinalar o que foi feito ao fomento das humanidades digitais e da história digital. Uma das iniciativas do CHD foi a

participação da criação da Rede Colaborativa para as Humanidades Digitais (Colab HD+) liderada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Essa organização, constituída em 28 de maio de 2023, busca integrar os pesquisadores preocupados com as humanidades digitais e estabelecer parâmetros para a atuação nessa área de pesquisa. Estamos desenvolvendo uma base de pesquisadores integrada e também formas cooperativas de compartilhar conhecimentos e desenvolver produtos. São cerca de 10 centros de humanidades digitais no Brasil. O documento que marcou sua criação, a Declaração de Pirenópolis, sintetiza as posições que orientam a organização.⁹³ Juntos e sob a liderança do Tiago Braga, presidente do IBICT, fazemos parte do sólido “Laboratório de Ecossistemas Informacionais”, registrado no CNPQ⁹⁴. Também em 2020, consolidei o grupo que até hoje lidero do CNPQ, Memória Digital: Arquivo e Documento Histórico no Mundo Contemporâneo, com 18 pesquisadores experientes e estudantes em todos os níveis.⁹⁵

Outros resultados dessa linha de pesquisa foram a coordenação de dois dossiês. O primeiro foi publicado em 2020 na revista *Esboços*, com o título “História digital e global: novos horizontes para a investigação histórica”, coordenado conjuntamente com Anita Lucchesi e Pedro Telles da Silveira. Reunimos oito textos de especialistas sobre história digital nessa ocasião. Esboçamos na introdução do dossiê algumas das potencialidades que as humanidades digitais colocavam para a produção historiográfica.⁹⁶ Tive novamente a oportunidade de coordenar um dossiê vinculado às humanidades digitais em 2024. Conjuntamente de Anita Lucchesi e Murilo Gonçalves, coordenei o dossiê “História digital: arquivo, memória e narrativa na Era do Big Data” na *Revista de Teoria da História*. O projeto reuniu cinco textos. Essas iniciativas demonstram o avanço do debate e aumento de interesse sobre a história digital no Brasil.

Por fim, uma das contribuições importantes para o debate sobre história digital foi a tese de Alesson Rota, orientada por mim, defendida em novembro de 2024 e intitulada “Apologia da História em tempo digitais: Ou redes americanistas nos Congressos Internacionais de História da

⁹³ MARTINS, Dalton Lopes; ÁLVAREZ, Edgar Bisset; GOMES, Josir Cardoso; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes; COSTA, Michelli; ROCKEMBACH, Moisés; GALLOTTI, Monica Marques Carvalho; PIMENTA, Ricardo Medeiros; SOUZA, Tainá Regly de Moura; NICODEMO, Thiago Lima; BRAGA, Tiago Emmanuel Nunes. Declaração de Pirenópolis para as Humanidades Digitais. Zenodo, 12 jun. 2023. Disponível em: <https://zenodo.org/record/8030170>. Acesso em: 24 nov. 2024.

⁹⁴ LEI - Laboratório de Ecossistemas Informacionais. Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil – CNPq, s.d. Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/312524>. Acesso em: 24 nov. 2024.

⁹⁵ HISTÓRIA DIGITAL E ARQUIVO. Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil – CNPq, s.d. Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/5644397519631157>. Acesso em: 24 nov. 2024.

⁹⁶ NICODEMO, Thiago Lima; LUCCHESI, Anita; SILVEIRA, Pedro Telles. Nunca fomos tão úteis. *Esboços*, v. 27, n. 45, 2020.

América (1922-1937)”.⁹⁷ O trabalho analisou a atuação da rede intelectual estabelecida a partir do I e II Congresso Internacional de História da América, realizados entre 1922 e 1937. A partir do seu próprio conhecimento de programador, Alesson desenvolveu Linguagens computacionais para explorar acervos digitais, desde mapeamentos simples até a construção de sentidos complexos, utilizando aprendizado de máquina, hoje disponíveis para exploração e visualização.⁹⁸ O produto desenvolvido pelo aluno permite a visualização cruzada em constelação de autores, citações e obras em um espectro de 150 anos que contempla várias revistas, tal como a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* e a *Revista Americana*, do Itamaraty.

Seguindo um protocolo colaborativo com o Lateinamerika Institut, da Freie Universität de Berlin, Alesson foi contemplado com uma bolsa BEPE e esteve lá por um ano. Neste período foi integrado ao *Geschichtsvermittlung durch Unterhaltungsmedien in Lateinamerika. Labor für Erinnerungsforschung und digitale Methoden* (GUMELAB), projeto financiado pelo DFG, do qual sou colaborador desde a primeira submissão.⁹⁹ Destaco que o resultado do trabalho foi particularmente satisfatório não só porque lá o Alesson e eu pudemos aprender e desenvolver competências, mas também porque pudemos ajudá-los a desenvolver e a amadurecer as práticas de humanidades digitais. Estivemos juntos inclusive, eu financiado pela FU-Berlin, em 2023. O resultado mais concreto foi o excelente *Manual para el uso de métodos digitales en proyectos de humanidades: La experiencia del proyecto GUMELAB*, publicado em 2024 pela Universidad de Antioquia, em Medellín, Colombia¹⁰⁰.

Memória da Covid

Depois do convite ao primeiro texto da *Oxford Research Encyclopedia* sobre arquivos pessoais digitais no Brasil, propus uma expansão no tema, especialmente voltado para novas formas de arquivamento no mundo contemporâneo. Assim nasceu o “Digital Resources: Digital Informal

⁹⁷ ROTA, Alesson Ramon. Apologia da história em tempos digitais: ou redes americanistas nos Congressos Internacionais de História da América (1922-1937). 2024. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2024.

⁹⁸ Centro de Humanidades Digitais. Chronodata. Power BI, s.d. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNDc0MGFjZTgtNGVlOS00NWZiLTg1ZTctMGVIYzRhMzMxYmQyIiwidCI6ImI0NzQxYTgyLTZiNmUtNDNhNS1hZDZILTEwNDQ1MTFhYWVvknij9>. Acesso em: 24 nov. 2024.

⁹⁹ GUMELAB. Kooperationspartner. s.d. Disponível em: <https://www.gumelab.net/ueber-uns/kooperationspartner/index.html>. Acesso em: 24 nov. 2024.

¹⁰⁰ MÜSSEMANN, Hannah; AGUIRRE GARCÍA, Gicela Andrea; ARCILA ARBOLEDA, Heisman Duvolfán; ROTA, Alesson Ramon. *Manual para el uso de métodos digitales en proyectos de humanidades: La experiencia del proyecto GUMELAB*. Medellín: Universidad de Antioquia, 2024.

Archives in Contemporary Brazil”, construído com Pedro Telles da Silveira e Ian Marino.¹⁰¹ O texto foi concebido e realizado nos meses antes da pandemia, durante minha terceira passagem pela Alemanha como bolsista Humboldt, entre novembro de 2019 e março de 2020. Neste período dediquei a pesquisa para compreender as novas formas de arquivamento, especialmente de evidências que nascem digitalmente. Isso contrastava com o primeiro texto, que avaliou a digitalização de materiais de arquivos e bibliotecas brasileiros digitalizados. Destas novas formas de arquivamento se destacavam alguns tipos de arquivos, tais como: 1. Os arquivos produzidos por eventos catastróficos ou disruptivos, tal como o 11 de setembro de 2001, ou os arquivos do Furacão Katrina, dentre outros; 2. Os arquivos comunitários, advindos que movimentos das sociedade civil e que envolvem a visibilidade para grupos sociais que podem ser considerados marginalizados, tal como a iniciativa do Museu da Maré; 3. Arquivos transnacionais e temáticos, tal como o *Slavery.org*, gerados pelo deslocamento e concentração de informações digitalizadas em torno de eixos temáticos; 4. Arquivos ligados a vazamentos de informações confidenciais ou de inteligência de estado, tais como o *Wikileaks* ou *The Intercept*; 5. Arquivos gerados pela captura de eventos relevantes nas redes sociais ou preservação de websites, tais como o *Internetarchive.org*; dentre outros. Observamos que muitas dessas formas de produção da informação poderiam ser agrupadas sob o signo da informalidade, dado a fragilidade e efemeridade dessas informações e a falta de iniciativas estruturadas e de longo prazo para organização de grande parte delas. Por isso, o texto defende uma ideia de “arquivos informais”, e, claro, neste caso nos debruçamos nas práticas informais de arquivamento de materiais e subsídios relevantes para a cultura brasileira.

Nos primeiros dias da pandemia, eu já me dedicava ao estudo dos arquivos ensejados por eventos disruptivos ou catastróficos. O testemunho de guerras e outras tragédias foi um tema central desde a *História da Guerra do Peloponeso*, de Tucídides. No século XXI o problema do testemunho acompanha *pari passu* a evolução tecnológica, em especial as formas de registro audiovisual portáteis como câmeras digitais e celulares. Nesse contexto, foi crucial o evento catastrófico do 11 de setembro nos Estados Unidos que sedimentou um modelo de *crowdsourcing*: chamadas para a captura e curadoria de registros, sejam eles narrados/escritos, sejam eles fotos ou vídeos que sempre expressam pontos de vista. A demanda de memória do 11.09 ajudou a sedimentar uma narrativa, ajudou a consolidar uma memória coletiva sobre o evento, que por sua vez expressou concretude no Memorial do 11.09.

¹⁰¹ MARINO, Ian; SILVEIRA, Pedro Telles; NICODEMO, Thiago Lima. Digital Resources: Digital Informal Archives in Contemporary Brazil. In: Oxford. Oxford Research Encyclopedia of Latin American History. Oxford: Oxford University Press, 2022, p. 3-27.

Com a evolução dos dispositivos pessoais, especialmente as câmeras dos celulares, desde a criação do *Iphone* em 2007, o *crowdsourcing* se tornou prática de memória comum e cada vez mais difusa socialmente. Quanto mais catastrófico o evento em termos de seu alastramento, mais vítimas, mais testemunhos, portanto maior é a demanda da memória. Isso ocorreu em vários casos, tais como o do Furacão Katrina, em New Orleans nos EUA ou os terremotos em Yunnan, no Japão, ou mais recentemente, com a Pandemia de COVID-19, a Guerra da Ucrânia e a Guerra da Palestina, empreendida atualmente por Israel.

Esse era o tema principal do meu interesse quando a pandemia eclodiu no Brasil, em março de 2020. No mesmo período, Pedro Telles da Silveira obteve uma bolsa de Pós-Doutorado da FAPESP para trabalhar com um problema complementar. O projeto era intitulado “Técnicas da evidência histórica: disputas de memória, patrimônio e a construção tecnológica dos indícios históricos”.¹⁰² Enquanto preparava com o grupo os cursos remoto, iniciei com Ian Marino, naquele momento mestrando, o mapeamento de iniciativas de memória da sociedade civil a respeito da pandemia. O projeto, portanto, começou em tempo real, no calor da hora. Imaginava que poderíamos capturar *fake news* e outras evidências relevantes que circulavam em redes sociais sobre a pandemia.

Por causa disso, aproximei-me do professor do Instituto de Computação da UNICAMP, Anderson Rocha, que me acolheu em diversas reuniões e trocas com ele e outros dos seus alunos em diversos níveis. Rocha, que hoje é um dos cientistas desenvolvedores de soluções em inteligência artificial mais citados do mundo, era então o diretor do “Projeto Déjà Vu”,¹⁰³ financiado pela FAPESP. O projeto foi responsável por desenvolver algoritmos que capturam evidências em diversos suportes, áudio, vídeo, etc., e os ordenam de forma coerente com a evolução no tempo e no espaço.

Foi estudando essa tecnologia que cogitamos capturar as evidências efêmeras sobre a pandemia, certos das demandas de memória que surgiram a partir daquele desastre. Foi assim que apareceu o texto feito com o Pedro Telles da Silveira e Ian Marino “Arquivo, memória e Big Data: uma proposta a partir da Covid-19”¹⁰⁴, publicado na *Cadernos do Tempo Presente* e posteriormente em livro. Na mesma toada, publicamos o “Dever de Memória e justiça no mundo digital:

¹⁰² NICODEMO, Thiago Lima. Técnicas da evidência histórica: disputas de memória, patrimônio e a construção tecnológica dos indícios históricos. Bolsa de Pesquisa no País – Pós-Doutorado. Biblioteca Virtual da FAPESP, s.d. Disponível em:

<https://bv.fapesp.br/pt/bolsas/192496/tecnicas-da-evidencia-historica-disputas-de-memoria-patrimonio-e-a-construcao-tecnologica-dos-indi/>. Acesso em: 24 nov. 2024.

¹⁰³ DÉJÀVU. Instituto de Computação – Unicamp, s.d. Disponível em: <https://www.ic.unicamp.br/~dejavu/>. Acesso em: 24 nov. 2024.

¹⁰⁴ NICODEMO, Thiago Lima; SILVEIRA, Pedro Telles da; MARINO, Ian. Arquivo, memória e Big Data: uma proposta a partir da Covid-19. *Cadernos do Tempo Presente*, v. 11, 2020.

comentários sobre a experiência do Covid” em 2021, lançado na coletânea *História, Memória & Territorialidades*,¹⁰⁵ enfocando o argumento sobre a necessidade de articulação de uma política de memória para acontecimentos de cunho disruptivo, incluindo catástrofes climáticas, epidemias ou pandemias, como a da COVID, guerras, crises humanitárias etc.

Com o tempo, eu e o Ian Marino percebemos que a melhor estratégia seria mesmo o monitoramento crítico das diversas iniciativas de memória, que poderiam e ainda podem gerar um grande "Coronarquivo", ou seja, uma solução única de arquivamento e preservação. Cheguei a esboçar o projeto do arquivo geral da pandemia em projeto Jovem Pesquisador Fapesp, reprovado, entendo eu, injustamente, e também em projeto de *Consolidator Grant* ao European Research Council (não foi de fato submetido). Foi neste contexto e já sabendo que iria assumir o Arquivo Público e que, portanto, meu tempo para pesquisa seria mais exíguo, o Ian Marino decidiu submeter em 2020 o projeto de doutorado que gerou a tese (defendida em 2024), “Arquivando a pandemia: transformação digital e luta pela memória na América Latina”. Já sabendo que este seria seu tema no ano de 2020, Ian escreveu e defendeu no ano seguinte o mestrado “História sob encomenda: o Instituto Museu da Pessoa sob um olhar historiográfico” sob a minha orientação (defendida de fato em 2021). Em comum entre os dois trabalhos existe a questão da escrita da história sendo empreendida por agentes da sociedade civil e sob o signo da precariedade crescente.

Foi com o nosso trabalho que nasceu o conjunto de bases de dados do Coronarquivo.¹⁰⁶ Com o projeto consolidamos a ideia de monitorar a memória da pandemia, especialmente relacionada com as demandas de memória da sociedade civil. São três *dashboards*, um para o monitoramento e análise crítica de 120 projetos de *crowdsourcing* brasileiros¹⁰⁷, outro dedicado ao mesmo mapeamento no resto da América Latina, que compreende o monitoramento crítico de outras dezenas de projetos.¹⁰⁸ O outro *dashboard* consiste em uma base de dados de artigos jornais dedicados à questão da educação em 2020-2021, incluindo o debate sindical, empreendido pela Marcela Albaine, pesquisadora que colaborou com o projeto enquanto pós doutoranda da UFRGS e

¹⁰⁵ NICODEMO, Thiago Lima; SILVEIRA, Pedro Telles da; MARINO, Ian. Dever de memória e justiça no mundo digital: comentários sobre a experiência da COVID-19. In: PAULILO, André Luiz; HADLER, Maria Sílvia Duarte (org.). *História, Memória & Territorialidades*. Campinas: CMU/UNICAMP, 2021, v. 1, p. 231-268.

¹⁰⁶ Centro de Humanidades Digitais. Coronarquivo. s.d. Disponível em: <https://chd.ifch.unicamp.br/node/9>. Acesso em: 24 nov. 2024.

¹⁰⁷ CENTRO DE HUMANIDADES DIGITAIS. Dashboard: Coronarquivo Brasil. s.d. Disponível em: <https://chd.ifch.unicamp.br/node/72>. Acesso em: 24 nov. 2024.

¹⁰⁸ MARINO, Ian Kisil; NICODEMO, Thiago Lima. História oral sobre a coleta arquivística da Covid-19 na América Latina. Repositório de Dados de Pesquisa da Unicamp (REDU), 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.25824/redu/TKYHCZ>. Acesso em: 24 nov. 2024.

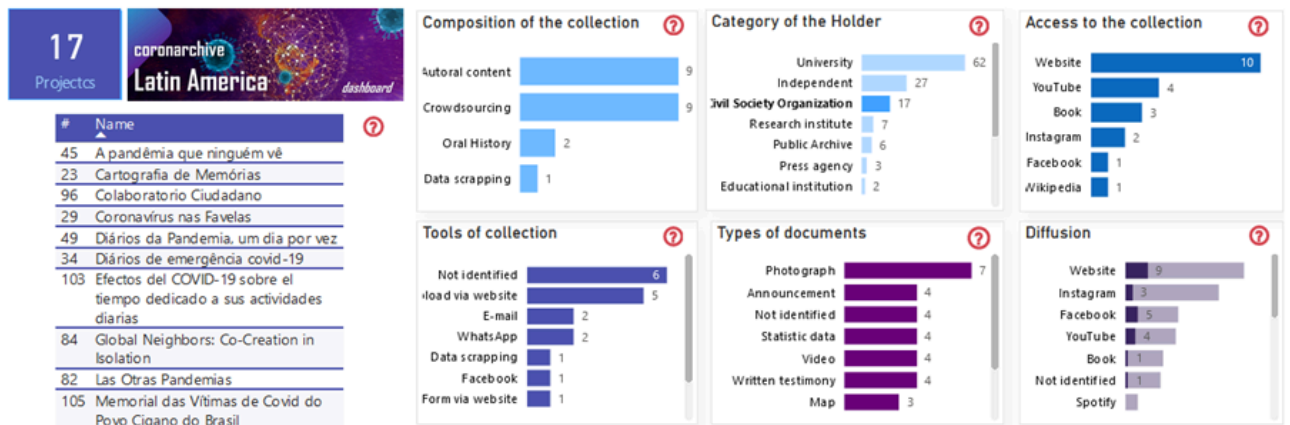
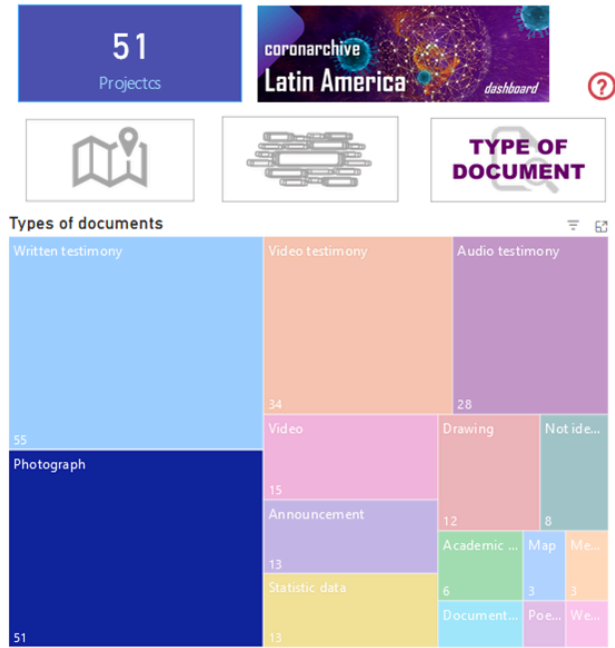
Name	Description
Search	Search
# Name	
17	40 antenas e algumas parabólicas
18	Arquipélago de memórias: pandemia e vida cotidiana de professores/profissionais da educação, estudantes, pais/mães de estudantes (famílias)
19	Diários de Quarentena
2	Fala, Parente! A Covid-19 chegou entre nós
20	Comunicast: Vida em Quarentena
21	Atre às máscaras: lições e vitórias de uma narrativa

Fala, Parente! A Covid-19 chegou entre nós

Os bolsistas do Programa de Educação Tutorial (PET) do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Campus Oiapoque, lançaram a campanha "COVID-19 entre os povos indígenas do Amapá e norte do Pará". O objetivo é compartilhar relatos dos integrantes do grupo e de indígenas sobre a pandemia tem afetado suas vidas e seus familiares, por meio das redes sociais. Diariamente são compartilhados depoimentos dos bolsistas indígenas do grupo PET-indígena na página do Facebook do grupo, com narrativas que contam como estão enfrentando a pandemia. Também foi publicado o Livro "Fala Parente! A covid-19 chegou entre nós", formado pelos relatos de cem indígenas da região de Oiapoque (AP) que compartilham suas experiências sobre a chegada d...

Country	Holder
Brazil	UNIFAP - Universidade Federal do Amapá

Availability of the...	Tools of collection	Strategies to comp...	Social media	Links
Facebook	Facebook	Autorial content Oral History	Book Facebook	



A escolha dos *Dashboards* e da tecnologia do *Power BI* aconteceu por iniciativa do Alesson Rota. A primeira versão do painel do Coronarquivo Brasil contou com a sua ajuda. O Power BI é uma tecnologia hoje muito difundida no ambiente corporativo que permite a visualização interativa de bases de dados e planilhas, eventualmente promovendo o cruzamento desses dados. Não se trata nem do melhor e nem da mais adequada ferramenta para isso, mas, sim, daquela que alguém dentro do grupo aprendeu a manejar e ensinou os colegas, dentre suas possibilidades. Através dessa ferramenta é possível selecionar o projeto, compreender como este empreendeu sua coleta de dados, como difunde os seus dados, qual é a natureza dos dados (histórias orais, fotos, relatos textuais, etc.), qual é a entidade que promove o projeto e qual é sua natureza, dentre tantos outros cruzamentos possíveis.

Já mencionei que o trabalho foi complementado com relatos orais dos principais agentes que empreenderam nos diversos locais da América Latina a coleta. Além do Ian e de mim, quem empreendeu a maior parte das entrevistas foi a Amanda Amarante Montezino, com uma bolsa de iniciação científica da FAPESP, somando cerca de 25 depoimentos gravados e editados. A maior parte está disponível no canal do CHD no YouTube.¹¹⁰ Os atores responsáveis por esses projetos de memória foram inquiridos a respeito dos fundamentos que levaram a realizar tais ações e como elas foram organizadas. Em seguida, o livro *Por uma história da Covid*, escrito conjuntamente com Ian Marino e publicado em 2022, é o resultado do projeto no qual são apresentadas parte das entrevistas e suas análises. Articula também análises de cerca de 15 destes projetos escritas pelos agentes



¹¹⁰ CENTRO DE HUMANIDADES DIGITAIS. Centro de Humanidades Digitais. YouTube, s.d. Disponível em: <https://www.youtube.com/@centrodehumanidadesdigitais9211>. Acesso em: 24 nov. 2024.

empreendedores das próprias iniciativas.¹¹¹ A capa do livro aqui disposta foi elaborada também a partir da catalogação de iniciativas de memória.

O trabalho resultou no mapa interativo da memória da pandemia realizado por Pedro Terres, reunindo informações referentes aos anos de 2021 e 2022.¹¹² Trata-se de um retrato desse universo temporal específico. Precisa-se atualizar o material com as novas operações de operária realizadas nos anos de 2023 e 2024, ou seja, é um trabalho a ser continuado. O mapa baseia-se em quatro camadas de informação coletadas e geolocalizadas. Memoriais Digitais; Monumentos Construídos; e Grafites; e Projetos de Arquivamento.

Os itens do primeiro consistem em memoriais e homenagens aos mortos da COVID-19 em sites disponíveis na internet. Identificou-se 32 práticas nesse sentido. A maior parte foram construídas, ou por universidades públicas, ou por órgãos da sociedade civil. A Universidade Estadual de São Paulo (UNESP) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) são dois entre outros exemplos. Há exceções oriundas de distintos órgãos da vida pública, como o Tribunal de Contas do Paraná.

O segundo contempla monumentos, esculturas e placas relacionadas à COVID-19 fisicamente construídas em todo o Brasil. Identificou-se 65 itens, em capitais e cidades do interior. O formato varia bastante, algumas são iniciativas do caráter público, outras de associações civis do campo religioso. O termo memorial é atribuído à maior parte.

O terceiro consistem de grafites e outros tipos de arte urbana que se relacionem à pandemia de COVID-19. Foram identificados 12, em várias capitais do país e quase todas as regiões.

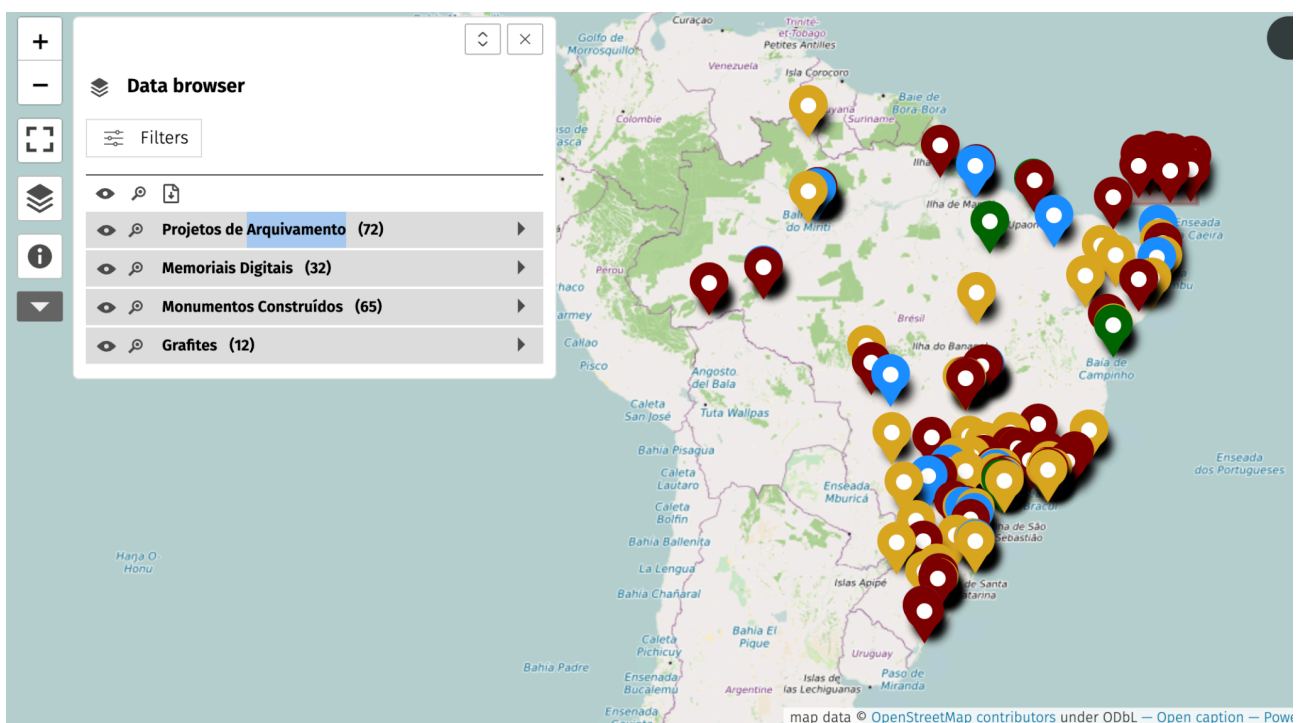
O quarto foca em projetos que realizam uma prática de guarda de arquivos vinculados aos casos da covid. 72 iniciativas nesse sentido foram catalogadas, de distintos formatos, na sua maior parte originárias do mundo acadêmico como as Histórias da Pandemia na Baixada Fluminense (UFRJ) e a História Oral na Pandemia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Há, contudo, iniciativas editoriais, como da Companhia das Letras, e de organizações da sociedade civil.

Foi realizada também uma ação organizada na UNICAMP com a parceria da fundação Wikimedia para o treinamento de alunos e alunas na linguagem wiki e subida de conteúdos relacionados com a memória da pandemia em lotes. O evento ocorreu na UNICAMP em dois dias. O Pedro Terres fotografou pessoalmente em viagens de campo muitos desses marcos e realizou as subidas individualmente ou como tutor de grupos de alunos.

¹¹¹ NICODEMO, Thiago Lima; MARINO, Ian. *Por uma história do Covid*. Vitória: Milfontes, 2022.

¹¹² CENTRO DE HUMANIDADES DIGITAIS. Mapa interativo: Memoriais da COVID-19 no Brasil. Disponível em: <https://chd.ifch.unicamp.br/node/71>. Acesso em: 24 nov. 2024.

O mapa interativo da memória da pandemia não é apenas um retrato do passado, mas um convite à reflexão contínua sobre como registramos e interpretamos eventos históricos de grande impacto. Sua expansão para incluir novos dados dos anos de 2023 e 2024 reforçará a relevância de atualizá-lo como um documento vivo, que acompanha as transformações das práticas memoriais e arquivísticas. No futuro, pode se tornar um recurso ainda mais abrangente, aprofundando conexões e iniciativas. Este trabalho se apresenta, assim, como um alicerce essencial para fortalecer a memória coletiva e fomentar debates sobre memória e história.



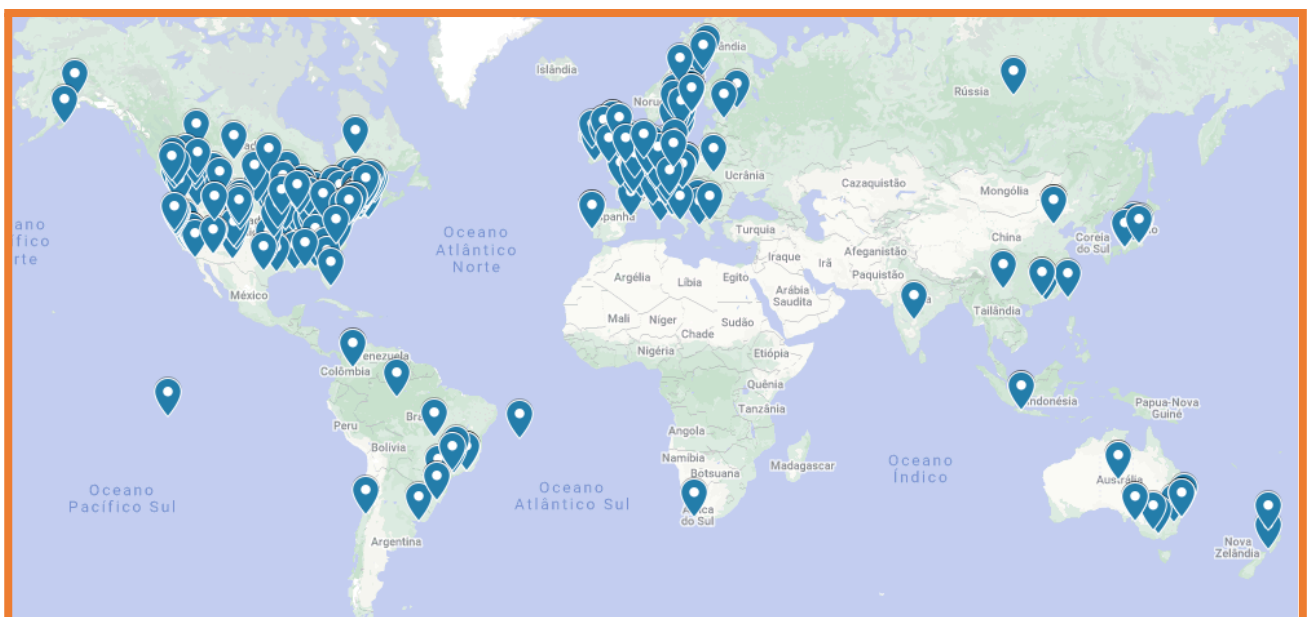
Um novo desdobramento do problema foi realizado em “Como contar a história da Covid-19? Reflexões a partir dos arquivos digitais no Brasil” em 2021, produzido com Ian Marino, Rogério Ferreira de Souza e Paulo Rodrigues Gajanigo.¹¹³ Souza e Gajanigo são sociólogos da Universidade Federal Fluminense e responsáveis por um dos projetos de memória monitorados pelo CDH. Com a ajuda desses, desenvolvemos uma dimensão mais etnográfica para as operações de memória estudadas, revelando aspectos da sociabilidade que se projetam nesses casos. Essas ideias seriam desenvolvidas com maior coerência e amplitude em um outro texto que fiz com Ian Marino para o *Oxford Research Encyclopedia* em 2022, “COVID-19 and Digital Archives in Latin America”.¹¹⁴ A dimensão do dever de memória aos eventos disruptivos, tomando a pandemia do

¹¹³ NICODEMO, Thiago Lima; MARINO, Ian; SOUZA, Rogério Ferreira de; GAJANIGO, Paulo Rodrigues. Como contar a história da Covid-19? Reflexões a partir dos arquivos digitais no Brasil. *Esboços*, v. 28, 2021.

¹¹⁴ NICODEMO, Thiago Lima; MARINO, Ian. COVID-19 and Digital Archives in Latin America. In: Oxford. *Oxford Research Encyclopedia in Latin American History*. Oxford: Oxford University Press, 2022, p. 2-26.

Covid como referencial, fica objetivamente enunciada. Coloca na prática como a pandemia do Covid redimensiona a necessidade de criar arquivos para operacionalizar operações de memórias específicas para essa situação.

Uma das reflexões mais importantes advinda desses trabalhos sobre a memória da pandemia é aquela que se interroga sobre a relação entre arquivamento e desigualdades. Destes esforços foi o texto com Ian Marino intitulado “Archivos digital en América Latina a escalada global”, publicado na coletânea mexicana *América Latina en la historia global*.¹¹⁵ Não era necessário muito esforço para perceber que as técnicas de coleta de memória que hoje entendemos como *crowdsourcing* eram bastante limitadas pois acabam levando ao registro de experiências globalmente niveladas pela capacidade de acesso ao mundo digital, portanto a certa realidade global de classe média, falando em termos muito gerais. Outro ponto importante também era a capacidade de armazenamento e criação de soluções infra-estruturais de coleta de memórias, que também acaba se concentrando em países mais desenvolvidos, tal como mostra o mapa de iniciativa de memória da pandemia de COVID-19 organizado pela International Federation for Public History:



Para além de um problema exclusivo da memória da pandemia, a digitalização, enquanto parte do processo de produção e reprodução do conhecimento tem correlação direta com a desigualdade no mundo contemporâneo. Não apenas pela questão da visibilidade dos agentes no futuro, posto que aqueles que sobreviverão costumam ser chamados pela historiografia de “vencedores”. Mas também porque da digitalização hoje se desdobra uma questão soberana importante, já que as instituições e nações que detém dados têm melhores condições de tomar

¹¹⁵ NICODEMO, Thiago Lima; MARINO, Ian. Archivo digital en América Latina a escala global. In: ROJAS, Carlos; RINKE, Stefan (org.). *América Latina en la historia global*. México: Siglo XXI Editores/ CLACSO, 2022, p. 133-158.

decisões e aumentar o seu poder. Desta ideia se desdobra uma proposta de livro para investigar as relações entre arquivar e a desigualdade social, que tem o título provisório de *Digital archiving and inequality in Latin America*, também em co-autoria com Ian Marino.

O treinamento e colocação profissional do Ian Marino foi um resultado importante nesse contexto. Durante o doutorado o Ian passou 8 meses como pesquisador visitante no Digital History Lab do Leibniz Institut für Europäische Geschichte, da Universidade de Mainz, com a qual também já havia colaborado nos seminários. Com o fim do doutorado Ian logrou uma vaga de pesquisador remunerado no *LivArch - Documenting Russia's war against Ukraine: The challenges of living archives for historical knowledge production*, projeto colaborativo e multi institucional que tem um desenho, metodologia e escopo muito semelhante ao “Coronarquivo”. Ambos monitoram e analisam os projetos de *crowdsourcing* e se interrogam sobre as condições de arquivamento de memórias efêmeras digitais. Planejo inclusive uma expansão dessa colaboração na medida em que não basta estudar casos, mas sim, nos interrogar sobre a realidade cambiante da produção de dados efêmeros e das suas demandas de coleta, de memória e de preservação coetâneas. Mais recentemente, o Ian ficou em primeiro lugar no concurso de Teoria da História/História Pública e Digital da Universidade Federal de Juiz de Fora. Ainda sobre questões digitais oriento o mestrado do Leonardo Lehmann Concentino, “Filogenia digital: as aplicações contemporâneas da filogenia virtual na História e suas reverberações no ofício do historiador” que está em fase de finalização.

Eventualmente voltei a abordar as fake news como problema teórico e prático. Escrito conjuntamente com Mateus Henrique de Farias Pereira e Valdei Araújo em 2022, o capítulo de livro “A indústria das fake news como um problema historiográfico: atualismo e política em um presente agitado” pondera sobre as estratégias de difusão de informações falsas e recoloca para o historiador e outros cientistas das humanidades um problema da origem da disciplina: o trato desafio qualitativo das informações.¹¹⁶ “Fake news e arquivos digitais a partir da experiência da Covid 19”, redigido conjuntamente com Ian Marino em 2022, é meu outro trabalho que coloca em primeiro o problema das fake news.¹¹⁷ Este texto apresenta um breve panorama das fake news da pandemia de covid-19 no Brasil, defendendo a importância da implementação de políticas de arquivamento dessa documentação digital e pontuando caminhos para interpretar e agir sobre essas questões na esfera pública.

¹¹⁶ NICODEMO, Thiago Lima; PEREIRA, Mateus Henrique de Farias; ARAÚJO, Valdei. A indústria das fake news como um problema historiográfico: atualismo e política em um presente agitado. In: MULLER, Angélica; IEGELSKI, Francine (org.). *História do Tempo presente: mutações e reflexões*. Rio de Janeiro: FGV, 2022, p. 250-267.

¹¹⁷ NICODEMO, Thiago Lima; MARINO, Ian. Fake news e arquivos digitais a partir da experiência da covid-19. *Práticas da História*, v. 14, 2022.

Posso dizer que a experiência mais importante dessa jornada foi o desenvolvimento de uma forma coletiva de pensar e produzir frente ao novo, ao mesmo tempo que partimos de interrogações que emanaram da base do conhecimento humanístico e histórico, especialmente da teoria e metodologia da história. Isso explica muito sobre o que é história digital e sobre o que são as humanidades digitais, muito mais uma forma de pensar com conceitos teóricos fundamentais, inserida na história da técnica e da tecnologia que por meio do seu repertório tenciona fronteiras da nossa formação e do nosso perfil a partir da contingência. A tecnologia não é um outro e sim algo que interagimos no dia a dia e muda constantemente nossa forma de ser, agir e pensar no mundo.

Decreto de salvaguarda da memória da pandemia de COVID-19

Foi uma interface importante entre estudo sobre a preservação da memória da pandemia e meu trabalho no Arquivo Público. A ideia partiu de um estudo que constatou que praticamente toda a produção de documentos de Estado relacionados com a pandemia eram nato-digitais, com o agravante que eram produzidos por comitês especiais e outras estruturas provisórias criadas para o enfrentamento da crise. Tecnicamente falando, muitos desses documentos justamente por seu caráter circunstancial tem a eliminação como destinação final. Entretanto temas como produção de vacinas, suspensão de atividades, teletrabalho, educação à distância, contratos emergenciais, doações, ações sociais, entre outros, nos fazem refletir sobre o caráter permanente desses documentos. Foi nesse sentido que o estudo, ocorrido entre 2020 e 2021, indicou a elaboração de um decreto que declarasse permanentes estes documentos e propusesse um projeto estatal de “Preservação de documentos da pandemia de COVID-19” associado a uma solução de repositório arquivístico confiável para essas informações. O decreto foi considerado desnecessário, ou, em outras palavras, foi barrado pela consultoria jurídica da então Secretaria de Governo, ainda na gestão Dória. Pela sua importância opto por reproduzi-lo aqui:

DECRETO N. , DE DE DE 2021

Dispõe sobre a preservação de documentos, sistemas de informações e bases de dados produzidos, recebidos e acumulados no enfrentamento à pandemia do COVID-19

JOÃO DORIA, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais,

Considerando as Declarações da Organização Mundial de Saúde – OMS, desde 2019, de que o surto do novo coronavírus COVID-19 constitui uma emergência de saúde pública de importância internacional;

Considerando as disposições da Lei Federal nº 13.979/2020 e dos Decretos estaduais nº 64.879 e nº 64.881 de 2020, que reconhece o estado de calamidade pública e decreta a quarentena no Estado de São Paulo no contexto da pandemia do COVID-19, e atos normativos posteriores;

Considerando a Declaração "Transformar a ameaça da COVID-19 em uma oportunidade para aumentar o apoio ao patrimônio documental" co-assinada pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura - UNESCO, pelo Conselho Internacional de Arquivos - ICA e outras organizações internacionais da área do patrimônio em abril de 2020, que objetivou garantir a perspectiva histórica na abordagem da pandemia encontrada em fontes documentais, a fim de gerir melhor os impactos de outras epidemias sobre a sociedade;

Considerando a manifestação do ICA e outras organizações "COVID-19: O dever de documentar não cessa em uma crise, torna-se mais essencial", recomendando aos governos, empresas e instituições de pesquisa para documentarem suas decisões, bem como reforçando a importância dos dirigentes reconhecerem o valor da gestão de documentos e arquivos;

Considerando a manifestação do ICA e da Associação Latino Americana de Arquivos "O papel dos arquivos na crise da COVID-19: uma perspectiva a partir da proteção dos direitos humanos" ao abordar que o patrimônio documental é um recurso importante para fornecer uma perspectiva histórica sobre como os governos, seus cidadãos e a comunidade internacional abordaram epidemias no passado e a importância de preservar os registros na pandemia atual para garantir pesquisas futuras;

Considerando que os conjuntos de documentos, independentemente do suporte de registro, de valor histórico, probatório e informativo são permanentes, inalienáveis e imprescritíveis, e devem ser definitivamente preservados como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação, nos termos da Lei federal nº 8.159/1991;

Considerando que cabe à Unidade do Arquivo Público do Estado, órgão central do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo – SAESP, implementar a política estadual de gestão de documentos, preservação e acesso à informação, nos termos dos Decretos nº 22.789/1984, nº 48.897/2004, nº 54.276/2009 e nº 58.052/2012;

DECRETA:

Artigo 1º - Este Decreto dispõe sobre a preservação de documentos, sistemas de informações e bases de dados produzidos, recebidos e acumulados no enfrentamento à pandemia do COVID-19, a partir de 1º de janeiro de 2020, visando a proteção de direitos, o acesso à informação e a produção de conhecimento científico.

Artigo 2º - São de guarda permanente e deverão ser definitivamente preservados, independentemente da destinação prevista nas tabelas de temporalidade de documentos, a que se refere o Decreto nº 48.897/2004, os documentos, sistemas de informação e bases de dados:

I - produzidos, recebidos e acumulados no enfrentamento à pandemia do COVID-19 pelos órgãos colegiados abaixo indicados e outros que venham a ser criados com a mesma finalidade:

- a) Centro de Contingência do Coronavírus, instituído pela Resolução SS-27, de 13-03-2020;*
- b) Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública Estadual - COE-SP, instituído pela Resolução SS-13, de 29-01-2020;*
- c) Comissão de avaliação das doações de bens e materiais a serem utilizados por servidores na prevenção e combate à COVID-19, instituída pela Resolução SG-38, de 26-03-2020;*
- d) Comitê Administrativo Extraordinário COVID-19, instituído pelo Decreto 64.864, de 16 de março de 2020;*
- e) Comitê Gestor do Sistema de Informações e Monitoramento Inteligente – SIMI, instituído pelo Decreto nº 64.963, de 05 de maio de 2020;*

II – produzidos, recebidos e acumulados no enfrentamento à pandemia do COVID-19, especialmente aqueles referentes a:

- a. ações de comunicação e campanhas institucionais;*
- b. atos normativos;*
- c. contratações emergenciais;*
- d. documentos técnicos*
- e. estatísticas de servidores afetados pela pandemia;*
- f. gastos realizados no combate à COVID-19 e seus efeitos;*
- g. pedidos de acesso à informação sobre a pandemia;*
- h. planos, programas e projetos;*
- i. políticas públicas;*
- j. prontuários de pacientes afetados pelo coronavírus;*
- k. registros de doações recebidas;*
- l. registros de repasses de recursos do governo federal;*
- m. termos de cooperação e convênios;*

III - disponibilizados no Portal da Transparência referentes ao enfrentamento à pandemia do COVID-19;

IV – marcados com a tarja "COVID-19" no Sistema SP Sem Papel, SPdoc ou outros sistemas informatizados;

§ 1º – A cessão de atividades dos órgãos colegiados referidos no inciso I implica no recolhimento de seus documentos, sistemas de informação e bases de dados para a Unidade do Arquivo Público do Estado.

§ 2º – Os documentos, dados e informações referentes à pandemia do COVID-19 devem ser marcados com a tarja “COVID-19”.

Artigo 3º – Cabe às Comissões de Avaliação de Documentos e Acesso - CADA dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, a que se referem os Decretos nº 29.838/1989, nº 48.897/2004 e nº 58.052/2012, avaliar, no caso concreto, outros documentos relevantes para a preservação da memória da pandemia do COVID-19.

Artigo 4º – A Unidade do Arquivo Público do Estado, órgão central do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo – SAESP, promoverá ações referentes à preservação e acesso à memória do período da pandemia de COVID-19, por meio de projetos específicos, recolhimentos de acervos a que se referem os artigos 2º e 3º deste Decreto, orientação técnica e eventos.

Parágrafo único – A Unidade do Arquivo Público do Estado poderá publicar normativas complementares para orientar as ações de preservação de documentos, sistemas de informações e bases de dados sobre a pandemia do COVID-19.

Artigo 5º - Cabe à Secretaria de Governo fornecer os recursos tecnológicos para a Unidade do Arquivo Público do Estado implantar repositório digital confiável que garanta o armazenamento seguro e a preservação de longo prazo de documentos, sistemas de informações e bases de dados sobre a pandemia do COVID-19.

Artigo 6º - Este Decreto entra em vigor em na data de sua publicação.

Cumprе assinalar que praticamente todos esses documentos estão hoje no sistema legado São Paulo Sem Papel, e que consiste num dos trabalhos prioritários do Arquivo Público a salvaguarda não só desse grande lote de milhões de documentos pertinentes à pandemia, mas, por amostragem relevante, a salvaguarda dos 3 ou 4 primeiros anos de produção de documentos nato-digitais no Estado de São Paulo. Esse debate é muito importante também nas esferas de outros Estados e sobretudo no Governo Federal. Venho procurando alertar autoridades e articular uma solução ao menos para a produção de documentos nato-digitais pertinentes à pandemia no âmbito do Ministério da Saúde, como parte da iniciativa de Política de memória da Pandemia, que será tratada na tese. Cheguei a conversar pessoalmente com a Ministra Nísia Trindade a esse respeito e espero que possamos juntos desenhar um repositório e uma política de memória que atenda essas demandas justas e urgentes¹¹⁸.

Política de acesso aberto à pesquisa

Desde 2019 faço parte da Comissão de Gestão de Dados de Pesquisa da UNICAMP,¹¹⁹ que tem a incumbência de sustentar e promover a política institucional de dados abertos de pesquisa¹²⁰ observando as melhores práticas em âmbito internacional e estimulando uma cultura de dados abertos e de compartilhamento sustentável na universidade. A CGDP é ainda responsável pela

¹¹⁸ O processo completo, com os pareceres jurídicos que impossibilitaram a publicação do decreto, esta disponível aqui: https://drive.google.com/drive/folders/1MQX4EHYio7RIElmfo4CTBIP9tg_XJnbP?usp=drive_link.

¹¹⁹ PRÓ-REITORIA DA UNICAMP. Comissão de Gestão de Dados de Pesquisa. s.d. Disponível em: <https://prp.unicamp.br/comissoes/gestao-de-dados-de-pesquisa/comissao/>. Acesso em: 24 nov. 2024.

¹²⁰ UNICAMP. Deliberação CONSU-A-016/2020 de 6 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.pg.unicamp.br/norma/23869/0>. Acesso em: 24 nov. 2024.

gestão do Repositório de Dados de Pesquisa (REDU)¹²¹, criado pela Deliberação CCP 006 de 2020, e qualificado como instrumento oficial incumbido de armazenar conteúdos digitais na forma de software, dados brutos de pesquisa, gravações de áudio e vídeo, questionários, códigos computacionais, fotografias e imagens, planilhas, entre outros. O Redu opera com o padrão *dataverse* e também é articulado com os repositórios de mesma natureza da USP e da UNESP.

Integrei-me na gestão do repositório graças à mediação da professora do Instituto de Computação, Claudia Bauzer de Medeiros. Em 2019, havia apresentado meu trabalho sobre usos de inteligência artificial em humanidades aos alunos do IC e das engenharias. Claudia Bauzer tem um trabalho fundamental na universidade, além de ser incansável em treinamento e mediação com todas as áreas do conhecimento, ela conseguiu consolidar junto à FAPESP a inclusão do requisito do “plano de gestão de dados” em todos os projetos de pesquisa. Um plano adequado depende da implantação de uma política de dados abertos na universidade, pois é necessário não só estabelecer claramente onde ficarão os dados de pesquisa, como serão cuidados e qual parcela pode ser compartilhada, mas sobretudo essa prática deve obedecer padrões da comunidade e dos grupos de pesquisa especializados que correspondam às essas práticas científicas.

Esse é um trabalho que ainda precisa de muita dedicação porque em áreas como as de humanidades, as práticas de compartilhamento de informações são tímidas, para não dizer nulas. Estamos inseridos em uma cultura da produção individual e na privatização da coleta de informações produzidas e/ou coletadas com dinheiro público. Trata-se portanto de uma mudança de hábitos e de paradigma na universidade. Temos também uma noção muito frágil sobre o que é dado aberto, ou melhor, quais dados podem e devem ser compartilhados de antemão. As leis de proteção de dados pessoais criaram uma camada a mais de preocupação e o cenário que vemos é um despreparo quase completo nas humanidades e nos arquivos para a proteção segura do dado que é sensível. Sobre esse tema vale também uma nota de uma necessária articulação que estamos fazendo com o Comitê gestor da Lei de Proteção de Dados, do qual também faço parte e dos comitês de ética em pesquisa, que aprovam de antemão boa parte das coletas de informações sensíveis na universidade.

Venho fazendo dentro das minhas limitadas possibilidades esse trabalho, quase sempre palestrando sobre o tema e dando apoio para a professora Cláudia. Um dos nossos recentes avanços, fruto de debates e reuniões estratégicas com o Sistema de Bibliotecas, foi a obrigatoriedade de registro no Redu para todos as teses defendidas com bolsa na universidade. Com respeito a minha equipe, particularmente, tivemos a chance de estudar e nos preparar para subidas estratégicas de

¹²¹ UNICAMP. Repositório de Dados de Pesquisa da Unicamp. s.d. Disponível em: <https://redu.unicamp.br/>. Acesso em: 24 nov. 2024.

nossos principais resultados de pesquisa. Hoje talvez seja o professor de humanidades responsável por pela publicação de mais bases de dados, cerca de 33, sendo que 6 delas sou de fato co-autor e das outras fui apenas o orientador.

Historiografia brasileira em escala global

Um dos meus principais campos de pesquisa que desenvolvo é uma iniciativa de sistematização e internacionalização de debates em torno da historiografia brasileira no seu processo de especialização entre as últimas décadas do século XIX e a primeira metade do XX. A pesquisa nasceu de uma parceria com os professores Mateus Henrique Pereira e Pedro Afonso Cristovão dos Santos. O grupo tem cerca de 11 anos de funcionamento e publicamos mais de uma dezena de textos. Ele foi formalizado como grupo do CNPQ sob a minha liderança, intitulado “Historiografias Periféricas em perspectiva global”, tendo 14 pesquisadores experientes e cerca de 20 estudantes em todos os níveis.¹²²

O primeiro resultado concreto do projeto apareceu no dossiê *Historical Theory in a Global Frame* na revista *History and Theory* em 2015. O artigo “Brazilian Historical Writing in a Global Perspective: a Study on the Emergence of the Concept of Historiography” trata dos usos e apropriações do conceito de “historiografia” e seus coetâneos como índice das alterações no fazer historiográfico no período em questão, articulando.¹²³ O texto argumenta por meio de uma análise qualitativa e quantitativa que a categoria historiografia se tornou no Brasil uma espécie de noção transcendental que visa a condição de única possibilidade de escrita da história possível: a história escrita por profissionais formados pela universidade. A categoria tem a vantagem de não se confundir, como o conceito de história, com a história em si, o processo vivido. Trata-se, assim, provavelmente de uma sofisticação (ou de tentativa de solução das ambiguidades) do próprio conceito de história e também da radicalização da pretensão científica deste conceito, o que permite neste caso a visão global do fenômeno da profissionalização e “universitarização” do conhecimento histórico. Ao que parece, pelo menos nas línguas latinas, a categoria “historiografia” abre, portanto, um novo espaço de experiência, a saber: da história “científica” profissional e universitária. Esse é certamente o caso do Brasil.

Partindo de um universo advindo do campo da história conceitual e dos seus desdobramentos no espaço latino-americano, sugerimos que a categoria “historiografia brasileira” deve ser entendida 1) em função de uma crítica a uma concepção realista do conceito de história; 2) da auto-legitimação e do processo de autonomização da disciplina histórica em relação à produção

¹²² Historiografias Periféricas em perspectiva global. Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil – CNPq, s.d. Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/640026>. Acesso em: 24 nov. 2024

¹²³ NICODEMO, Thiago Lima; SANTOS, Pedro Afonso; PEREIRA, Mateus. Brazilian Historical Writing in a Global Perspective: a Study on the Emergence of the Concept of Historiography. *History and Theory*, v. 54, 2015.

de outras instituições como o IHGB e os institutos históricos regionais (que são na primeira metade do século XX *loci* privilegiados da produção historiográfica); 3) da construção de uma “memória” ou “tradição” disciplinar; e 4) bem como da necessidade de distinguir a história produzida pelas universidades de outras representações sobre o passado. É provável que a ampla aceitação da categoria talvez possa ser explicada também pelo fato de que apesar de todas as ambigüidades, historiografia guarda uma abertura maior dos objetos de pesquisa da sub-disciplina (história da historiografia) – mas, extrapola o próprio “campo”. Ainda sim, seria preciso discutir se a categoria, na verdade, não acaba por restringir o estudo das representações do passado a um só tipo de produção: a universitária.

Esse trabalho foi a antessala da criação do meu primeiro livro após o meu doutorado, *Uma introdução à história da historiografia (1870-1970)*, publicado pela FGV Editora em 2018. Em outros termos, estabelecemos um projeto de pensar a historiografia brasileira a partir do prisma da difusão internacional da ideia profissional de história, estabelecida no trabalho anterior. Fui o principal responsável por conceber o livro em termos de plano de escrita, enredo e progressão entre os capítulos. Em alguma medida imagino que esse livro, orgulhosamente um produto coletivo, foi um desdobramento do pensamento sobre a profissionalização do campo da história na primeira metade do século XX. Literalmente uma história da história nesse contexto. Como pesquisador individual havia me concentrado no peso de Sérgio Buarque de Holanda como epicentro do processo. Graças a contribuição dos autores pude incluir o século XIX e a segunda metade do século XX, de modo que o livro ganhou fôlego e envergadura e até hoje, mesmo que incompleta, se apresenta como uma obra de referência.

Pensamos o *Uma introdução à historiografia brasileira 1870-1970* como um livro que possa ajudar a suprir uma certa carência na compreensão das transformações da historiografia na medida em que a universidade se estruturou no Brasil, servindo de apoio para o ensino de história da historiografia em cursos de graduação e pós-graduação (não por acaso, partimos dos trabalhos de José Honório Rodrigues e a Amaral Lapa nas décadas de 1960-1980). De um modo geral, procuramos mostrar que o interesse pela reflexão teórica no campo da história vem *pari passu* com a organização e as disputadas de uma história institucionalizada na universidade. A especialização foi domesticando a escrita da história em formas monográficas, mas essa suposta atenuação da imaginação não deixa de conter codificadas certas linhas gerais de “interpretação do Brasil” e certa ideia de formação, de educação dos indivíduos. Esse processo, que tem em figuras como Capistrano de Abreu e Sérgio Buarque de Holanda seus protagonistas, envolve diretamente a constituição de certos protocolos disciplinares que permitem identificar o que está dentro e fora da

tradição universitária. Por isso, procuramos privilegiar, como substrato do trabalho analítico, textos em que os historiadores e cientistas sociais falam de si mesmos, do seu fazer e dos seus antecessores e de seus pares. O livro aborda até o peso das revistas acadêmicas e dos primeiros manuais de teoria da história e sobre o currículo nos cursos e o ensino de Teoria da História no contexto pré e pós Reforma Universitária (décadas de 1950-1970). Demonstra inclusive que a nossa disciplina, a teoria e metodologia da história, foi um marco regulatório, um termômetro da profissionalização no campo na medida em que foi adotada como base nos cursos em expansão pelas novas universidades federais, nas décadas de 1970 e 1980.

Um desdobramento desse texto apareceu dois anos depois na *Estudos Históricos*, “Historiografias periféricas em perspectiva global ou transnacional: eurocentrismo em questão”.¹²⁴ O texto debate questões teóricas sobre a história da historiografia a partir das perspectivas global. Examinando estudos de historiografia em variados contextos, o artigo pondera sobre o problema do uso de uma concepção de história e de historiografia gerada na Europa como base para uma reflexão global. Indagando sobre as formas como essa prática historiográfica de matriz europeia viajou, o texto procura explorar as possibilidades de pensar a dinâmica centro-periferia para a produção do conhecimento histórico. O artigo ao mesmo tempo estuda uma questão relevante colocada, em especial, pela história da historiografia preocupada com tradições periféricas: como pensar representações do passado não-ocidentais (como as de culturas indígenas) dentro da história da historiografia, ou em relação a esta, sem estabelecer uma hierarquia de saberes que atribua à concepção europeia de história um “privilégio epistêmico”, nos termos do historiador indiano Sanjay Seth.

Outro resultado dessa iniciativa conjunta foi o texto “Teoria, Historiografia e Ensino nas Páginas da Revista De História da USP (1950-1960)”, publicado na coletânea *As revistas de história e as dinâmicas do campo historiográfico* organizada por Cristiano Arrais e Julio Bentivoglio.¹²⁵ O texto toma um objeto empírico específico para se pensar a difusão internacional de critérios de feitura historiográfica, no caso a *Revista de História* da USP, uma das mais tradicionais publicações da área no país. Analisamos na prática quais textos e critérios para a feitura do ofício eram apresentados nas suas páginas, olhando para esse poderoso instrumento de difusão que era a revista uspiana.

¹²⁴ NICODEMO, Thiago Lima; SANTOS, Pedro Afonso; PEREIRA, Mateus. Historiografias periféricas em perspectiva global ou transnacional: eurocentrismo em questão. *Estudos Históricos*, 30 (60), 2017.

¹²⁵ NICODEMO, Thiago Lima; SANTOS, Pedro Afonso; PEREIRA, Mateus. Teoria, Historiografia e Ensino nas Páginas da Revista De História da USP (1950-1960). In: ARRAIS, Cristiano; Bentivoglio, Julio (org.). *As revistas de história e as dinâmicas do campo historiográfico*. Vitória: Milfontes, 2017, p. 105-130.

Dois dos trabalhos mais importantes que construímos conjuntamente sobre o tema foram publicados na *Oxford Research Encyclopedia* em 2020. Trata-se de “Brazilian Historiography in the 20th Century” e “Brazilian Historiography in the 19th Century”.¹²⁶ Seguindo o caminho do livro publicado pela FGV mas expandindo o argumento voltando-nos ao público estrangeiro, esboçamos uma interpretação sobre a dinâmica internacional da produção brasileira no exterior, com um texto focado no século XIX e outro no XX. Em outros termos, tentamos compreender como a historiografia brasileira era concebida para além de seu local de origem, colocando em questão os fluxos de informação na dinâmica internacional como central na produção de uma imagem. Esses textos representam uma evolução com relação ao *Uma introdução à historiografia brasileira 1870-1970* na medida em que o livro utilizou como fontes principais textos em que os historiadores profissionais refletem sobre seu *metier*. Com fôlego enciclopédico nos textos escritos para a Oxford extrapolamos isso, fazendo uma síntese mais abrangente do processo histórico.

O último resultado até então foi editado na revista *Topoi* e intitula-se “Por onde deve começar-se a história do Brasil?: eurocentrismo, historiografia e o Antropoceno” em 2022.¹²⁷ O artigo analisa um debate ocorrido na segunda metade do século XIX na historiografia brasileira a respeito de qual deveria ser o ponto de partida de uma narrativa da história do Brasil: a Europa (por meio do contexto da expansão europeia e das Grandes Navegações) ou a América (descrevendo-se, primeiramente, o território e as populações indígenas). O processo histórico preterido definiria um “centro” para a história brasileira, que poderia ser “interno” (território e populações indígenas) ou “externo” (Europa, ou processo de expansão do capitalismo comercial). Analisamos as implicações dessa tríade teórica antecedentes-processo-centro na historiografia de formação brasileira à luz, por fim, de reavaliações possíveis do lugar e papel das populações indígenas e da natureza na história.

Nosso grupo prepara para um futuro próximo o lançamento de um livro intitulado *Historiografia e eurocentrismo*. O trabalho reunirá parte de nossos textos revisados e expandidos e trará novos materiais inéditos, dando prosseguimento a esse empreendimento coletivo de pesquisa. Estamos hoje em fase avançada de revisão do livro para a publicação.

Um trabalho recente que se articula com essas preocupações, mas que desenvolvi em associação com o professor Marcelo Durão foi o artigo “Sentido e historicidade nos trópicos: Sérgio

¹²⁶ NICODEMO, Thiago Lima; SANTOS, Pedro Afonso; PEREIRA, Mateus. Brazilian Historiography in the 20th Century. In: Oxford. *The Oxford Research Encyclopedia of Latin American History*. Oxford: Oxford University Press, 2020, p. 245-275. NICODEMO, Thiago Lima; SANTOS, Pedro Afonso; PEREIRA, Mateus. Brazilian Historiography in the 19th Century. In: Oxford. *Oxford Research Encyclopedia of Latin American History*. Oxford: Oxford University Press, 2020, p. 1-24.

¹²⁷ NICODEMO, Thiago Lima; SANTOS, Pedro Afonso; PEREIRA, Mateus. “Por onde deve começar-se a história do Brasil?”: eurocentrismo, historiografia e o Antropoceno. *Topoi*, 23 (49), 2022.

Buarque de Holanda e as aporias do historicismo”, publicado na *Revista de História* em 2023.¹²⁸ Trata-se de uma continuidade dos meus estudos de mestrado e doutorado articulados com os problemas que desenvolvi sobre a feitura da historiografia em escala global. O texto, tendo como base estudos transnacionais que apontam para a relevância do historicismo enquanto conceito-chave do pensamento histórico, debate os usos do termo na obra tardia de Sérgio Buarque de Holanda. Sustentamos que a aproximação do autor com o historicismo representou o capítulo brasileiro de uma tendência à relativização e adaptação do conceito moderno de história à realidade latino-americana. Colocamos dessa forma a hipótese que o texto “O atual e o inatual em L. von Ranke” de Sérgio Buarque se preocupava com o processo de crise da velha matriz europeia de entendimento da história na modernidade, atentando para percepções alternativas e descontínuas sobre a questão do sentido na história.

Ainda como resultado desse trabalho, mantenho um grupo importante de orientandos na UNICAMP com temas vinculados a esse âmbito de minhas pesquisas. Meus alunos são Mário Eugenio Evangelista Silva Brito, que faz um estudo historiográfico no seu doutorado sobre a escrita acadêmica do/no Atlântico Negro do Século XX, considerando especialmente a circulação de saberes e debates entre historiadores negros nas entre as décadas de 1920-1930 (com apoio da FAPESP); Bruna Shulte Moura, bolsista CAPES, que estuda o historiador Sacramento Blake, autor do *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, dentre outras obras bem menos conhecidas do fim do século XIX; e Fabián Andrés Torres Chacón, que faz um trabalho seminal estudando categoria temporais andinas a partir da exegese de textos coloniais e de materiais contemporâneos, com apoio FAPESP. Fui também o supervisor de pós-doutorado com bolsa CNPQ de Piero di Cristo Carvalho Detoni, que trabalhou por dois anos comigo entre 2022 e 2023 realizando uma pesquisa sobre a recepção de Nietzsche no Brasil entre o fim do século XIX e primeira metade do século XX. Junto com Alesson Rota, Detoni também realizou análise computacional de dados em larga escala para aprofundar seu diagnóstico e o resultado foi recentemente publicado.¹²⁹

Tive a oportunidade de orientar cinco mestrandos na UERJ aos quais vou me referir mais à frente, contudo destaco o doutorado de João Paulo Lopes, “História negra, nação para quem? A narrativa histórica como repertório e pedagogia na imprensa negra paulista 1924-1940”. O trabalho foi realizado entre 2016 e 2019 com apoio da FAPERJ.

¹²⁸ NICODEMO, Thiago Lima; DURÃO, Marcelo. Sentido e historicidade nos trópicos: Sérgio Buarque de Holanda e as aporias do historicismo. *Revista de História*, n. 182, 2023.

¹²⁹ ROTA, Alisson Rota; DETONI, Piero. Itinerários de história digital: O caso Nietzsche através da heurística computacional (c. 1870-1940). *Revista de Teoria da História*, Goiânia, v. 27, n. 1, p. 51–85, 2024. DOI: 10.5216/rth.v27i1.79223. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/79223>. Acesso em: 13 nov. 2024.

Um “meta-historiador” de acervos

O termo “meta-historiador” de acervos é uma invenção pessoal um tanto provocativa que remete para essa atividade incomum de se pesquisar como as coleções e acervos foram formados, partindo do pressuposto de que este processo é enraizado na história. Trata-se do escrutínio metódico, uma hermenêutica das camadas que permitem que um indício do passado seja preservado até o presente. No passado ou no presente nada é preservado por acaso, toda a preservação em alguma instância encerra uma intenção, um ato de seleção. Isso significa que os arquivos não são imparciais ou unívocos, mas resultado de processos históricos complexos e enraizados nas circunstâncias históricas que os formaram. Muitos desses trabalhos foram feitos sem esse senso de unidade, mas reconheço que foi graças ao texto que escrevi com o Paulo Iumatti, já citado, “Arquivos pessoais e a escrita da história no Brasil: um balanço crítico” de 2018, conforme inclusive apontamos na conclusão, indicando a necessidade da “consideração da meta-história dos arquivos e das evidências arquivísticas”. Procuramos mostrar no texto que os estudos sobre documentação pessoal no Brasil “ganham muito ao considerar as camadas de significado socialmente produzidas ao longo dos processos de transformação que inscrevem o documento pessoal”.¹³⁰

Conto neste item sobre o meu trabalho de pesquisa entre mais ou menos 2008 e 2017, período que coincidiu com a finalização do doutorado e com duas bolsas de pós-doutorado realizados com o apoio da FAPESP em respectivamente em 2011 e em 2013 -2014. Essa experiência também foi complementada por significativas experiências de trabalho como professor visitante da Universidade Federal do Espírito Santo, entre agosto de 2011 e agosto de 2013, e como professor do quadro permanente de Teoria da História e História da Historiografia, entre 2014 e 2017, até assumir a vaga de professor na UNICAMP.

Disputa pelos acervos brasileiros: entre soberania e imperialismo

O interesse pela “meta-história” dos acervos brasileiros fora do Brasil foi despertado quando encontrei uma documentação inédita no arquivo do Itamaraty por acaso durante o doutorado. Estudava na oportunidade o período em que o intelectual brasileiro Sérgio Buarque de Holanda viveu na Itália entre 1952 e 1954. Na pesquisa em arquivos italianos e brasileiros, encontrei

¹³⁰ NICODEMO, Thiago Lima; IUMATTI, Paulo Teixeira. Arquivos pessoais e a escrita... *op. cit.*, p. 114.

documentos originais que esclarecem que a fundação da Cátedra de Estudos Brasileiros em Roma fez parte de um projeto muito ambicioso de difusão cultural do Brasil na América e na Europa, por meio da fundação de cátedras de “estudos brasileiros” em diversas universidades renomadas. Além da fundação das cadeiras, o projeto previa a criação de centro de estudos culturais nos moldes dos institutos Goethe (Alemanha), Cervantes (Espanha) etc. Alguns intelectuais bastante conhecidos foram enviados para cumprir a missão, além das aulas seriam responsáveis pela direção dos institutos culturais brasileiros. Quando me dei conta da riqueza da documentação que estava em minhas mãos, fotografei sem hesitar não só o que encontrei sobre o intelectual que estudava, mas também tudo o que pudesse contribuir para uma visão global do projeto.

O projeto de fundação das cátedras de estudos brasileiros não apresentava nada de especificamente novo no panorama da política de divulgação cultural do Brasil, visto que o Itamaraty, pelo menos desde o início do século XX, trabalhava na difusão do país. A própria Divisão Cultural do Itamaraty foi criada em sintonia com os primeiros Congressos Científicos Pan-Americanos (em 1908 e 1915) sob a promessa de ampliar o intercâmbio cultural entre as nações Pan-Americanas por meio de traduções, intercâmbio universitário e concessão de bolsas de estudo. Por isso, não é necessário muito esforço para encontrar na documentação armazenada pelo Arquivo Histórico do Itamaraty iniciativas de aberturas de cátedras ao “leitorados” em universidades estrangeiras ou de fundação de institutos culturais em colaboração com países que possuíam relações mais estreitas com o Brasil, como a França, por exemplo.

O que o projeto apresentava de novo, no entanto, era justamente a intenção centralizadora e articuladora das iniciativas difusas anteriores em um momento em que o Brasil começava a ganhar destaque no mundo como uma potência incipiente. Além disso, ele possuía uma abrangência também inédita, compreendendo América do Norte, América Central, América do Sul, além de diversos países europeus. Os respectivos países, universidades e intelectuais (na maioria não eram diplomatas de carreira) enviados na fase de implementação do projeto foram, na Alemanha, a Universidade de Heidelberg, (João Milanez da Cunha Lima); na Argentina, a Universidade de Buenos Aires, (Garcia Menezes); na Bélgica, a Universidade Católica de Lovain, (Murilo Mendes); no Canadá, a Universidade de Ottawa (Pedro Xisto de Carvalho); na Espanha, a Universidade de Madrid, (Paulo da Silveira); nos Estados Unidos, a Universidade da Carolina do Norte, (Lawrence Sharpe); na França, a Universidade de Bordeaux (Maria Alice Faria); na França, a Universidade de Paris, Sorbonne (Celso Ferreira da Cunha); no México, a Universidade do México (Cyro dos Anjos); na Nicarágua, Universidade Nacional (J. Paulo de Medeyros); Peru, Universidade San Marcos (Josué Montello); Portugal, Universidade de Lisboa (Álvaro Lins); Suíça, Universidade de Genebra (Sérgio Milliet).

Propus, para a compreensão deste projeto, um aprofundamento no estudo da política externa de difusão cultural brasileira ao longo do século XX, a que venho me dedicando, neste momento, principalmente em pesquisas no Arquivo Histórico do Itamaraty, localizado no centro do Rio de Janeiro. Não é casual que o fomento governamental ao projeto das cátedras e institutos culturais tenha se iniciado com o governo democrático de Getúlio Vargas e não ido além de poucos meses de sua morte. A iniciativa reverberam traços importantes da política cultural nas gestões anteriores de Getúlio Vargas. A própria sociabilidade intelectual em torno à divisão cultural da instituição desde as primeiras décadas do século XX é mais um dos indícios que leva à necessidade de uma nova investida sobre a questão da relação entre intelectuais e estado na “era Vargas”.

Complementarmente, também vislumbrei uma investida no panorama internacional da formação dos estudos brasileiros pois é necessário mirar os antecedentes que propiciaram condições oportunas para a iniciativa do Itamaraty. A ascensão do Brasil a tema de estudos especializados em um panorama científico internacional certamente se vincula à afirmação de interesses estratégicos e políticos norte-americanos, já que justamente no período ganhou enorme importância na política externa do governo do presidente Franklin Roosevelt.¹³¹ Deve-se considerar nesse sentido, a institucionalização dos *area studies centers*, organismos universitários dedicados ao estudo de unidades geopolíticas como países, continentes ou subcontinentes sob uma perspectiva multidisciplinar.¹³²

Muitos intelectuais brasileiros viajam aos Estados Unidos no início dos anos 1940, grande parte deles a convite de Lewis Hanke (e seu aluno, Willian Berrien) e da recém-fundada *Hispanic Fondation*, da *Library of Congress*, ou diretamente do *Bureau of Cultural Affairs* do Departamento de Estado Americano (*State Department*).¹³³ Cito como exemplo, além de Sérgio Buarque de Holanda que viajou em 1941, Érico Veríssimo, Gilberto Freyre, Rubens Borba de Moraes, Heitor Villa-Lobos e Cândido Portinari. O último convidado para elaborar um mural decorativo na própria *Hispanic Fondation*.¹³⁴

¹³¹ BERGER, M. *Under Northern eyes: Latin American studies and U.S. hegemony in the Americas, 1898-1990*. Bloomington: Indiana University Press, 1995, p. 48. TOTA, Antonio Pedro. *O Imperialismo Sedutor. A Americanização do Brasil na Época da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

¹³² FERES Jr., João. *A História do Conceito de “Latin America” nos Estados Unidos*. Bauru: Edusc, 2005.

¹³³ Em trabalho que venho realizando em parceria com o prof. Antonio Dimas, meu co-supervisor de pós doutorado, tenho visitas programadas tanto nos arquivos da *Hispanic Fondation* (na Library of Congress em Washington D.C., quanto nos documentos pessoais de Lewis Hanke (difusos em arquivos norte-americanos, mas, da parte que concerne a esta pesquisa, concentrados na biblioteca de estudos latinos Americanos da Tulane University, em New Orleans).

¹³⁴ Também no início dos anos 1940, Willian Berrien e Rubens Borba de Moraes começaram a elaborar o projeto do *Handbook of Brazilian Studies* nos mesmos moldes do *Handbook of Latin American Studies* editado entre 1936 e 1940 por Lewis Hanke. Hanke veio ao Brasil em 1940 para se articular com a intelectualidade brasileira e chegou a convidar Rubens Borba de Moraes para o projeto, além de ter convidado intelectuais brasileiros como Sérgio Buarque de Holanda para viagens aos Estados Unidos. Após diversos percalços foi publicado em 1949 sob o título de *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*.

Érico Veríssimo e Gilberto Freyre foram os intelectuais mais bem-sucedidos em sua empreitada. Além de conferências e palestras em universidades de destaque, os dois costuraram contratos de tradução e publicação de suas obras com editoras norte-americanas de prestígio. Freyre negociou com a editora Alfred Knopf entre 1943 e 1944 quando esteve lecionando nas universidades de Harvard e Indiana, não apenas a publicação de sua obra *Casa Grande & Senzala* mas também uma edição das próprias conferências proferidas nessas universidades, que ganhariam o título de *Brazil: an Introduction*.¹³⁵ Índícios de documentação guardada no fundo da editora Alfred Knopf Inc., que se encontram hoje no Harry Ramson Center da Universidade do Texas em Austin, demonstram o papel ativo de Hanke e do Departamento de Estado Norte-Americano, ao qual ele respondia diretamente.¹³⁶ O caso de Érico Veríssimo é até mais significativo – quando esteve entre janeiro e março de 1941 conseguiu um contrato com a editora McMillan de tradução da obra *Caminhos Cruzados*. Veríssimo era um dos escritores com vendas mais expressivas no mercado brasileiro, mas superou esses números no mercado americano com as saídas de sua obra traduzida, publicada em 1943. Com o sucesso, voltou para estadias mais longas entre 1943-1945 e 1953- 1957, lecionando na Universidade da Califórnia em Berkeley.¹³⁷

Sob o aspecto da pesquisa realizada, acredito que merece destaque a tentativa de compreender a rede de colaboração internacional que atraiu os intelectuais brasileiros ao exterior, em um primeiro momento nos Estados Unidos. Grande parte deste trabalho foi realizado em arquivos nacionais, em especial o próprio arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros e da Brasileira Mindlin. Outra parte significativa realizei em dois períodos de pesquisa nos Estados Unidos, um no início de 2014 e outro no início de 2015. No início de 2014, fui pesquisador visitante da *Oliveira Lima Library*, da *The Catholic University of America*, e contei com a supervisão do seu diretor, o Professor Thomas Cohen.

A pesquisa foi realizada não só nos arquivos de Oliveira Lima, mas sobretudo nos diversos setores da *Library of Congress*, Washington, D.C. Trabalhei nos diversos fundos reconstituindo os passos de Lewis Hanke, primeiro diretor da *Hispanic Foundation* (depois *Hispanic Division*), que desde finais dos anos 1930 atraiu diversos intelectuais brasileiros para a instituição, tais como Sérgio Buarque de Holanda, Rubens Borba de Moraes, Cândido Portinari, Camargo Guarnieri,

¹³⁵ FREYRE, Gilberto. *Brazil: an interpretation*. New York: A. A. Knopf, 1945.

¹³⁶ No arquivo pode ser encontrado na série de correspondências entre Hanke, o editor, Freyre, e Samuel Putnam (seu tradutor) concentradas entre abril e maio de 1944. Alfred Knopf Inc. – Letters 4.6, 28.6 (1943-1947) Harry Ramson Center, University of Texas in Austin. O papel de Knopf como editor de livros brasileiros foi de fundamental importância na difusão do Brasil nos EUA. Knopf traduziu e publicou autores como Machado de Assis, Guimarães Rosa, Jorge Amado, etc. Cf.: DIMAS, Antonio. Nas Ruínas, o Otimismo. In: DIMAS, A.; LEENHARDT, J.; PESAVENTO, S. J. *Reinventar o Brasil*. Edusp, 2006.

¹³⁷ Devo a Richard Candida Smith, professor da Universidade da Califórnia em Berkeley, as indicações sobre o caso de Érico Veríssimo baseados em pesquisa em curso e ainda inédita.

dentre outros. Na outra viagem, realizada entre fevereiro e março de 2015, fui *visiting scholar* da *State University of New York* em Stony Brook. Além de ter trabalhado com o arquivo e biblioteca da *New York Public Library*, concentrei meus esforços no acervo do professor Frank Tannenbaum, guardado nas coleções especiais da *Butler Library* da *Columbia University*. Procurarei mostrar nas páginas a seguir o papel central que tiveram Hanke e Tannenbaum e as respectivas instituições que eles representavam no desenvolvimento dos “estudos brasileiros” nos Estados Unidos.

A moldagem dessa pesquisa aconteceu graças a um ambiente favorável que encontrei no IEB desde o início de 2011, quando defendi a tese de doutorado. O IEB passou nos anos 2000 por uma expansão de quadros, incorporando docentes próprios e criando um programa de pós-graduação autônomo, processo que culminaria na nova sede, em um espaço físico conjunto com a Biblioteca Mindlin.¹³⁸ Esse momento ensejou ao mesmo tempo um balanço do sentido histórico da instituição ao mesmo tempo que um planejamento do papel que poderia ocupar nos próximos anos.

Posso dizer que estive diretamente envolvido com iniciativas nestes dois sentidos. Meu primeiro projeto de pós-doutorado fora aprovado pelo conselho da instituição mesmo antes que eu defendesse o doutorado. A tese foi depositada em novembro de 2010. Pela proximidade com as férias, a defesa só foi marcada para meados de fevereiro de 2011. Enquanto esperava pela defesa, estava envolvido no trabalho na instituição e na preparação de um curso de pós-graduação que ministrei ao longo do primeiro semestre de 2011, em colaboração com um dos supervisores da pesquisa, o professor Paulo Iumatti.

Meta-história da biblioteca Mindlin

Ainda consegui aprofundar este tema com uma bolsa de pesquisa na Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin que recebi em 2017, por cerca de três meses. Nessa circunstância fui o primeiro pesquisador a poder estudar sistematicamente o acervo pessoal de Rubens Borba de Moares, que acabara de ser organizado. Mindlin comprou por 4 vezes as bibliotecas do bibliófilo Rubens Borba. Borba chegou a se comprometer com uma doação de seus livros em caso de morte, reunindo as coleções em “biblioteca museu” de caráter aberto ao público.¹³⁹ A doação ocorreu de

¹³⁸ O IEB foi criado em 1962 por Sérgio Buarque de Holanda, como um centro de pesquisa multidisciplinar, arquivo e biblioteca. O seu marco zero foi a “brasileira” de Yan de Almeida Prado, que rapidamente expandiu com a Coleção Lamego, a biblioteca de Mário de Andrade e hoje conta com dezenas de bibliotecas e arquivos com a documentação de intelectuais brasileiros como José Honório Rodrigues, Caio Prado Jr., Guimarães Rosa, Graciliano Ramos etc. Em torno do acervo e da biblioteca foi delineado um conselho de administração composto por representantes das áreas: história, geografia, literatura Brasileira, antropologia, etnologia, arquitetura etc. Todo um conjunto de disciplinas vinculadas aos estudos brasileiros.

¹³⁹ NICODEMO, Thiago Lima. A invenção das brasileiras no século XX: Alguns capítulos da história da Coleção Guita e José Mindlin. *Revista BBM*, São Paulo, n. 1, p. 168-77. jul./dez. 2018.

fato logo após a morte de Borba de Moraes em 1986 e carregou consigo o seu acervo pessoal, de caráter arquivístico. A Biblioteca Mindlin foi portanto uma ação em sociedade com um o mais conhecido bibliófilo do Brasil. Explorei no texto “A invenção das brasilianas no século XX: Alguns capítulos da história da Coleção Guita e José Mindlin”, de 2018, aspectos importantes dessa relação, incluindo algumas hipóteses sobre as camadas de vendas, trocas e incorporações de livros entre os dois protagonistas e o livreiro Antonio Tavares de Carvalho. Uma versão expandida e aprimorada deste texto saiu também sob o título de “As “brasilianas” no Século XX: coleções privadas, interesses públicos e projetos de nação”.¹⁴⁰

Escrevi um texto mais longo dedicado à relação de Borba de Moraes com os Estados Unidos, tendo como fio condutor a análise da documentação em torno a publicação do *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*, publicado em 1949, mas que fora inicialmente concebido no início dos anos 1940 como *Handbook of Brazilian Studies*.¹⁴¹ O *Manual* nasceu como ideia no contexto da política de boa vizinhança e portanto submetido a uma agenda norte-americana. Seu projeto foi pouco a pouco se nacionalizando, ou melhor, adaptado à realidade e às disputas político-institucionais de grupos de intelectuais brasileiros e findou por representar uma das primeiras tentativas de consolidação de uma identidade disciplinar ligada ao discurso da universidade incipiente e do crescente discurso em prol da especialização das disciplinas nas ciências humanas.

A conclusão mais importante dessa fase de pesquisa é que as bibliotecas sobre o Brasil, as “brasilianas”, se sedimentam em meados do século XX, em meio a disputas soberanas entre Brasil, Estados Unidos e Europa, pela custódia do conhecimento prático e teórico sobre o Brasil. Neste contexto, a brasiliana migra como ideia de um bem privado, atrelado ao interesse colecionista de um indivíduo e ganha finalmente um sentido público, indissociável da intervenção no presente. Esses significados mudam em consonância com um quadro de institucionalização do conhecimento universitário aliado a uma multiplicação de acervos públicos, de instituições de preservação de patrimônio histórico, artístico, arqueológico e etnológico, bem como à sistematização de museus, periódicos e também com a circulação intensificação da internacional de intelectuais brasileiros. Essas mudanças estruturais na produção de conhecimento ajudam a transformar a expectativa sobre os usos e funções das coleções de obras e documentos sobre o Brasil. Curioso observar que são justamente esses dois argumentos, a passagem do âmbito privado ao interesse público e a tensão

¹⁴⁰ NICODEMO, Thiago Lima. “As “brasilianas” no Século XX: coleções privadas, interesses públicos e projetos de nação”. In: BRAGA, Sabrina et. al. (org.). *Teoria e história da historiografia no século XXI: ensaios em homenagem aos dez anos da Revista de Teoria da História*. Vitória: Editora Milfontes, 2020.

¹⁴¹ NICODEMO, Thiago Lima. O Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros e as relações culturais entre Brasil e Estados Unidos na década de 1940. *Livro: Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição (NELE)*, v. 7, p. 69-88, 2019.

entre soberania e imperialismo na custódia do conhecimento, são os dois pontos mais importantes da minha reflexão sobre arquivos digitais. Não será por acaso que isso ocorre, já que as disputas pela digitalização estão enraizadas justamente nesses processos mais amplos.

Assim, a trajetória de Borba de Moraes pode ser compreendida melhor ampliando a análise, o que leva ao seu enquadramento em um grupo de intelectuais: muitos egressos da Semana de 22 ou dos tantos outros “modernismos” brasileiros como os de Minas Gerais e Recife, incorporados no serviço público na década de 1930, quando puderam concretizar projetos públicos de gestão cultural em uma relação, via de regra, conflituosa com Getúlio Vargas e próxima de Capanema e Drummond. Esses vão aos Estados Unidos no início da década de 1940, quando internacionalizam seus projetos e atribuem traços mais claros de disciplinarização e especialização universitária. Intensificam sua circulação internacional na década de 1950, voltando a cooperar com universidades e instituições internacionais européias. Finalmente na década de 1960 e 1970 acabam colaborando com a universidade brasileira, onde tenderam a depositar aquilo que identificam como seu principal legado. Muitas dessas características em comum são compartilhadas por, além do já mencionado Rubens Borba de Moraes, Paulo Duarte, Sérgio Buarque de Holanda, José Honório Rodrigues (ficou fora da universidade nas décadas de 1960-1970), Antonio Candido (que não participou da Semana de 22, mas acompanha a tendência a partir da década de 1940, militando em prol da autonomização do campo dos escritores e da especialização universitária na crítica literária), dentre outros. Em poucas palavras, o caso de Borba de Moraes ajuda a evidenciar o elo ainda pouco explorado entre o que entendemos por “modernismo” na primeira metade do século XX e a institucionalização da universidade no campo das humanidades na segunda metade deste século.

O caso específico de Rubens Borba evidencia a militância em prol da especialização das bibliotecas. Seu pensamento e sua ação a esse respeito tendem a se adaptar a um contexto em intensa transformação tecnológica, que impacta de forma direta a ciência da informação. A ideia de uma biblioteca como espaço eminentemente público, integrada na vida urbana e entendida como responsabilidade do estado, reforçou-se no contexto da revolução industrial inglesa, como a necessidade de promover aos trabalhadores um programa cultural e educacional (em larga medida, uma demanda dos próprios trabalhadores).

Foi essa mesma massificação que levou com o passar das décadas à necessidade de oferta de coleções mais adaptadas às demandas do mundo moderno (em engenharia, comércio, assim como história e geografias locais), bem como à necessidade de acesso mais rápido e preciso a essas obras que se multiplicavam em constante atualização. As décadas de 1930 e 1940 acabaram por sedimentar este modelo de biblioteca, entendido como um grande centro de referência e atualização, com uma estrutura capaz de oferecer conforto e acesso rápido e preciso, e sobretudo, voltado para

um público urbano amplo. Pode-se afirmar, portanto, que o conceito de “brasileira” muda em compasso com as alterações no próprio conceito de biblioteca.

Um trabalho que oriento de mestrado, do aluno Pedro Terres, dialoga bastante com esses interesses posto que analisa o enciclopedismo e especialmente a formação e adaptação da enciclopédia Barsa no Brasil, também em um quadro profundo de tensões entre diretrizes imperialistas e adaptação brasileira e tendendo ao interesse soberano. O problema metodológico de fundo também é análogo, já que a enciclopédia serve justamente como um repositório de informações disciplinadas.

O Instituto de Estudos Brasileiros e os outros arquivos e coleções da USP

Logo nas primeiras semanas de trabalho participei da comissão que definiu o mote da exposição comemorativa do cinquentenário da instituição que deveria ocorrer em agosto-setembro daquele ano. Foi de comum acordo que a exposição enfocasse a figura do fundador da instituição, Sérgio Buarque de Holanda. Como eu estava acabando de concluir a tese e já havia também realizado um mestrado sobre a obra do autor, fui designado para escrever um projeto piloto do que seria a exposição. Com a ajuda dos setores do IEB que tinham longo *know-how* no assunto, o projeto piloto foi aprovado e eu nomeado curador da exposição. Com a minha curadoria, a exposição, que receberia o nome de “Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda”, foi montada ao longo dos meses seguintes e inaugurada em setembro de 2011, ao mesmo tempo em que se realizava um congresso sobre a vida e a obra de Sérgio Buarque.

A dificuldade a ser equacionada era, em primeiro lugar, a de como historicizar o sentido da instituição, seja no projeto intelectual fundador, seja na moldagem dos acervos, inscrevendo estas iniciativas de forma crítica na trajetória do intelectual. Em segundo lugar, a dificuldade era transpor este argumento de natureza historiográfica em uma narrativa visual, que se sustentasse por meio da exposição de documentos institucionais, correspondência, fotos, entrevistas em áudio e objetos.

A pesquisa se desdobrou em duas. A primeira constitui-se na pretensão de mapear tudo que poderia existir de ou sobre Sérgio Buarque de Holanda nos arquivos da instituição. Os documentos pessoais e livros do intelectual foram vendidos para a UNICAMP após a sua morte. Localizei no IEB documentos como cartas e fotos de Mário de Andrade (então inéditas, publicadas em 2012 por Pedro Meira Monteiro), inéditos de cartas para Caio Prado Junior, para José Honório Rodrigues, Ernani Silva Bruno; além de depoimentos gravados em áudio do autor e de alguns de seus

discípulos. Complementarmente, pesquisei nos arquivos da UNICAMP a documentação que poderia corresponder ao que já havia encontrado no IEB, a correspondência passiva que correspondia à documentação ativa que tinha em mãos, fotos que poderiam complementar o quadro narrado.

Na segunda frente, investiguei a documentação institucional do IEB em processos administrativos da USP, o que me levou aos arquivos de outras instituições envolvidas no processo de aparelhamento do campus Butantã da USP no início da década de 1960, os do Museu Paulista (no qual Sérgio foi diretor por 10 anos), os fundos e museus que dariam origem ao Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE-USP) e o Museu de Arte Contemporânea (MAC-USP). Todas as instituições mencionadas foram criadas ou incorporadas à universidade em um curto espaço de tempo, entre 1962 e 1963. Sérgio Buarque de Holanda esteve presente em todas as respectivas comissões, sendo algumas das reuniões, na sua casa, na Rua Buri, 35.

Como resultado, a pesquisa permitiu compreender com mais clareza o lugar social do intelectual Sérgio Buarque de Holanda. Investigando a história da constituição dos acervos e instituições de guarda e pesquisa incorporados ou criados no início da década de 1960 pude perceber que todos os projetos, inclusive o do próprio campus USP, foram esboçados na década de 1930, mais especificamente durante a gestão Mário de Andrade no Departamento de Cultura Municipal associado ao principal secretário do prefeito Fábio Prado, Paulo Duarte. Desde a fundação da USP em 1934, Duarte foi o principal articulador entre elites paulistas e intelectuais, operacionalizando um projeto de hegemonia cultural paulista no Brasil, que simbolicamente se iniciava com o modernismo.

Um dos fundamentos do projeto era a autonomia da política cultural em relação à política do governo federal, que seria concretizada com a criação de duas instituições que centralizaram a política cultural brasileira, contemplando a gestão do patrimônio histórico, arqueológico, etnológico, e ensino e pesquisa avançados: o Instituto Paulista e o Instituto Brasileiro de Cultura. O projeto do Departamento de Cultura da prefeitura de São Paulo foi desarticulado com o Estado Novo e seus protagonistas sofreram um golpe do qual nunca se recuperariam. Mário de Andrade foi paradoxalmente “exilado” no Rio de Janeiro. Paulo Duarte foi exilado de fato em Portugal e posteriormente na França.

Assim que o Estado Novo terminou, Duarte no exílio articulou a volta de Sérgio Buarque de Holanda para São Paulo, como diretor do Museu Paulista. Ele aparecia como um nome confiável para ajudar na rearticulação do projeto de hegemonia cultural paulista, ainda mais diante do falecimento recente de Mário de Andrade, no ano anterior. Desde que se transferiu ao Rio de Janeiro, Sérgio, com dezoito anos, foi designado por Mário de Andrade para ser o braço do

modernismo paulista na capital. Não é casual que quando “exilado” os dois trabalharam lado a lado no Instituto Nacional do Livro.

Enquanto escrevia os textos que conhecemos hoje como *Caminhos e Fronteiras*, na condição de diretor do Museu Paulista, Sérgio Buarque reativou os circuitos desarticulados com o fim do Departamento de Cultura, reintegrando à instituição a USP e a Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), outro órgão criado em 1934.¹⁴² Cumprindo o esboço feito por Andrade e Duarte em 1935, reestruturou o museu em duas grandes áreas, o museu histórico e o museu arqueológico e etnológico. Para isso, contratou dois etnólogos da ELSP, Herbert Baldus e Harald Schultz, que tinham como atribuições gerenciar a recém-criada *Revista do Museu Paulista* e trabalhar na ampliação dos acervos e mapeamento de patrimônio na área.¹⁴³

Frente a uma elite industrial emergente, massificação, ampliação das formas midiáticas, etc., houve uma nova configuração simbólica que se apropriou apenas em parte da herança do Departamento de Cultura (O IV Centenário de São Paulo e especialmente o plano do Ibirapuera são ótimos exemplos). O fato é que no início da década de 1960, depois de tantas derrotas e decepções, a USP, justamente por suas prerrogativas de autonomia, apareceu como melhor alternativa para abrigar o que havia restado das frentes abertas pelo Departamento de Cultura e por Mário de Andrade. Não só os projetos, mas também alguns dos seus protagonistas, como Sérgio Buarque de Holanda e o próprio Paulo Duarte integraram a instituição como professores naquele momento.¹⁴⁴

Esta análise permite um olhar crítico sobre o modo com os acervos foram adquiridos e dispostos na USP e contribui para a discussão sobre o problema bastante candente da gestão dos acervos e das políticas de divulgação/digitalização. Pude acompanhar um momento de efervescência da questão na USP, com a fundação da Brasileira de José Mindlin (cuja base é o acervo de Rubens Borba de Moraes, colaborador do Departamento de Cultura na Gestão Mário de Andrade), da criação da Praça dos Museus (que inclui o MAE-USP), e transferência do acervo do MAC-USP para o Ibirapuera.

Do ponto de vista mais específico, esta análise permite um sentido histórico do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) enquanto instituição de guarda documental. Lugar de memória por

¹⁴² Sérgio Buarque passou a ter assento no Conselho Universitário da USP, que era considerada uma “instituição complementar” à época.

¹⁴³ Especializada em etnologia, cujo aparato crítico foi herdado da *Revista do Arquivo Municipal* (outro projeto de 1935). Além disso, Sérgio criou *Anais do Museu Paulista* para a área de história.

¹⁴⁴ A instituição que ocupava um dos pavilhões do complexo do Ibirapuera (o de Agricultura, justamente o que foi em 2012 reocupado pelo MAC-USP) só cumpriu os desígnios de Paulo Duarte e Mário de Andrade décadas depois, em 1989, quando somou-se ao Museu de Arqueologia (antigo Museu de Arte e Arqueologia, incorporado em 1963), ao acervo do setor de etnologia e arqueologia do Museu Paulista (construído por Sérgio Buarque e Baldus) e ao Acervo Plínio Ayrosa (adquirido por Mário de Andrade em 1935), convertendo-se no atual Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE-USP).

excelência do marco zero do projeto de hegemonia cultural paulista – o modernismo de 1922. Este sentido se completou antes da aposentadoria de Sérgio Buarque em 1969, o IEB adquiriu o acervo completo de Mário de Andrade (mediado por Antonio Candido), cujas cartas, minuciosamente guardadas pelo autor, testemunham a história das tentativas frustradas de institucionalização da cultura brasileira.

Para não deixar de colocar um ponto final nessa história, esclareço que esta não foi a última derrota do grupo paulista do qual Sérgio Buarque de Holanda fazia parte. Duarte encabeçou a lista dos aposentados compulsoriamente com o Ato Institucional número 5 na USP e Sérgio Buarque também aderiu em solidariedade. A reforma universitária no ensino superior, de caráter centralizador, também ajudou a desarticular o que restou do projeto autárquico uspiano. Contudo, essa não foi esta a última tentativa de sobrevivência do projeto. Falar deste tema certamente não caberia nos limites desse memorial, mas para não deixar o leitor sem resposta lembro que fato de que os acervos pessoais de Paulo Duarte e Sérgio Buarque de Holanda estejam guardados, desde os anos 1970, na UNICAMP é também fato cheio de significados.

Além da curadoria da exposição “Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda”, aberta ao público entre setembro de 2011 e fevereiro de 2012, tive a oportunidade de escrever dois textos resultantes da pesquisa. O primeiro foi destinado a ser introdução da edição digitalizada da *Revista Estética*, considerada a herdeira da revista modernista *Klaxon*, que foi editada e dirigida por Sérgio Buarque de Holanda e Prudente de Moraes, neto, em três números entre 1924 e 1925 (sob a tutela de Mário de Andrade e Graça Aranha).¹⁴⁵ O outro, “Sérgio Buarque de Holanda e a dinâmica das instituições culturais no Brasil 1930-1970”,¹⁴⁶ foi publicado em 2012. Trata-se de um capítulo em obra homônima à exposição e que foi baseada em seminário realizado em sincronia com a exposição. Tanto no seminário quanto no livro tivemos contribuições originais de Antonio Candido, João Cezar de Castro Rocha, Pedro Meira Monteiro, Heloisa Starling, Nestor Goulart, Brasílio Sallum Junior, Antonio Arnoni Prado, Richard Graham e Laura de Mello e Souza. Além do capítulo de minha autoria, participei de etapas da produção do livro, como a elaboração do caderno de imagens, em cooperação com Stelio Marras, o organizador da obra.

¹⁴⁵ NICODEMO, Thiago Lima. *Estética: a afirmação dos caminhos do modernismo*. *Revista Estética*, Brasileira, 2011.

¹⁴⁶ NICODEMO, Thiago Lima. Sérgio Buarque de Holanda e a dinâmica das instituições culturais no Brasil 1930-1970. In: MARRAS, Stelio. (org.). *Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: EDUSP, 2012, p. 109-132.

Meta-história dos acervos da UNICAMP

A decisão da incorporação dos objetos de Sérgio Buarque pela universidade foram parte das primeiras políticas de aquisição de acervo empreendidas por uma jovem Unicamp. Criada em 1962, a Unicamp realizou diversas iniciativas visando dar corpo físico à instituição, para oferecer amparo à pesquisa e viabilizar uma prática continuada de investigação. A construção dos seus prédios no distante bairro de Barão Geraldo ao longo das décadas de 1970 e 1980 foi o primeiro grande passo nesse sentido. Essa prática se expressa em vários sentidos, reunindo desde plantas e instrumentos até os corpos humanos utilizados pelos cursos da área de saúde, foco de polêmicas nos últimos anos. O Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), por sua vez, começou a operar no final de 1969, debaixo da direção do filósofo Fausto Castilho. A estruturação de bibliotecas e arquivos, por sua vez, teve um significado central para a viabilização de seu funcionamento, já que seus cursos eram ancorados em material bibliográfico e documental. A meta-história da coleção Sérgio Buarque de Holanda encerra a meta-história da relação da universidade com seus acervos, incluindo a própria fundação do Sistema de Arquivos da Universidade, que teve seu embrião nesse movimento.

Com a criação dos vários institutos que compõem a Unicamp, emergiram com eles as suas bibliotecas, chamadas de Bibliotecas Seccionais. Esse projeto deu origem às atuais bibliotecas Octávio Ianni do IFCH, Antonio Candido de Mello e Souza do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) e Cesar Lattes vinculada diretamente à reitoria, que assumiram tais nomes no novo milênio após a consolidação de memórias institucionais que valorizavam tais personagens. Esses foram os primeiros espaços dedicados à reunião de material na área de humanas na Unicamp.

A fundação do Sistema de Bibliotecas da Unicamp (SBU) em 15 de dezembro de 1983 e a inauguração do prédio da Biblioteca Central em 5 de julho de 1989 foram um importante episódio desse processo para as humanidades, talvez o mais importante devido aos diversos desdobramento que a instituição se vinculou na guarda de acervos documentais. A criação do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), do Centro de Memória da Unicamp (CMU) e do Centro de Documentação Cultural (CEDAE) se associaram a esse processo de criação de um corpo para as humanidades. Meu atual projeto de pesquisa visa compreender a construção dessas instituições e dos acervos guardados por elas.

12 anos passaram desde a exposição “Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda” no IEB, a fortuna crítica sobre o autor se adensou muito nesse período. Minha vida mudou a ponto de me tornar docente na UNICAMP, justamente a instituição que recepcionara o arquivo e a biblioteca de Sérgio Buarque de Holanda em 1983. O completar de 40 anos da ocasião em 2023 levou os setores

técnicos responsáveis pelo arquivo e pela biblioteca de Sérgio Buarque de Holanda, respectivamente o Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp (SIARQ) e a Biblioteca de Obras Raras “Fausto Castilho” (BORA), a me convidar para organizar uma exposição que considerasse essa efeméride importante.

Levando em consideração essas questões, concebemos a exposição “40 anos do acervo de Sérgio Buarque de Holanda na Unicamp”, realizada entre 15 de junho e 29 de setembro de 2023 no espaço expositivo do térreo da Biblioteca de Obras Raras Fausto Castilho (BORA). Articular uma equipe entre os servidores da BORA e o SIARQ, selecionar materiais de distintos tipos, pensar sua disposição e articulação, revisar uma ampla bibliografia, preparar textos expositivos e outras atividades são partes integrantes e às vezes contrastantes da montagem de uma exposição. Tudo isso dependeu do cuidadoso apoio do Lucas Eduardo Maldonado, meu orientando de doutorado e co-curador da exposição.

Algumas reuniões de alinhamentos entre as partes foram realizadas a partir desse momento e a primeira grande decisão tomada foi a respeito do argumento que guiaria a exposição. Optou-se por tomar como linha expositiva a vida pública de Sérgio Buarque de Holanda, privilegiando a sua constante prática de organizador de acervos e instituições. Assim, o seu papel de criador de estruturas de ensino e pesquisa na realidade brasileira seria privilegiado. Existe, portanto, uma relação de continuidade com a exposição realizada quase uma década antes na USP, no entanto, não se recorreria dessa vez ao acervo de Mário de Andrade ou Caio Prado Júnior para tratar de Sérgio Buarque, mas ao do próprio historiador, com os seus quase 10 mil volumes bibliográficos e aproximadamente 2600 itens arquivísticos.

O conceito de arquivo pessoal ganhou uma centralidade profunda na exposição uma vez que se debateria a atividade pública de uma personagem a partir dos seus itens particulares. É notável a articulação que se explicita entre público e privado para a construção do argumento, tanto no nível dos conceitos articuladores, quanto na própria relação que a obra de Sérgio Buarque introjeta na exposição. Há uma frequente intertextualidade instrumental para viabilizar um debate sobre os limites da vida pública brasileira.

Tudo isso subjaz uma consideração a respeito da construção dos arquivos e acervos brasileiros. Os documentos pessoais de intelectuais e políticos não estão apartados do interesse público, pois muitas vezes a trajetória dos seus criadores marcam passagens centrais da reconstrução de instituições nacionais. Incrustado no privado está o público e vice-versa, portanto uma distinção muito rigorosa traria prejuízo à história e à arquivologia. Retoma-se na prática uma cara questão há muito debatida pelas historiadoras paulistas Ana Maria Camargo e Heloísa Bellotto e pelos constituidores do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

(CPDOC) no Rio de Janeiro: a necessidade de uma política de aquisição de arquivos pessoais como uma realização de interesse público.

Nesse sentido, é impossível pensar a política patrimonial brasileira sem os itens de Mário de Andrade e Rodrigo de Melo Franco e Andrade. Isso vale também para a construção das instituições econômicas do país, que passam pelas coleções de Antônio Delfim Netto, Celso Furtado e Rômulo de Almeida. Os exemplos são diversos. O arquivo pessoal de Sérgio Buarque de Holanda, por sua vez, privilegia a reconstrução das instituições de ensino e pesquisa no Brasil, passando por universidades, museus e bibliotecas.

Tudo isso revela o quanto o problema da elaboração de acervos foi um problema central para Sérgio Buarque, tanto em vida enquanto agente criador de vários, quanto após com o seu espólio na mão de herdeiros e com a universidade. O historiador paulista ajudou com suas ações a expandir e qualificar um pouco mais aquilo que entendemos como espaço público, em especial nos âmbitos da educação e pesquisa. De um modo geral, o intelectual dedicou-se ao desenvolvimento de um campo especializado de produção de conhecimento acadêmico, aliado a uma política de constituição de acervos, preservação de patrimônio histórico, artístico, arqueológico e etnológico; bem como à sistematização de museus e periódicos. Suas maiores preocupações foram certamente a continuidade dos projetos, dado o quadro político instável do Brasil no período, e a integração das instituições de maneira coordenada.

Dessa forma, recoloca-se o argumento de fundo que guia o exercício curatorial. Deslocando-se nessa premissa, a exposição foi organizada em cinco momentos, elaborados em um formato de retângulo, no qual o visitante inicia em uma das suas arestas e segue percorrendo os eixos nas outras. Há alguma linearidade na montagem. O último, “Fechamento”, é mais formal, no sentido que dispõe ao público as conclusões da exposição, na prática é o próprio fechar da linha curatorial. As outras partes designam cortes qualitativos que selecionaram, dentre outras possibilidades, quatro eixos que sistematizam o argumento curatorial¹⁴⁷.

Graças ao impacto da experiência de pesquisa, o Luccas Eduardo Maldonado redefiniu seu tema de doutorado e trabalha atualmente justamente com a formação dos acervos e sistemas de arquivos paulistas no contexto da redemocratização na década de 1980. A hipótese de trabalho não é tão diferente do que a experiência descrita no Arquivo Público do Estado de São Paulo feita no início deste memorial sugere: a estruturação arquivística, a governança e responsabilidade com os

¹⁴⁷ A exposição foi bastante registrada, como por exemplo na matéria do *Jornal da USP*. PRADO, Luiz. Acervo de Sérgio Buarque de Holanda revela um profissional das humanidades. *Jornal da USP*, 18 ago. 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/cultura/acervo-de-sergio-buarque-de-holanda-revela-um-profissional-das-humanidades/>. Acesso em: 24 nov. 2024. Biblioteca de Obras Raras. Visita virtual à exposição “40 anos do acervo de Sérgio Buarque de Holanda na Unicamp”. YouTube, 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=z81oVVsdYIA>. Acesso em: 24 nov. 2024.

documentos, são elementos que acompanham a estruturação democrática. Seja do ponto de vista da gestão, seja do ponto de vista das políticas de memória. Luccas e eu somos autores do catálogo da exposição, que será publicado em livro, com, além dos materiais levantados para exposição, um conjunto de estudos sobre a “meta-história” da biblioteca e do acervo Sérgio Buarque de Holanda.

Experiência na Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Encerro com esse item este capítulo do memorial que trata sobre a “meta-história” dos acervos, que corresponde a etapa da minha vida entre fins do doutorado e a estabilização profissional, coisa que ocorreu mais ou menos entre 2010 e 2017. O adensamento do horizonte de pesquisa e as atividades docentes foram simultâneas. A experiência foi de viver tempos de precarização: entre a UFES e os pós-doutorados no IEB vivi muitas incertezas sobre a minha vida e uma pressão por ter um currículo mais competitivo e experiência docente relevante.

Quando cheguei na UERJ achei que gozaria da estabilidade do servidor público. Pagava um aluguel caríssimo no Rio de Janeiro, que consumia boa parte do meu salário. A ilusão de estabilidade nunca se concretizou, em pouco mais de um ano de emprego começaram as primeiras notícias da crise do estado do Rio de Janeiro e o pagamento dos salários começou a não ocorrer a tempo, até pararem por completo. Até que a universidade entrou em colapso em 2016. O efeito disso é que não pude esperar o tempo de decantar o trabalho intelectual. Tive que começar a publicar com mais rapidez, lutar por pequenos pagamentos por resenhas e outras atividades miúdas e disputar bolsas de produtividade. Aprendi a ser profissional em um quadro de precarização do trabalho e até agora não tive um período longo mais reflexivo ou dedicado a uma atividade apenas principal. Talvez todos nós sintamos isso, mas é necessário deixar claro aqui aos professores mais experientes que me leem: nossas gerações mais novas vivem essa mesma experiência que vivi de forma cada vez mais acelerada e dramática. Tenho empatia por essa realidade. É necessário assumir responsabilidades maiores, inclusive como tutores e referências emocionais em contextos cada vez mais acelerados de desagregação social e incerteza.

A partir de agosto de 2014 até junho de 2018, atuei como professor adjunto de Teoria da História e História da Historiografia na UERJ, oferecendo disciplinas obrigatórias e eletivas na área, como Teoria da História, Tópicos Especiais em Teoria da História, Historiografia Geral e Historiografia Brasileira. Por um lado, aproveite o convívio próximo com colegas experientes como Lúcia Paschoal Guimarães, Lúcia Bastos e Tânia Bessone. Por outro, aprendi muito com os desafios produzidos pela própria inscrição da UERJ na cidade do Rio de Janeiro; já que conta com alunos de

todas as localidades, mas em grande medida de origem humilde. Isso transforma a UERJ em um grande caldeirão de diversidade cultural, em um grande laboratório para se pensar o fazer e o ensinar história. A solidariedade forte entre professores e alunos estreitou nossos laços. Muitos dos profissionais então recentemente contratados (Gessica Guimarães Gaio, Daniel Pinha, Eduardo Ferraz Felipe, Francisco Gouveia, Beatriz Vieira) eram profissionais de teoria da história e história da historiografia. Assim fundamos sob a minha coordenação Comunidade de Estudos de Teoria da História (COMUM) da UERJ¹⁴⁸.

Além do doutorado do João Paulo Lopes já mencionado, orientei 5 trabalhos de mestrado: o trabalho de Guilherme Rodrigues Leite, “A prosa de ficção e os limites éticos, políticos e formais da representação do passado autoritário no romance “El material humano?” defendido em 2018; Thiago Sobreira Vailati Silva, “Gautherot vai à Brasília: em trânsito entre modernismos e urbanidades”, defendido em 2018 com bolsa CNPQ; Bruna Schulte Moura, “Historiografia Literária e Projeto Ilustrativo no Alvorecer do Segundo Império”, defendido em 2018 com bolsa FAPERJ; Renan Siqueira Moraes, “Olhar a miscigenação: raça, racialismos e filosofia da história do Brasil na Revista Brasileira (fase Veríssimo)”, defendida em 2015 com bolsa CNPQ; e José Lúcio Nascimento Júnior, “I Congresso Internacional de História da América: Intelectuais, Historiografia e Diplomacia Cultural no Rio de Janeiro em 1922”, defendida em 2017.

Orientei também alguns trabalhos de iniciação científica, dentre os quais merece destaque o de Júlia Neves, sobre a experiência africana de Gilberto Freyre, realizada com apoio da FAPERJ, além de alguns trabalhos de conclusão de curso. Tive um convívio muito forte com todos os meus alunos e colegas. Meus principais interlocutores foram José Lúcio e Bruna Shulte. A Bruna fez bons trabalhos e me acompanha até hoje, pois finaliza o seu doutorado na UNICAMP. São portanto 10 anos trabalhando juntos.

José Lúcio apareceu para apresentar trabalho em uma mesa que eu organizava com Lúcia Paschoal Guimarães, na Semana de História Política. Era um rapaz de origem humilde. Formara-se em uma universidade privada pequena e vivia dando aulas em escolas particulares. Dava dezenas de aulas por dia e se deslocava em longos percursos no Rio de Janeiro. Nos tornamos amigos e ele começou a trabalhar com afinco para compensar o déficit de leituras teóricas e historiográficas que tinha, coisa que fez aliás com tranquilidade. No fim das contas seu trabalho foi premiado como melhor dissertação de historiografia no concurso da Sociedade Brasileira de Teoria da História e

¹⁴⁸ CNPQ. Grupo de Pesquisa: Comum, s.d. Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/230464>. Acesso em: 24 nov. 2024.

História da Historiografia e assim publicada em e-book com meu prefácio.¹⁴⁹ Fica aqui a nota de profundo pesar porque José Lúcio foi um dos mais de 700.000 brasileiros que morreu de COVID-19, aguardando atendimento em um hospital da baixada fluminense aos 36 anos de idade, com uma carreira e vida brilhante ainda para viver. Se o memorial serve como indica a denominação para lembrar, essa lembrança é de todas a mais difícil e ressignifica todos os outros percalços como meras contingências.

Tive previamente uma experiência muito enriquecedora como professor visitante no Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo. Desde que iniciei o trabalho, nos primeiros dias do segundo semestre letivo de 2011, estive envolvido com a área de Teoria e Metodologia da História, lecionando para a graduação as disciplinas obrigatórias dessa cadeira. No âmbito da pós-graduação, ofereci cursos em todos os semestres sobre temas como a teoria da história na contemporaneidade (de 1945 aos dias atuais), história intelectual e o ensaísmo brasileiro e latino americano. Também fui integrado no emergente Programa de Pós-Graduação em História, o que permitiu experiências na orientação, participação em bancas etc.

¹⁴⁹ NASCIMENTO, José Lúcio Júnior. Primeiro Congresso Internacional de História da América: intelectuais, historiografia e diplomacia cultural no Rio de Janeiro em 1922. Mariana: Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia, 2021. ov

Do mestrado ao doutorado: antecedentes e formação como historiador

O meu primeiro período formativo se deu durante os meus estudos de pós-graduação, quando me dediquei a investigar a vida e a obra de Sérgio Buarque de Holanda. O estudo dos intelectuais e das suas dinâmicas se tornou assim um importante âmbito do meu trabalho. Ofereço nas próximas páginas um panorama desse meu momento formativo que passa pelos primeiros anos da USP como aluno de pós-graduação e o princípio do meu pós-doutorado e da minha atuação como professor no Rio de Janeiro e no Espírito Santo.

Desde que comecei o mestrado, influenciado por leituras de Michel Foucault e Roland Barthes sobre a historicidade da autoria, evitei a todo o custo uma perspectiva biográfica da obra de Sérgio Buarque de Holanda. Encaro isto como uma solução intuitiva para um problema real, afinal percebia disputas entre grupos políticos e tendências historiográficas internas na criação de memória institucional sobre o autor.

O problema mais facilmente identificável era a projeção teleológica de Sérgio Buarque de Holanda maduro, professor da USP desde o final da década de 1950, no autor, ainda em processo de formação nas décadas anteriores. A projeção teleologia também vinha revestida de um fundamento político, já que o intelectual militante contra a ditadura militar, fundador do Partido dos Trabalhadores, tendia a ser pintado como um “mestre da democracia” e pensador “radical” desde os primeiros esboços de sua obra de estreia. O descompasso entre construção da memória institucional e produção intelectual ficava patente com a leitura da primeira edição de *Raízes do Brasil*, de 1936, em que, conforme confirmaram estudos recentes, contem traços organicistas, monarquistas e um enraizamento nacionalista (até um “freyrianismo”); traços estes apagados nas edições posteriores.¹⁵⁰

Nos meus primeiros levantamentos bibliográficos, por volta de 2001, pude constatar a abundância de estudos sobre *Raízes do Brasil*. A maioria deles desconsiderando uma obra que sofreu a inserção de 116 parágrafos na segunda edição de 1948 e só tomou a forma que conhecemos na terceira edição de 1955, como documento produzido em 1936. Ao mesmo tempo, os estudos sobre a obra madura do autor eram pouquíssimos, apenas comentários curtos sobre *Visão do Paraíso e Da Monarquia à República*, além da grata exceção do estudo de Robert Wegner,

¹⁵⁰ EUGÊNIO, João Kennedy. *Ritmo espontâneo. O organicismo em Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda*. Teresina: EDUFPI, 2011. ROCHA, João Cezar de. O Exílio como Eixo: Bem-sucedidos e Desterrados. In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (org.). *Sérgio Buarque de Holanda: Perspectivas*. Campinas: EdUnicamp, 2008. Tema que desenvolvi mais profundamente no texto: NICODEMO, Thiago Lima. Para além de um prefácio: ditadura e democracia no diálogo entre Antonio Candido e Sérgio Buarque de Holanda. *Revista Brasileira de História*, v. 36, p. 159-180, 2016.

publicado no ano anterior, sobre o bloco de textos de Sérgio Buarque de Holanda sobre a expansão ao oeste brasileiro.¹⁵¹

Foi diante disso que formulei os primeiros esboços de um projeto de mestrado sobre a gênese de *Visão do Paraíso*. Minha principal preocupação era demonstrar os condicionantes da formação de um historiador profissional, coisa que segundo este esboço de hipótese, havia ocorrido em um arco entre 1945 e 1958, entre a publicação de *Monções* e do próprio *Visão do Paraíso*. Também foi neste contexto que me aproximei de Maria Odila Leite da Silva Dias. Recém-aposentada da USP, intensificava o seu trabalho na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo. Eu era aluno das duas instituições, cursava direito pela manhã na PUC e história a noite na USP. Tive assim facilidade de frequentar por dois semestres como ouvinte seus seminários de pós-graduação na PUC.

Antes de conhecê-la pessoalmente, criei um grupo de estudos de hermenêutica com alguns colegas sob a influência dos nossos professores Jorge Grespan, Elias Thomé Saliba e Nicolau Sevecenko. Concentramos-nos na leitura dos três tomos de *Tempo e Narrativa*, de Paul Ricoeur e de *Verdade e Método* de Hans-Georg Gadamer. O trabalho de Maria Odila permitia vislumbrar uma união entre a pesquisa de fontes e o horizonte teórico recém descoberto. Ela fora uma das principais discípulas de Sérgio Buarque de Holanda, além de ter levantado as bases para a interpretação de sua obra. Mantivemos entre 2002 e 2003 um contato bastante estreito até que optei por permanecer na USP e apresentei um esboço de projeto de mestrado a Raquel Glezer, minha professora naquele último semestre de curso.

Glezer me acolheu, propôs modificações e desde então se fez presente como orientadora e figura chave no meu desenvolvimento pessoal. Ela me permitiu ver que a associação entre Sérgio Buarque de Holanda e a memória institucional da “escola historiográfica uspiana” ainda se mostrava artilosa, para muito além da minha percepção à época. Apesar de ter tido contato pessoal com Sérgio Buarque como aluna, seu ponto de vista era de uma especialista em história da historiografia. Aliás, o próprio interesse em pensar na construção de uma escola de pensamento como problema de investigação é herança direta de minha orientadora.

Além de um problema institucional, a memória de Sérgio Buarque de Holanda era uma questão geracional. Afinal, para a geração de historiadores brasileiros formada em finais dos anos 1970 e início dos 1980, Sérgio Buarque era representado como um precursor de uma história cultural, atento tanto às dimensões mentais, quanto às materiais dos fenômenos históricos. Era essa questão que me chamava a atenção em Laura de Mello e Souza desde as primeiras leituras que

¹⁵¹ WEGNER, Robert. *A conquista do oeste. A fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2000.

fizera de Sérgio Buarque de Holanda no início da graduação. Seu papel como guia no aprofundamento desse problema foi cada vez mais forte ao longo do mestrado.

A solução que encontramos foi a execução de um estudo que isolasse algumas das linhas mestras de *Visão do Paraíso* e que remetesse ao seu processo de gênese nos anos anteriores, levando em consideração, especialmente, artigos de jornal e revistas, cartas e material de pesquisa (livros, documentos e anotações). Essa investigação levava à reconstituição de uma rede de intelectuais e da circulação de ideias; ou seja, permitia projetar *Visão do Paraíso* em seu tempo, como produto de debates intelectuais concretos. Devido à semelhança no recorte, inspirei-me no trabalho seminal de Ricardo Benzaquen de Araújo para o subtítulo de minha dissertação: (*Guerra e Paz: Casa Grande e Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*) *Urdidura do Vivido: Visão do Paraíso e a obra de Sérgio Buarque de Holanda nos anos 1950*.

O trabalho foi defendido em janeiro de 2006 e publicado como livro pela EdUSP em 2008.¹⁵² Apesar de ter mantido título, estrutura e recorte, trabalhei bastante na sua revisão e ampliação no ano anterior, especialmente quando realizei um estágio de pesquisa doutoral na Universidade de Bologna, Itália. O livro conta com um prefácio de Laura de Mello e Souza e uma orelha de Peter Burke, com quem mantenho contato constante desde que comecei a análise de *Visão do Paraíso*.

Dentre os debates intelectuais que estavam na base dos argumentos de *Visão do Paraíso*, chamava-me atenção os problemas que provinham das áreas de teoria literária e estética. Havia percebido isso por ter estudado no primeiro capítulo do mestrado a apropriação da tópica de Ernst Robert Curtius na obra do historiador brasileiro. Esses indícios me levaram a um filão quase inexplorado da obra de Sérgio Buarque de Holanda: seu trabalho como crítico e historiador da literatura.

Graças a publicação de *Capítulos de Literatura Colonial* pela Brasiliense em 1991 e *O espírito e a letra* pela Companhia das Letras em 1996 era possível enxergar em conjunto a contribuição de Sérgio Buarque de Holanda aos estudos literários.¹⁵³ Além do balanço de sua contribuição como crítico, era necessário localizar esse bloco de interesses na trajetória do intelectual. Afinal, *Capítulos de Literatura Colonial* consistia em uma história da literatura colonial brasileira encomendada nos anos 1940, mas efetivamente escrita nos primeiros anos da década de 1950. Por sua vez, era possível perceber claramente que os artigos de crítica literária publicados no

¹⁵² NICODEMO, Thiago Lima. *Urdidura do Vivido*. São Paulo: Edusp, 2008.

¹⁵³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de literatura colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1991. PRADO, Antonio Arnoni (org.). *O espírito e a letra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

O espírito e a letra se concentravam majoritariamente nos anos 1940 e início da década seguinte, no período em que o autor fora crítico titular dos jornais cariocas *Diário de Notícias* e *Diário Carioca*.

Este período de atuação coincide com o momento mais produtivo do historiador profissional. Escreveu *Monções, Caminhos e Fronteiras* e *Visão do Paraíso*, além do mestrado *Elementos formadores da sociedade portuguesa na época dos descobrimentos*. Em 1955, quando acabara de voltar da Itália com o que conhecemos como *Capítulos de Literatura Colonial* praticamente terminado, Sérgio Buarque passou por um momento de hesitação. O texto ganhou grandes dimensões, não só em termos quantitativos (150 páginas escritas só sobre Cláudio Manuel da Costa), mas havia também excedido as fronteiras de uma história da literatura e rumado em direção a uma história da cultura na América Portuguesa. Assim, cogitou publicar em três volumes uma Era do barroco no Brasil. Foi enquanto planejava escrever a introdução da obra, que promoveria unidade aos textos já produzidos, que recebeu o convite para dar aulas na USP em 1956 e converteu o texto em tese de cátedra em “História da Civilização Brasileira”, que seria apresentado em 1958 como *Visão do Paraíso*.

O tema que tratei em meu doutorado foi justamente a relação entre o bloco de crítica e historiografia literária e o desenvolvimento de um estilo e método de escrita da história que culminou em *Visão do Paraíso*. Não houve interrupção entre mestrado e doutorado, mas enquanto esperava o resultado do meu projeto de bolsa FAPESP, lecionei Teoria da História I como Professor Colaborador durante um parte de 2006 no Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina.

Eu estava consciente das dificuldades do meu projeto, especialmente porque teria que dominar uma área na qual tinha conhecimentos limitados. Tivera na graduação alguma liberdade para circular por outros departamentos da FFLCH-USP. Cursara Teoria Literária com Sandra Nitrini e David Arriguci no Departamento de Letras; Estética I e II com Leon Kossovitch; e História da Filosofia Antiga com Marcos Zingano no Departamento de Filosofia. Por meio de Kossovitch, conheci João Adolfo Hansen e assim tive acesso às possibilidades abertas pelo estudo da retórica, particularmente as preceptivas e tratados que circularam no Brasil e Portugal nos séculos XVII e XVIII. Preparei meu primeiro artigo com a ajuda de Hansen, publicado na *Revista de História*, sobre o debate em torno da autoria das “Cartas Chilenas” e sua relação com grupos intelectuais no final do Estado Novo.¹⁵⁴

Pedindo licença para uma breve digressão, não quero deixar de dizer que esses interesses certamente marcaram a minha geração – moldada no final dos anos 1990 em um clima politizado,

¹⁵⁴ NICODEMO, Thiago Lima. Gosto de Sedição: Sérgio Buarque de Holanda, Manuel Bandeira e a autoria das Cartas Chilenas. *Revista de História*, v. 151, p. 29-52, 2004.

especialmente no âmbito da cultura universitária que foi particularmente afetada pelo modelo neoliberal de governança que atravessou o Brasil nos anos 1990. Desde os primeiros meses como aluno de direito da PUC e de História da USP, testemunhei um ressurgimento do movimento estudantil e de união entre intelectuais, sindicatos e partidos de esquerda contra um inimigo comum. O horizonte político acompanhava concomitantemente uma perspectiva teórico-metodológica. A “crise dos paradigmas” em ciências sociais deu lastro para os questionamentos da cientificidade da história que, por sua vez, chegavam aos alunos reduzida esquematicamente no debate sobre as fronteiras entre história e literatura.

Retomando a questão da necessidade de busca de interlocução nas áreas de teoria literária, tive contato, ainda durante o mestrado, com os críticos e professores italianos Roberto Vecchi e Ettore Finazzi-Agrò. Trabalhando em cooperação, os dois vinham publicando textos sobre a relação entre o literário e o histórico na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Do contato com os dois abriu-se a possibilidade de realização de um estágio de pesquisa na Itália. Nele, tive a chance de me aprofundar nas fontes de época e nas leituras italianas na crítica e historiografia literária de Sérgio Buarque de Holanda, tentando também reconstituir o seu período italiano. Permaneci na Itália por pouco mais de seis meses, no ano de 2007, como pesquisador visitante na Universidade de Bologna e em um contato quase diário com Roberto Vecchi.

A escrita da tese só foi acelerada entre 2009 e os primeiros meses de 2010. Em boa parte desse período, por cerca de sete meses, fui beneficiado pelas ótimas bibliotecas e recursos de pesquisa na Universidade do Texas em Austin, onde estive na condição de *visiting scholar* do *Institute of Latin American Studies* e do *Department of Spanish and Portuguese*. Lá tive acesso ágil a boa parte das obras de teoria da literatura e crítica literária utilizadas por Sérgio Buarque de Holanda. Conteí com a orientação de Ivan Teixeira na investida sobre este universo, além do apoio e convívio do então chefe de departamento, Nicolas Schumway. Teixeira também me ofereceu o seu rico acervo particular, ao qual recorri para ler obras analisadas por Sérgio Buarque como os originais do século XVIII de *Obras poéticas de Claudio Manuel da Costa*, *O Uruguai*, *Caramuru*; além de edições também raras de escritores, revistas e brochuras brasileiras do século XX, como obras de João Cabral de Melo Neto, Péricles Eugênio da Silva Ramos. O doutorado, *Alegoria Moderna: Consciência histórica e figuração do passado na crítica literária de Sérgio Buarque de Holanda*, foi defendido em fevereiro de 2011. Seria publicado como livro no final de 2014 pela editora da UNIFESP.¹⁵⁵ As implicações teóricas conclusivas da tese foram também publicadas no

¹⁵⁵ NICODEMO, Thiago Lima. *Alegoria Moderna*. São Paulo: Unifesp, 2014.

texto “Os planos de historicidade na interpretação do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda” na *História da Historiografia* em 2014.¹⁵⁶

¹⁵⁶ NICODEMO, Thiago Lima. Os planos de historicidade na interpretação do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda. *História da Historiografia*, v. 1, p. 44-61, 2014.